



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
PRO-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MPEJA

ALENE BATISTA BASTOS

**ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES TEÓRICO/METODOLÓGICAS DO MANUAL DOS
LIVROS PNLD EJA/2014: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO
ALFABETIZADOR**

Salvador,
2018

ALENE BATISTA BASTOS

**Análise das orientações teórico/metodológicas do manual dos livros PNLD EJA/2014:
uma contribuição para a formação do professor alfabetizador**

Dissertação de Mestrado apresentada a banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito obrigatório à obtenção de título de Mestre, sob a **orientação da professora Dr.^a Érica Valéria Alves**.

Área de Concentração 2: Formação de Professores e Políticas Públicas

Salvador,
2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

B327a

Bastos, Alene Batista

ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES TEÓRICO/METODOLÓGICAS DO
MANUAL DOS LIVROS PNLD EJA/2014: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA
A FORMAÇÃO DO ALFABETIZADOR / Alene Batista Bastos.-- Salvador,
2018.

176 fls : il.

Orientador(a): Érica Valéria Alves.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da
Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em
Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Câmpus I. 2018.

1.Educação de Jovens e Adultos (EJA). 2.Livro Didático.
3.Educação Libertadora. 4.Formação Continuada de Professores.

CDD: 370

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Reconhecido Homologado pelo CNE (Portaria MEC nº 1009, DOU de 11/10/13, seção 1, pág. 13.) MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MPEJA	 DEDUC - CAMPUS I Departamento de Educação  UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  MPEJA
---	--

FOLHA DE APROVAÇÃO

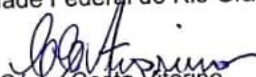
“Análise das Orientações Teóricas do Manual do PNLD EJA 2014: Uma Contribuição para Formação do Alfabetizador”

ALENE BATISTA BASTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Scripto sensu*) em Educação de Jovens e Adultos – Mestrado Profissional - MPEJA, Área de Concentração II – Formação de Professores, em 20 de dezembro de 2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


 Profa. Dra. Érica Valéria Alves
 Universidade do Estado da Bahia - UNEB
 Doutorado em Educação
 Universidade Estadual de Campinas


 Profa. Dra. Maria Sacramento Aquino
 Universidade do Estado da Bahia - UNEB
 Doutorado em Educação
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN


 Prof. Dr. César Costa Vitorino
 Universidade do Estado da Bahia - UNEB
 Doutorado em Programa de Pós Graduação em Estudos de Linguagens
 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS


 Profª. Drª. Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin
 Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
 Doutorado em Educação
 Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC

*A minha família, Kau e mãe, minha base.
Ao meu esposo, com amor e companheirismo.
Em especial, ao meu filho Chico,
que surgiu, nasceu e cresce
junto a esse mestrado e às minhas realizações.*

AGRADECIMENTOS

Viver, e não ter a vergonha de ser feliz

Cantar (e cantar e cantar) a beleza de ser um eterno aprendiz

Gonzaquinha

Quero expressar, nessas poucas palavras aqui, minha gratidão a todas pessoas que fizeram e fazem parte da minha história, na minha vida, que colaboraram para realização deste trabalho.

À professora Dra. Maria Hermínia, que me deu as elementares orientações na elaboração do meu projeto, quando o texto ainda era constituído por apenas ideias e se fez presente até o seu final.

Ao professor Dr. César Vitorino, meu primeiro coordenador, mestre e, agora, avaliador.

À professora Dra. Maria do Socorro pela experiência e recomendações que muito auxiliou no crescimento da minha pesquisa.

À minha orientadora Érica pela confiança e pelo excelente trabalho realizado através de profissionalismo e valores como: humanidade e ética.

Ao meu primo querido, Mateus Galvão, no apoio às novas tecnologias.

Aos colegas do MPEJA, guerreiros, companheiros e amigos. A todos eles, uma turma com pessoas engajadas na causa da EJA.

Agradeço à Universidade Estadual da Bahia e a todos os colaboradores do MPEJA.

Obrigada pelos aprendizados!

RESUMO

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, refere-se a estudos sobre os atuais livros didáticos dispostos pelo Ministério da Educação do Brasil no contexto do Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos - PNLD EJA/2014. Teve como objetivo a análise de como tais materiais apresentam, além de sequência didática impressa como ferramenta para o trabalho de sala aula, uma fundamentação teórica/metodológica que colabore para formação do alfabetizador em EJA comprometido com uma educação autônoma, libertadora e de qualidade. Isso sob a luz dos direitos humanos, pois somente através de uma educação problematizadora, em que há ‘ciência’ sobre a cidadania, entendimento das relações do direito e é que se alcança a liberdade (FREIRE, 1987). Para tanto, a discussão perfez a análise documental de 06 livros didáticos de alfabetização do PNLD/ EJA 2014, objetivando identificar nesses livros e seus respectivos manuais didáticos a presença ou não de princípios freireano em diálogo com os Direitos Humanos. Pretendeu-se identificar o quão a influência das teorias de Freire e potencialidade para uma formação docente crítica, fomentadora do protagonismo proposto por Imbernón (2000) e a construção dialógica do conhecimento em sala de aula. Ao final, a pesquisa, permitiu concluir que Freire apresentou para os docentes uma forma de educação construída sobre a base de um diálogo entre estudante e mestre, em que cada um se constitui com um pouco do outro. Por isso, apesar de alguns livros estudados sinalizarem princípios pedagógicos freireanos para alfabetização de jovens e adultos, eles jamais poderiam representar seu método de alfabetização, que nada tem de pronto, e sim busca e de pesquisa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Livro Didático. Programa Nacional do Livro Didático. Educação Libertadora. Educação em Direitos Humanos. Formação Continuada de Professores.

ABSTRACT

The present qualitative research refers to studies on the current textbooks arranged by the Ministries of Education of Brazil through the National Program of Didactic Book for Education of Young and Adults - PNLD EJA / 2014. The objective was to analyze how these materials present, in addition to printed didactic sequence as a tool for the classroom work, a theoretical / methodological foundation that collaborates to train the literacy teacher in EJA committed to an autonomous, liberating and quality education. This is under the light of human rights, because only through problematizing education, in which there is 'science' about citizenship, understanding of the relations of law and freedom is achieved (FREIRE, 1987). In order to do so, the discussion perfected the documentary analysis of 06 textbooks of literacy in the PNLD / EJA 2014, aiming to identify in these books and their respective textbooks principles Freirean in dialogue with the Human Rights. It was intended to construct intelligibility what the influence of Freire's theories, in order to think if such materials have potential for a critical teacher training, fomenting the protagonism proposed by Imbernón (2000) and the dialogical construction of knowledge in the classroom. In the end, the research allowed us to conclude that Freire presented to teachers a form of education built on the basis of a dialogue between student and teacher, in which each one is constituted with a little of the other. Therefore, although some of the books studied indicate Freire's pedagogical principles for the literacy of youths and adults, they could never represent their method of literacy, which has nothing to do with it, but search and research.

Keywords: Youth and Adult Education (EJA). Textbook. National Textbook Program. Liberating Education. Education in Human Rights. Continuing Teacher Training

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Levantamento da taxa de analfabetismo dos últimos anos no Brasil.....	27
---	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Taxa de analfabetismo / Dados do IBGE - pesquisa referente ano 2016.....	28
Figura 2: Esquema relação Educação e Política por Paulo Freire.....	37
Figura 3: Obras mais citadas segundo um levantamento feito no Google Scholar - ferramenta de pesquisa dedicada à literatura acadêmica em 2016	38
Figura 4: O processo dedutivo e a possibilidade interdisciplinar do método freireano de alfabetização.....	42
Figura 5: Calendário de atendimento ao PNLD EJA.....	65
Figura 6: Trecho do Edital de convocação das editoras para inscrição em PNLD EJA/ 2014.....	66
Figura 7: Categorias dos livros PNLD/EJA 2014 de acordo com sua composição específica.....	78
Figura 8: Identificação capa manual.....	79
Figura 9: Exemplo de parte da ficha de avaliação fornecida aos pareceristas, também disponibilizados no final do Guia dos livros, para uso sugestivo ao professor.....	79
Figura 10: Ilustração do modelo de resenha das obras no Guia para consulta pelo professor.....	81
Figura 11: Carta ao professor – Livro Alfabetiza Brasil.....	83
Figura 12: Boxe Reflexão – Livro Alfabetiza Brasil.....	85
Figura 13: Texto para discussão, interpretação e posterior trabalho com sistema alfabético.....	86
Figura 14: Sugestão de sequência didática presente no manual do professor – Alfabetiza Brasil.....	87
Figuras 15: Imagens de páginas do livro do aluno Alfabetiza Brasil.....	88
Figuras 16: Imagens de páginas do livro do aluno Alfabetiza Brasil.....	93
Figuras 17: Imagens de páginas do livro do aluno Alfabetiza Brasil.....	94

Figura 18: Sumário do manual do professor. Coleção É Bom Aprender	97
Figuras 19: Páginas iniciais do livro do aluno – Livro É Bom Aprender.....	99
Figura 20: Texto de orientação didática para professor sobre Paulo Freire.....	101
Figuras 21: Páginas do livro É Bom Aprender.....	102
Figura 22: Boxes laterais do livro É Bom Aprender indicando trabalho com temas transversais.....	104
Figura 23: Amostra - livro É Bom Aprender - selo “DE OLHO NO TEMA”- trabalho e consumo.....	105
Figuras 24: Páginas do livro É Bom Aprender, exemplo de debate em direitos humanos ...	106
Figura 25: Sumário da parte Alfabetização Matemática, livro É Bom Aprender.....	108
Figuras 26: Páginas exemplo de Alfabetização Matemática, livro É Bom Aprender.....	109
Figura 27: Primeiras páginas – Livro EJA Moderna.....	112
Figura 28: Primeiras páginas – Livro EJA Moderna	114
Figura 29: Abertura de unidade – Livro EJA Moderna.....	115
Figuras 30: Livro EJA Moderna	116
Figura 31: Trabalho com a matemática – Livro EJA Moderna.....	117
Figuras 32: Primeiras páginas do capítulo IV – Livro EJA Moderna.....	118
Figuras 33: Páginas do capítulo V – Livro EJA Moderna.....	120
Figuras 34: Páginas do capítulo V – Livro EJA Moderna	121
Figura 35: Sumário do manual do professor – Livro EJA Moderna.....	123
Figura 36: Primeiro texto direcionado ao aluno – Livro Ler e Pensar o mundo	125
Figuras 37: Segundo e terceiro texto para aluno - Livro Ler e Pensar o mundo	126
Figuras 38: Página inicial de cada unidade temática - Livro Ler e Pensar o mundo	127
Figura 39: Introdução do manual do professor - Livro Ler e Pensar o mundo.....	129
Figura 40: Exemplo de seção Registrando - Livro Ler e Pensar o mundo.....	129

Figura 41: Página com orientações para professor - Livro Ler e Pensar o mundo	133
Figura 42: Boxe “um pouco mais...” - Livro Ler e Pensar o mundo	134
Figura 43: Proposta de leitura do capítulo 1, unidade IV - Livro Ler e Pensar o mundo...	135
Figura 44: Proposta de atividade, do capítulo 1, unidade IV - Livro Ler e Pensar o mundo.....	136
Figura 45: Mensagem para educando, encerrando - Livro Ler e Pensar o mundo.....	137
Figura 46: Carta ao professor – Coleção Vida Nova.....	139
Figura 47: Texto do manual do professor – Coleção Vida Nova.....	140
Figura 48: Seções destaque – Coleção Vida Nova.....	140
Figuras 49: Seções destaque – Coleção Vida Nova.....	142
Figuras 50: Imagens do livro do aluno e as orientações para professor – Coleção Vida Nova.....	144
Figuras 51: Imagens do livro do aluno e as orientações para professor – Coleção Vida Nova.....	146
Figura 52: Textos complementares – Coleção Vida Nova	148
Figuras 53: Mensagem para educando e para educador - Livro Viver, Aprender.....	149
Figuras 54: Páginas exemplo do trabalho com gêneros textuais e prática direta da língua escrita - Livro Viver, Aprender	151
Figura 55: Páginas exemplo do trabalho com tema transversal - Livro Viver, Aprender....	154
Figura 56: Mensagem para educando e para educador - Livro Viver, Aprender.....	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese histórica da EJA no Brasil	30
Quadro 2: Resumo das etapas de funcionamento do PNLD.....	61
Quadro 3: Coleções analisadas	74
Quadro 4: Tabela de livros por classificação de análise	76
Quadro 5: Tabela – nome das unidades e capítulos do sumário – Livro EJA Moderna	113
Quadro 6: Relação de quantitativo de páginas em cada obra estudada	137

SIGLAS E ABREVIACÕES

ALFASOL – Programa Alfabetização Solidária

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CEPLAR – Campanha de Educação Popular

CF/ 88 – Constituição Federal de 1988

CNA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos

CPC – Centro Popular de Cultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EM – Ensino Médio

ETC – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

FTD – Editora. Sigla de homenagem à Frère Théophane Durand.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INL - Instituto Nacional do Livro

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas

LD – Livro Didático

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPC – Movimento de Cultura Popular de Recife

MPEJA – Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos

NEDEJA - Núcleo de Estudos e Documentação sobre a Educação de Jovens e Adultos da Universidade Fluminense

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PCN ´ - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNA – Programa Nacional de Alfabetização

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos,

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SEB – Secretaria de Educação Básica

SEJA - Sistema de Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

SESC – Serviço Social do Comércio

UEL-PR – Universidade Estadual de Londrina no Paraná

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPR - Universidade do Paraná

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

ASPECTOS MEMORIAIS: IMPLICAÇÃO DA PESQUISA.....	18
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	21
1. A CONJUNTURA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	27
1.1. A Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva freiriana.....	36
1.1.2. Por que Freire?.....	38
1.1.3. O processo de alfabetização de adultos proposto por Paulo Freire.....	40
1.1.4. Educação Libertadora.....	43
1.1.5. Dialogicidade.....	43
1.1.6. Tema Gerador.....	45
1.2. Educação emancipatória na EJA.....	46
1.3. EJA e os Direitos Humanos.....	48
1.4. Freire e Direitos Humanos: princípios que dialogam.....	48
1.5. Sujeitos da EJA.....	49
1.6. O sujeito educador da EJA.....	51
1.7. A formação do professor alfabetizador/humanizador para EJA.....	53
1.8. Pensar Certo: a ação do professor na organização de suas escolhas didáticas.....	56
2. O LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	58
2.1. O livro didático na EJA.....	59
2.2. O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.....	60
2.3. O manual do professor.....	66
3. METODOLOGIA.....	70
3.1. Referencial teórico-metodológico.....	71
3.2. Corpus da pesquisa.....	73
3.3. Procedimento de análise de dados.....	75
4. ANALISE DE DADOS.....	78
4.1. Guia de livros didáticos PNLD EJA/2014.....	78
4.2. Coleção Alfabetiza Brasil.....	82
4.3. Coleção É Bom Aprender.....	96
4.4. Coleção EJA Moderna.....	111
4.5. Coleção Ler e Pensar o mundo.....	124
4.6. Coleção Vida Nova.....	138
4.7. Coleção Viver, Aprender.....	148
5. PRODUTO: BLOG.....	157

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162
ANEXO 1.....	168

ASPECTOS MEMORIAIS: IMPLICAÇÃO DA PESQUISA

Essa história, aqui, começa quando rascunhei em minha consciência, nas infinitas intertextualidades possíveis de um pensamento, a ideia de pesquisar, sistematizar estudos voltados para o que eu tinha de mais experiência na docência – A Educação de Jovens e Adultos (EJA); somada ao mais recente conhecimento profissional– o mundo editorial de produção didática.

Ao fazer um recorte de eventos da minha vida pertinentes a este projeto de pesquisa, faço uma viagem ao tempo: quando criança, eu gostava de brincar de ser professora atuando no agora compreendido jogo simbólico proposto por Piaget; eu ajudava minha mãe na organização de materiais e separação das avaliações escolares, pois ela e todas as minhas tias são professoras; durante a graduação, tive minha primeira experiência de sala de aula em turmas de EJA, quando participei do Programa Brasil Alfabetizado¹ em sua fase inicial em Salvador- através da Pró-Reitoria de Extensão da UFBA. Profissionalmente, ainda tive vivências na alfabetização de idosos no Serviço Social do Comércio (SESC BA) e em outros programas sociais em EJA. O percurso mais atual perfaz o trabalho em editorial de livros didáticos, no qual atuo na formação de professores junto a práticas didáticas.

Não posso deixar de revelar a minha iniciação no mundo da escrita, representado soberanamente por uma imagem de livro. Todo mundo lembra dos seus primeiros livros. E das pessoas que o influenciaram ou o apresentaram ao universo da imaginação através das palavras.

Recordo-me do meu primeiro livro com tamanha lembrança que sou capaz de reexperimentar, mesmo que simbolicamente, a sinestesia relativa às suas dimensões, sua textura e seu cheiro. Era a história de um livro em folhas duras e grossas, cujo título era “O Patinho Feio”. Depois de um tempo aquele objeto já estava desgastado, pois eu não o larguei até que ele não me emocionasse mais, ou a história ali contada fora dominada.

1 O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), realizado pelo MEC desde 2003, é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo. Tem o objetivo de promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

E, evidentemente, o livro passou a ser um companheiro constante durante a trajetória escolar e posteriormente acadêmica. Profissionalmente, o livro permaneceu presente no meu dia a dia, como ferramenta de apoio didático das aulas então ministradas de língua portuguesa. Não demorou para que as trilhas da vida me apresentassem o mundo de trabalho que envolve a elaboração e o nascimento de um livro, seja ele didático ou não – o mercado editorial.

Em contribuição para análise do Livro Didático (LD) enquanto objeto de estudo, não posso deixar de recordar da bagagem crítica alicerçada nas aulas de Análise do Discurso do mestrado em “Linguística Textual” que participei enquanto aluna especial. Revelou-se o livro como um reprodutor de ideias, transmissor de mensagens subliminares através das diversas configurações textuais que apresenta. No aprendizado na área da linguística, o meu universo de percepções humanas se expandiu, permitindo a conclusão que tal campo – Análise do Discurso² - deveria fazer parte da educação de todos os professores. O enriquecimento do olhar sobre as possibilidades interpretativas de um texto, de uma imagem ou um discurso, assim como as leituras diferenciadas de um mesmo texto a partir do contexto de ou situacionabilidade do contato. É uma área de conhecimento que nos permite desnudar o mundo da comunicação, nos transformando em pessoas melhores.

Uma outra experiência envolvendo o livro foi através do setor editorial, em que eu tive a oportunidade realizar um trabalho de formação de professores como o foco em livro didático. Participei de muitos encontros, em escolas e secretarias de educação, com professores que vivenciavam o momento de seleção de livros didáticos dispostos pelo Ministério da Educação. O que analisar para escolher um livro enquanto ferramenta didática? Que aspectos de qualidade o livro pode apresentar? E quando a escolha é para uso em turmas de Educação de Jovens e Adultos? Muitos olhares diferentes se fazem em torno dos livros didáticos, dependendo da trajetória de vida de cada professor, de sua formação, das opções metodológicas, enfim, de sua ideologia. Mas, ao trabalhar e estudar mais sobre livros didáticos, percebi que este tem uma função bastante importante: a de apresentar e mediar ao estudante o mundo da escrita e sua forma própria de construir conhecimentos que são socialmente reconhecidos, legitimados, valorizados. Por isso, é curioso observar que na maioria das vezes se fala que o livro didático é usado, e não propriamente lido, indicando sua

2 A Análise do discurso diz respeito a um campo da linguística e da comunicação que estuda as construções ideológicas de um texto. É comumente utilizada para estudar textos midiáticos e as ideologias presentes.

particularidade. Esse uso é sistemático, implicando mais de uma leitura, tanto do professor como do aluno, na sala de aula ou fora dela dá condição para que o livro didático de fato se realiza como tal, ou seja, como um recurso promotor de aprendizagem.

A partir daí, surgiu o meu interesse em analisar e pesquisar, os livros didáticos voltados para a EJA, e as contribuições desses na formação didática dos professores. Busco encontrar trilhas baseadas na epistemologia de Paulo Freire por acreditar no amparo de suas teorias para o aprendizado do educando da EJA em sala de aula. A intenção é perceber a construção proposta pelos livros didáticos sob o olhar dos requisitos freireanos, como: dialogicidade, democracia, autonomia e ética, e como estes conhecimentos e prática dos mesmos podem contribuir com a expansão e consciência crítica de ação libertadora.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesses primeiros escritos, objetiva-se trazer à tona não apenas as experiências vividas, mas a relevância, a pertinência e os fundamentos que me conduziram à dedicação de estudos na análise do livro didático, especificadamente, os livros de EJA.

A idealização deste projeto de pesquisa surgiu da própria experiência vivida. Por desenvolver trabalho em empresa do setor editorial, diretamente relacionada à formação de professor, foram surgindo inquietações sobre como os atuais materiais propostos nos PNLD EJA/2014 apresentam, além de sequência didática³ impressa como ferramenta para o trabalho de sala aula, uma fundamentação teórica/metodológica que colaborasse para formação do alfabetizador comprometido de uma educação autônoma, libertadora e de qualidade.

A vivência de sala de aula permite ao professor um amadurecimento didático ao tempo que favorece uma prática e reflexão sobre a prática. Entretanto, há crença em o olhar de educadora que também vivenciou o mercado editorial, e possa, além de explorar o processo, contribuir com a crítica em torno destes materiais.

A análise de livro didático, importante instrumento de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tem despertado o interesse de pesquisadores de várias áreas. Contudo, ainda são poucos os estudos direcionados a materiais didáticos para educadores e educandos de turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Os primeiros estudos sobre os materiais em EJA, com tal objeto, foram problematizados pelas pesquisas desenvolvidas por Beisiegel (1984; 2004) e Paiva (1983), que revelaram o valor dos materiais didáticos como um dos subsídios fundamentais da atuação político-pedagógica, tanto do poder público, quanto dos movimentos de educação popular entre os anos 1940 e 1970.

Fávero (1984) dá prosseguimento aos estudos ao realizar um mapeamento da produção didática para a educação popular dos anos 1950 a 1982. Ele sistematizou e catalogou materiais para alfabetização e educação de base de adolescentes e adultos (na época não se usava a categoria 'jovem'), observando a origem e o que inspirava essas produções - os têm

3 O termo *sequencia didática* está sendo aqui utilizado não na teoria original em que representantes são Bernard Schneuwly Jean Paul Bronckart e Joaquim Dolz, associada ao conceito de gêneros discursivos para o ensino de línguas, mas sim com seu entendimento mais popular referindo-se a simples conjunto de atividades, planejadas para ensinar um conteúdo, etapa por etapa.

em acervo no Núcleo de Estudos e Documentação sobre a Educação de Jovens e Adultos da Universidade Fluminense (NEDEJA/UFF). Já no artigo “Materiais Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos”, Fávero (2007) retoma o trabalho anterior e apresenta um novo estudo sobre a produção dos materiais didáticos para EJA, em que analisa e compara: o programa político-pedagógico do da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o material didático elaborado por eles; a proposta pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra com materiais utilizados em seus acampamentos e assentamentos; e livros editados pelo Sistema de Educação de Jovens e Adultos (SEJA) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Neste último, destaca pontos comuns aos programas educativos e materiais didáticos estudados, tais como: as propostas são fruto de elaborações coletivas, amadurecidas durante anos; forte referência na formação dos formadores para ação educativa, como compromisso político também; apresenta referência implícita ou explícita à pedagogia de Paulo Freire, entre outros.

As mais recentes pesquisas em materiais didáticos para EJA mostram outras vertentes de investigação: análise do livro didático, em que o objeto de estudo passa a ser derivado do mercado editorial, deixando de ser apenas originários dos movimentos de Educação Popular. Além disso, as discussões saem dos aspectos que dizem respeito à concepção política e método das obras, para apreciação de conteúdo, concepções teóricas e metodológicas de produção. Vejamos:

Takeuchi (2005) escolheu como objeto de análise duas coleções didáticas, produzidas por grandes editoras paulistas. A pesquisadora estabelece relação dos dispositivos editoriais dos livros destinados à EJA com o material didático mais relevante para Educação Básica produzido pelas mesmas editoras. Nesse estudo, Takeuchi evidencia que os livros didáticos para EJA não foram originalmente construídos para o educando adulto, mas, por meio de estratégias editoriais (assim como organização de projeto gráfico, quantidade de páginas, etc.) tornaram-se destinados à EJA.

A análise de duas coleções de EJA das duas únicas Editoras que apresentavam esse produto no período do desenvolvimento deste trabalho mostrou que elas foram elaboradas a partir de materiais pré-existent, configurando-se como um subproduto. A estratégia de recortar e colar não é tão nova assim. Nesse sentido, as duas únicas Editoras que se prestam a se lançar nesse nicho de mercado – no momento da realização desta pesquisa, é sempre importante ressaltar – eram também as duas maiores empresas do ramo, não usaram de ações inovadoras(...). E, se as nossas Editoras atuais não estão sendo inovadoras nas estratégias adotadas no projeto, tampouco estão sendo nas intenções que as mobilizaram a ele. Redimensionando espaço, tempo, e sujeitos, percebemos a permanência da estratégia editorial – baseada na concepção de um público leitor em identidade temporal, espacial e como sujeito da história. (TAKEUCHI, 2005, p. 157)

Dissertações mais recentes já trazem uma abordagem dos livros didáticos dentro do Programa Nacional do Livro Didático. Soek (2009) analisou o encaminhamento do trabalho pedagógico com alfabetização de jovens e adultos apresentados no manual do alfabetizador do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos - PNLA/2008, mostrando deficiências na construção dos manuais, mas também aspectos colaboradores para a formação do alfabetizador do Programa Brasil Alfabetizado.

Existem algumas outras pesquisas atuais em materiais didáticos para EJA, entretanto versam mais sobre a prática de sala de aula⁴ ou visão⁵ acerca do livro didático pelos sujeitos (professores ou alunos) ou até mesmo analisam o livro da EJA a partir do enfoque de uma disciplina⁶, o que não é a essência do trabalho em questão.

Para esta proposta de pesquisa, deu-se continuidade a estudos em torno de materiais didáticos, tomando como referência o Guia de Livros Didáticos, as próprias obras e seus manuais preconizados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD EJA /2014⁷. Objetivava-se no estudo identificar nessas publicações aspectos contributivos na formação do professor alfabetizador de EJA, que se relacionassem com as atuais demandas da educação no que tange à formação cidadã, o entendimento de educação como prática da liberdade (FREIRE, 1987), e que cooperassem com a idealização de ações que efetivem algumas metas do PNE/ 2014, como a meta 9⁸ – [...] erradicar⁹ o analfabetismo absoluto e reduzir em 50%

4 A título de exemplificação foram encontradas as teses: Alves, Maria Ligia Isídio. Os saberes nas práticas pedagógicas de educação de jovens e adultos: um estudo para além do livro didático- João Pessoa, 2017, e Maia, Humberto Cordeiro Araújo. Entre algemas e liberdade: prática docente e uso do livro didático de geografia na educação de jovens e adultos - EJA em Serrolândia - Bahia – Salvador, 2016.

5 A título de exemplificação foram encontradas as teses: QUEIROZ, Ana Maria de. Livro Didático na EJA: Concepções de professores e alunos no cotidiano escolar - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012

6 A título de exemplificação foram encontradas as teses: SANTANA, Luciana Getirana de. Análise do material impresso de matemática do PEJA: Reflexões baseadas no PNLD EJA 2011. Rio de Janeiro, 2011. / Silva, Leonardo Cristiano da. Análise de material didático de física para EJA: do Telecurso ao PNLD-EJA. Belo Horizonte, 2017.

7 O PNLD EJA/2014 foi o último edital de escolha de livros didáticos específicos para Educação de Jovens e Adultos até a data de defesa dessa dissertação.

8 Como uma das diretrizes do PNE/2014, a erradicação do analfabetismo fora aqui citada por se tratar de meta educacional posta em documento governamental, o que reforça a ideia de investimentos na EJA e em tudo que diz respeito a qualidade desta modalidade de educação, por isso importante implicação desses estudos. Além disso, citar o PNE reforça a crença de que eliminar analfabetismo requer sobretudo de vontade política e investimentos em tal.

9 É importante ressaltar que o termo **erradicação do analfabetismo** é criticado por muitos especialistas, como a pesquisadora Cláudia Maria Mendes Gontijo - ao considerar analfabetismo assim, o tem como uma doença que precisa ser curada e coloca o estudo de ordem biológica, psicológica e individual, afastando sua natureza social. Isso será discutido em outros momentos dessa dissertação.

(cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. O cerne desta investigação esteve em identificar nas obras princípios freireanos em diálogo com os Direitos Humanos.

Imergir em Paulo Freire e seu método¹⁰ é acreditar numa Educação de Jovens e Adultos democrática, baseada em diálogo. Em suas diversas publicações, o que se vê é a busca pela transformação social através da educação, com base na justiça, autonomia, responsabilidade e solidariedade – princípios fundamentais em estudos na EJA. Além disso, Freire figura como um dos teóricos mais citados em pesquisas na área de ciência humanas.

Em paralelo a concepções freirianas, foram analisadas também se há situações de encaminhamentos didáticos que podem conduzir professores e alunos a interpretações estereotipadas, distantes da realidade em direitos humanos. Para isso, realizou-se uma reflexão crítica sobre a importante ação que a educação de pessoas adultas pode desempenhar na promoção desses direitos, e por esta ser uma ferramenta efetiva para fortalecimentos dos estudantes de EJA, os quais em algum período de suas vidas foram reservados dos estudos formais. Por isso, esta investigação buscou responder à questão de como LD e seu respectivo manual do professor colaboram com formação do professor para mediação em sala de aula, possibilitam discussões/ problematizações em questões relacionadas a uma formação de educação básica pautada em direitos humanos e, assim, uma educação emancipatória? Segundo Gadotti (2012):

Por “perspectiva emancipatória” da educação entende-se a visão de que os processos educativos precisam estar comprometidos com uma visão de mundo transformadora, inconformada com um mundo injusto e insustentável em que vivemos. Por isso, uma perspectiva emancipatória da educação e do trabalho deve desenvolver a capacidade de pensar criticamente a realidade e promover a justiça e a solidariedade, fundada na ética, e respeitando a dignidade e a autonomia do educando. Daí a importância estratégica do professor como intelectual transformador e a escola como um espaço de contestação e de construção de uma visão crítica da sociedade, formando para o exercício da cidadania desde a infância.

Muitos documentos evidenciam a importância de inserir tal formação para jovens e adultos. Na esfera internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) deixa claro a certeza de que a conquista do bem depende da educação, num processo formativo. Verifica-se tal preocupação, quando se lê:

A ASSEMBLÉIA GERAL proclama a presente DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão ao da

10 O processo pelo qual Paulo Freire desenvolveu a alfabetização a partir das ideias, *começar pelo começo*, um jeito mais humano de ensinar a ler-e-escrever, termo que mais tarde veio a se chamar “Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos”.

sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (COMPRARATO, 2011, p. 247)

Em âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988, no artigo 205, apresenta um cuidado com o tema ao afirmar que o objetivo da educação é preparar para a obtenção do “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1988) e não meramente para o mercado de trabalho. Na mesma perspectiva temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, artigo 22 “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania (...)” (BRASIL, 1996), entendendo o termo cidadania assim explicitado através das pertinentes palavras do prof. Milton Santos:

Ser cidadão, perdoem-me os que cultuam o direito, é ser como o estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado. O indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão sabe o que poderiam ser os seus direitos. (SANTOS, 1996/97, p. 133)

A Educação em Direitos Humanos na EJA resulta na proteção da dignidade humana, na significação de valores norteadores, construtores de uma cultura fundamentada na compreensão do respeito à dignidade com o respeito a todas as pessoas, concebendo os direitos humanos como guias irrefutáveis.

Revelando a lógica de investigação, o primeiro capítulo aborda o contexto da Educação de Jovens e Adultos a partir da fundamentação teórica base dos estudos desta pesquisa. Para tanto, trazemos o ponto de vista da EJA por Paulo Freire, elucidando em cada subitem do capítulo os princípios da sua proposta de Educação Libertadora: dialogicidade e tema gerador; bem como elucidamos elementos e sujeitos envolvidos na EJA na perspectiva da educação emancipatória.

O segundo capítulo aborda um debate sobre o livro didático no contexto escolar, principalmente o livro da EJA, explanando também sobre os elementos em torno deste objeto da pesquisa tais como: O Programa Nacional do Livro didático, Guia didático do MEC sobre as coleções e o manual do professor que acompanha o livro didático na versão do educador.

A partir daí a dissertação está com o foco no trabalho empírico, trazendo no terceiro capítulo a metodologia para o desenvolvimento deste, e no quarto capítulo a análise dos dados

– estudos das 06 coleções de alfabetização aprovadas pelo MEC e dispostas para PNLD EJA ano de 2014.

No capítulo cinco, há uma síntese do produto/intervenção fruto dessa pesquisa: o BLOG - que ofereça informações atuais e específicas, que despertem a autonomia do professor e que estimule a curiosidade na busca por materiais didáticos de qualidade, condizentes com a realidade tempo/espço das turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Encerrando os escritos, as considerações finais.

1. A CONJUNTURA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

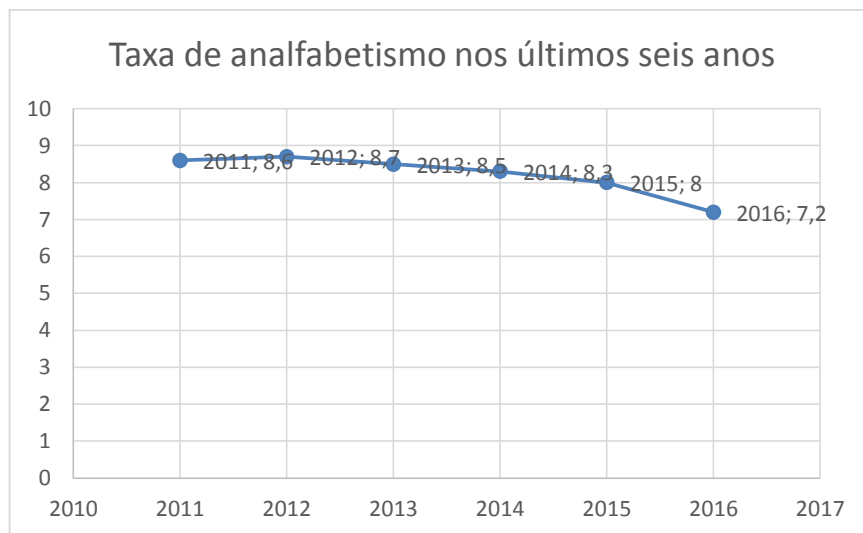
O campo da Educação de Jovens e Adultos é repleto de complexidades por configurar um campo político, diverso, que traz consigo um valioso legado da Educação Popular¹¹. Tem uma longa história e ainda há muito o que se percorrer, já que é um campo com necessidade de consolidação em pesquisas, formação de professores, políticas públicas e intervenções pedagógicas. Por isso, em via de regra, a EJA tem uma característica marcante na maior parte de suas atuações: desprofissionalizada, recorrendo à boa vontade dos envolvidos e, às vezes, a improvisação

Em contrapartida, encontramos na sociedade sinais preocupantes: milhões de jovens e adultos, fora da idade escolar, que se enquadram no direito à educação básica. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de revelarem nos últimos anos uma diminuição na taxa do analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais (figura 1), os dados se mostraram longe dos planos de metas do PNE, estipulado até 2010 de redução desta taxa em 6,5%, e ainda mais longe das novas metas (PNE 2014-2024) que versam em zerar dados de analfabetismo absoluto. A mesma preocupação se faz na análise dos índices de analfabetismo funcional¹², quando levam em consideração pessoas que tem 15 anos ou mais, mas que tiveram menos de 4 anos de estudo formal.

Gráfico 1: Levantamento da taxa de analfabetismo dos últimos anos no Brasil:

11 Educação Popular compreendida aqui numa concepção Freiriana, como uma teoria do conhecimento reportada na realidade, fazendo uso de diferentes metodologias incentivadoras que impelem o empoderamento das pessoas, orientados pelos princípios humanos de igualdade, justiça e liberdade.

12 Os dados sobre analfabetismo funcional coletados pelo IBGE seguem as recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que considera analfabeto funcional aquele que teve menos de quatro anos de estudos completos. A partir desse critério, é possível afirmar que mais de 20% da população é analfabeta funcional. Mas os números podem não refletir a realidade da população brasileira quando se fala em habilidades de leitura e escrita e no conceito de letramento, ou seja, o uso social dessas habilidades. Fonte: (<http://www.ufjf.br/ladem/2011/11/11/superacao-do-analfabetismo-brasileiro-permanece-como-meta-nao-alcancada/>)

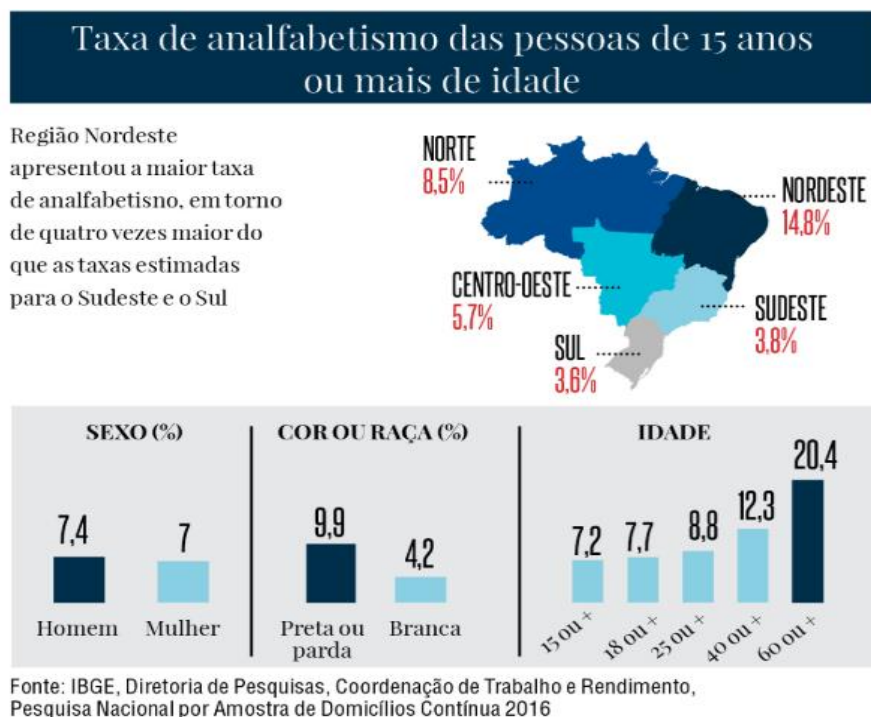


Fonte: IBGE

Mesmo que discreta, a diminuição da taxa de analfabetismo revelada recentemente corresponde também a relação com a mortalidade, visto que boa parte dos integrantes do quadro de analfabetismo no Brasil se enquadram à faixa etária de idosos, com indicativo também de redução para próximos anos, o que não reflete exatamente um trabalho dedicado à EJA para o resultado. Isso mostra que não há motivos para comemorar visto que o IBGE certificou o Brasil como um país com quase 12 milhões de analfabetos – cerca de 7,2% da população de pessoas acima de 15 anos (figura abaixo).

Pela dimensão da demanda potencial pela EJA, é certa a necessidade de políticas públicas, ações afirmativas e de pesquisas nesta modalidade de ensino, assim melhor compreensão das especificidades e a melhor forma de ação para o desenvolvimento dos educandos, seja no entendimento do sujeito da EJA e sua memória, currículo, gestão, tecnologias, formação de professor e assim também sobre o uso material didático.

Figura 1: Taxa de analfabetismo / Dados do IBGE - pesquisa referente ano 2016.



<Fonte:<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>> acesso em fevereiro 2018.

Por meio das informações fornecidas pela figura acima, pode-se afirmar que o analfabetismo persiste em se apresentar principalmente nas regiões mais pobres do país, além de continuar em seu maior número na população negra ou parda com idade avançada.

Analisar o movimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil não é uma tarefa fácil, pela sua complexidade e diversidade de oferta, caracterizada quase sempre programas temporários e/ou ações emergenciais. Há uma carência de uma política pública a longo prazo que permita um trabalho para sua consolidação como uma política de responsabilidade pública

No passado como no presente a educação de jovens e adultos sempre compreendeu um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais. Muitos desses processos se desenvolvem de modo mais ou menos sistemático fora de ambientes escolares, realizando-se na família, nos locais de trabalho, nos espaços de convívio sociocultural e lazer, nas instituições religiosas e, nos dias atuais, também com o concurso dos meios de informação e comunicação à distância. (HADDAD; DI PIERRO, 2000)

Como subsidio para um breve contexto histórico da EJA, abaixo um quadro síntese a partir de artigo com estudos recentes das autoras VIEGAS e MORAES (2017), que apresentam relevantes direcionamentos político-pedagógico para EJA à luz de estudiosos

fundamentais para a modalidade de ensino: Paulo Freire em diálogo com pesquisadores mais atuais – Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro.

Quadro 1: Síntese histórica da EJA no Brasil

MARCOS EDUCACIONAIS – EJA
Alguns vestígios até os anos 30
• Estudos investigativos revelam que a primeira prática educativa destinada ao ensino de pessoas jovens e adultas em terras brasileiras tenha se dado pelos padres jesuítas em 1549, via aculturação e catequese. • Após a independência do Brasil, na fase imperial - surgimento da primeira Constituição, em 1824 que garantia “A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” (Art. 179, XXXII). Importante passo na história da educação brasileira, principalmente porque foi basilar para as constituições posteriores, mesmo não havendo mudança significativa para época. • No Brasil Império, rural e escravocrata, o conceito de cidadania mencionado na Constituição foi um entrave para a execução do direito concedido. Assim também no Brasil República, a segunda Constituição Brasileira, de 1891, também retrógrada porque não assegurou o direito já concedido pela Constituição Imperial de instrução primária e gratuita a “todos”, eximindo-o do texto da nova Constituição, e porque vetou o direito ao voto da população analfabeta, condicionando tal exercício à alfabetização (Art. 70, Parágrafo 2º). • Os anos 20 e 30 do século XX não houve avanços significativos na escolarização de jovens e adultos. Mas houveram, no contexto socioeconômico, iniciativas que serviram de base para as futuras políticas públicas educacionais para adultos e edolescentes. Alavancada por uma economia industrial, havia necessidade de mão de obra trabalhadora, o que demarcou urgência. O marco relevante da Era Vargas foi a criação da Constituição de 1934 e a especial atenção que ela conferiu à educação, principalmente pela criação do Plano Nacional de Educação (PNE). Pela primeira vez em âmbito nacional, foi assegurado o direito de todos à educação (Art. 149). Em especial, frisou-se o direito aos alunos adultos de

cursar o ensino primário gratuito (Art. 150).
Dos anos 40 aos 60: perspectivas de legitimação da EJA
• A partir dos anos 40 a educação de adultos se configurou como política pública educacional: o Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1942; o Serviço de Educação de Adultos e a Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947 e a Campanha de Educação Rural, em 1952. • O caráter das inovações pedagógicas propostas por Paulo Freire, de cunho social e político, agradou o Governo de Kubitschek e fez surgir a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNA). Paulo Freire tornou-se, pois, referência nacional inspiradora para os educadores que ensinavam para alunos adultos em todo o Brasil. E a década de 60 ficou caracterizada pela promoção de diversas campanhas e movimentos de educação popular, entre eles: o Movimento de Educação de Base (MEB); o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), diretamente organizado por Freire; o Centro Popular de Cultura (CPC), associado a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Haddad e Di Pierro (2000, p. 111) afirmam que de 1959 a 1964 foi um “período de luz” nessa trajetória, interrompido apenas pelo Golpe Militar, de 1964.
Ditadura brasileira: um volver na história da EJA
• Paulo Freire foi arduamente perseguido pelo governo ditatorial, que o acusava de difundir ideias contrárias e anárquicas ao regime político da época. Foram extintos programas de educação de adultos de cunho popular, por outro lado, os problemas educacionais do Brasil pós-Golpe Militar aumentavam. • Enfrentando dificuldades para redução do analfabetismo, o governo, então, elaborou o seu próprio projeto, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – O MOBRAL. Idealizado desde 1967, no governo do general Costa e Silva, a efetivação ocorreu em 1969, no governo Médici. Vale citar que vários decretos foram publicados para que a presidência do MOBRAL fosse nomeada pelo respectivo Presidente da República. Isso serve para mostrar o claro interesse governamental no setor educativo, assim como o seu nível de interferência na Educação. A educação oferecida configurava-se mera

instrução escolar - instrumentalizar o aluno a decodificar letras e números, sem se preocupar com o desenvolvimento político-social do educando.

- Em 1985, o MOBRAL foi extinto pelo então presidente José Sarney, mas suas ideologias permaneceram no cenário educacional brasileiro até meados de 1990, por meio da criação da Fundação Educar.

Os anos 90: desencontros entre metas e resultados

- A década **de 90 foi marcada pela expectativa de redemocratização no cenário político brasileiro**, influenciada pela promulgação da Constituição de 1988. Com o fim do regime ditatorial, fortaleceram-se diversas frentes de cunho social, organizadas e articuladas pela população e o ressurgimento ideológico dos grupos sociais reprimidos pelo Golpe Militar. Apesar disso, a EJA continuava sem de política públicas concretas. Por isso, o MEC lançou, ainda no início dos anos 90, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, o PNAC, que se propunha a reduzir em 70% o analfabetismo brasileiro – da população infantil, jovem e adulta – no prazo de cinco anos, mas sua duração não chegou a dois anos, sem dados significativos e justificado novamente por falta de recursos financeiros.
- O ano de 1996 ficou marcado na história da educação brasileira. No governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma emenda constitucional alterou, dentre outros, o Art. 208 da Constituição de 1988, que garantia a gratuidade e a obrigatoriedade na oferta do Ensino Fundamental aos alunos que não o cursaram quando na idade própria. Também dessa época é a **vigente Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96)**, de 20 de dezembro de 1996, sem grandes inovações, mas por oficializou a EJA enquanto modalidade de ensino.
- Em âmbito internacional, certamente algumas iniciativas educacionais lograram mais êxito, repercutindo positivamente no cenário nacional. Dentre elas, a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA). Promovida pela UNESCO em julho de 1997, na cidade de Hamburgo, na Alemanha, teve como principal objetivo universalizar os propósitos gerais da educação de adultos. Desse encontro resultou a importante **Declaração de Hamburgo, documento do qual o Brasil é signatário.**

Um novo século, um novo direcionamento

- Em maio de 2000, a Câmara de Educação Básica (CEB) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovaram o Parecer CNE/CEB 11/2000. De significativa relevância, trata das **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EJA** – até a presente data, é o **documento oficial que rege as ações educativas nessa modalidade de ensino**. É desse ano também a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) - um planejamento educacional aprovado pelo Congresso Nacional para todos os níveis de ensino da Educação Básica, firmado no cenário internacional, e com apoio da UNESCO. O capítulo do PNE dedicado a EJA é composto por 26 metas, dentre elas, erradicar o analfabetismo no Brasil, e a continuidade dos estudos se deu na garantia do EF público e gratuito e na possibilidade de aumentar a oferta de vagas para EJA no EM.
- A transição do governo FHC (1995-2002) para o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) não significou, em relação ao Plano, a descontinuidade de sua execução. No governo Lula, notou-se uma atenção maior ao direcionamento de recursos para iniciativas antes embargadas pelo governo FHC. Algumas ações: O Programa Brasil Alfabetizado, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (MEC); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, gerido pela Secretaria Nacional de Juventude; o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mantido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; e o Exame Nacional de Certificação de Competências, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). (DI PIERRO, 2010, p. 946)
- Nos anos de 2009 e 2010, foram realizados dois importantes encontros: **a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA)** e a Conferência Nacional de Educação (CONAE), respectivamente. A primeira, organizada pela UNESCO e realizada pela primeira vez no Brasil, em Belém (PA), sendo um encontro destinado somente à educação de adultos. Foram

mobilizadas as lideranças educacionais de todos os estados brasileiros a fim de promover maior unidade no tocante às ações educacionais para o segmento da EJA. A segunda - A CONAE, realizada em Brasília, contemplou em suas discussões todos os níveis de ensino da educação brasileira, com relação administração e distribuição de recursos, sendo a EJA apenas uma seção dentre as demais. Essas duas conferências, além das trocas de experiências suscitadas pelos encontros em si, foram importantes por inspirarem a elaboração do novo e atual PNE (2011-2020).

- Dados importantes: Relatório de Monitoramento Global da Educação para Todos 2013/2014/2015, divulgado pela UNESCO em janeiro de 2014, que classificou o Brasil como o 8º país, dentre os 150 países pesquisados, que maior taxa de analfabetismo adulto apresentou.
- Mais recentes programas destinados à educação de pessoas jovens, adultas e idosas, destacam-se dois: O Programa Alfabetização Solidária (AlfaSol) e o Programa Brasil Alfabetizado (PBA); a EJA está sendo ofertada em maior frequência nas escolas públicas estaduais e municipais do país. Na esfera federal da educação, há uma crescente oferta no oferecimento dessa modalidade, oferecendo uma formação profissionalizante a esse alunado: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), oficializado pelo Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006.

(Quadro se configura com resumos de trechos do artigo VIEGAS e MORAES (2017) com grifos de destaque por Alene Bastos)

Na análise do histórico da EJA no Brasil, evidencia-se que são constantes as rupturas e descontinuidade de campanhas que ofertam o ensino aos jovens e adultos. Isso comprova o desinteresse do poder público, em qualquer época da história do Brasil, em desenvolver uma política pública firme em escolarização, assim como em cultura em prol do desenvolvimento social igualitário. Quando o fazem, escolarização, os programas educacionais sempre se configuram emergenciais para um problema de ordem nacional e/ou enfraquecidos, quando se entende relações de educação como ação entre dominantes e dominados: educação popular versus outra das elites; ou ainda quando a escolarização somente se apresenta para formação técnica, profissionalizante, de mão de obra. O entendimento sobre isso pode ser percebido nos

escritos de Althusser, quando fala da escola enquanto aparelho ideológico (AIE) para reprodução capitalista em que todo estudante está inserido.

O papel dominante cabe à Escola, se bem que sua música seja silenciosa (...) Em algum momento, no início do secundário (Althusser fala da França), uma enorme massa cai 'na produção', os operários e os camponeses. Outra parte continua aos tropeços para finalmente cair nos empregos médios de "pequenos burgueses" de todos os calibres. Uma terceira parte atinge um cume para cair num semi-emprego intelectual ou para fornecer, além "intelectuais do trabalhador coletivo", os agentes da exploração, da repressão e da ideologia. (ALTHUSSER, 1985, p.32)

Como elemento mobilizador de engajamento, a partir das CONFINTEAS, em especial as V e VI Conferência Internacional de Educação de Adultos- CONFINTEA VI, esta última realizada no Brasil, surgiram fóruns e posteriormente encontros nacionais para EJA que constituíram momentos importantes para discussão e socialização de experiências que contribuem para o fomento estudos e políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos, além da união de forças para pressionar a oferta o governo para oferta de qualidade dessa modalidade de ensino. Ressalvo também um crescimento em cursos e formações acadêmicas específica em EJA nas universidades brasileiras, com destaque para Universidade Estadual da Bahia, atuando na realização de projetos alfabetizadores e oferta, desde 2008, cursos de Especialização na Educação Básica de Jovens e Adultos, em que se estuda criticamente as tendências atuais e as inovações pedagógicas na área, permitindo aos futuros docentes um entendimento acerca dos problemas, limitações e dificuldades existentes nesta área educativa, além do programa de mestrado profissional (MPEJA).

Nessa trajetória histórica, é importante situar a do O PNLD – programa que congrega os livros foco desta pesquisa - que foi criado em 1938, a partir do Decreto-Lei n. 1.006 de 30/12/38, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) estabeleceu a primeira ação política para cuidar da produção, do controle e da circulação dessas obras. Segundo FREITAG (1989), tal comissão exercia mais a supervisão de domínio político-ideológico do que fundamentalmente a função didática. Essa iniciativa aparece após Constituição de 1934, Era Vargas quando, pela primeira vez, foi assegurado o 'direito de todos à educação'. Considerações sobre o PNLD e LD serão melhor elucidadas no capítulo dessa dissertação a eles destinado.

No que diz respeito a Educação de Jovens e Adultos (EJA) muitos direitos ainda estão longe da realidade de concretização. Para efetivação de garantias fundamentais, na busca por respeito à dignidade da pessoa humana, as pessoas necessitam estar instruídas de seus direitos e deveres, e sensibilizadas para ação dessa prática social.

Movimentos voltados às questões raciais, as questões de gênero, as situações econômico-sociais, direitos das crianças, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas com deficiência são objetos de primeira ordem na atualidade, quando se trata de discutir casos de violações de direitos. O ensejo pela justiça ecoa na sociedade, e vem abrindo espaço importante nas instâncias governamentais, em que a educação se mostra uma atividade poderosa para enfrentamento dos problemas e para a consequente construção de uma realidade mais justa e mais fraterna (SILVA, 2010).

As Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos estão em concordância no entendimento que a educação desenvolve uma tarefa fundamental na busca por uma realidade mais humana. Compreendemos, então, que os estabelecimentos de ensino são responsáveis por “(...) educação baseada na dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação” (BRASIL, 2012, artigo 13)

Em Freire (1999) buscou-se a bagagem imprescindível que trouxesse à tona um conteúdo para entendimento da educação como elemento para transformação social. Para ele, a humanização tem relação automática com a superação de ‘situações-limites’, que é o reconhecimento das condições de desigualdade e injustiças, as quais fazem as pessoas se sentirem menores. Por isso, a humanização está relacionada à prática de liberdade, possível através de plano educativo comprometido com o sujeito histórico em formação e (trans) formador sua realidade social.

1.1. A Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva Freiriana

A relação de Paulo Freire com Educação de Jovens e Adultos começa em torno da palavra ALFABETIZAÇÃO, da qual tão logo ele afastou qualquer hipótese de uma construção puramente mecânica, entendeu que caminhos utilizados neste processo com adultos deveriam ser distintos dos utilizados para alfabetizar crianças, e identificou que palavras trabalhadas para aquisição do sistema alfabético necessitariam advir de um universo vocabular próprio dos estudantes e de sua valorização. Além disso, na alfabetização o homem brasileiro se dava no reconhecimento e tomada de consciência de sua realidade para transformar ingenuidade em criticidade enquanto se alfabetizar.

Sempre confiáramos no povo. Sempre rejeitáramos fórmulas doadas. Sempre acreditáramos que tínhamos algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe.

Experimentáramos métodos, técnicas, processos de comunicação. Superamos procedimentos. Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos, de

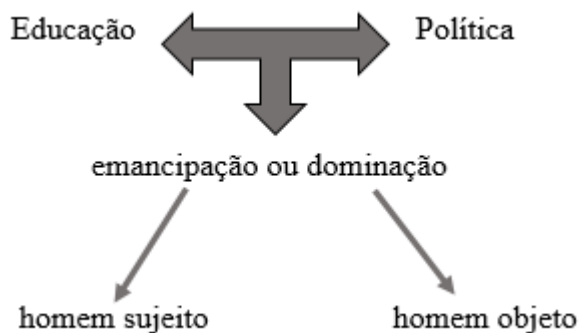
que só nas bases populares e com elas, poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas. Daí, jamais admitirmos que a democratização da cultura fosse a sua vulgarização, ou por outro lado, a doação ao povo, do que formulássemos nós mesmos, em nossa biblioteca e que a ele entregássemos como prescrições a serem seguidas. (FREIRE, 1999, p.. 102)

Ao pesquisar a Educação de Jovens e adultos, principalmente no que tange à alfabetização, é impossível ignorar a admirável contribuição de Paulo Freire, que permitiu reaver certas dimensões do processo de alfabetização que não haviam sido reconhecidas, sobretudo as dimensões sociais e políticas. E a difusão de seu pensamento fez com que os fóruns nacionais e internacionais reconhecessem o legado do qual não se pode renunciar: mais do que um método de alfabetização, Freire construiu uma concepção de vida a partir da educação; ele contrapôs a educação bancária, praticada no mundo todo, à educação crítica, emancipadora, colocando o educando enquanto sujeito da aprendizagem.

Na medida em que a educação ‘bancária’ anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu ‘humanitarismo’, e não humanismo está em preservar a situação de que são beneficiários e que possibilita a manutenção de sua falsa generosidade. (FREIRE, 1987, p. 34)

Freire traz importante contribuição para EJA ao revelar a educação com uma prática para a liberdade (reveladora das condições de vida para superação), onde o ponto crucial para essa construção está em entendimento de uma relação intrínseca entre educação e política, sendo que a educação nunca é neutra, está a favor da dominação ou emancipação.

Figura 2: Esquema relação Educação e Política por Paulo Freire



(Fonte: Elaboração da própria autora para esta pesquisa)

Além disso, para Paulo Freire, o diálogo e a criticidade são entradas para educação consciente, e é exatamente na relação entre educador e educando, e suas interações através do objeto desconhecido, que acontece a destreza de atitude crítica.

O autêntico diálogo freireano do qual tanto precisamos é aquele que, ao contrário, se rege pela amorosidade, pelo respeito ao diferente e admiração pela diversidade e pela crença na horizontalidade das relações entre pessoas como sujeitos da história para construção de um mundo verdadeiramente democrático. É uma ação cultural para humanização. (FREIRE, 2016, p. 14)

1.1.2. Por que Freire?

Nas palavras do professor Antônio Nóvoa (2015)¹³, “A partir de uma concepção educativa própria, que cruza a teoria social, o compromisso moral e a participação política, Paulo Freire é, ele próprio, um patrimônio incontornável da reflexão pedagógica atual (...)”. E o seu legado nas obras escritas mostra-se uma verdadeira memória crítica para os educadores sempre atentarem contra “despolitização do pensamento educativo e da reflexão pedagógica”

Com o desenvolvimento de método para alfabetização e teoria epistemológica de aprendizagem Paulo Freire se tornou inspiração, posteriormente um ícone para educação brasileira. Se tornou ainda o cidadão brasileiro mais nobilitado do país, com 39 títulos de Doutor Honoris Causa, desses 34 em vida e cinco *in memoriam*, além disso tem mais de 150 denominações honoríficas e/ou medalhas. E através da Lei Federal nº 12.612, de 13/4/2012 foi proclamado Patrono da Educação Brasileira.

Internacionalmente, o pensador se tornou também um dos nomes mais respeitáveis para embasamento teórico, tendo destaque na literatura, declarações de grandes autores e em produções acadêmicas. Recentemente, o nome Paulo Freire apareceu como o autor da terceira mais citada obra em pesquisas virtuais no mundo.

Figura 3: Obras mais citadas segundo um levantamento feito no Google Scholar - ferramenta de pesquisa dedicada à literatura acadêmica em 2016.

13 Pensador português em citação no artigo *A Importância de Paulo Freire* < <http://www.cartaeducacao.com.br/artigo/a-importancia-de-paulo-freire/>> Acesso em maio de 2018.

Book	Author	Date*	Discipline	Citations
The Structure of Scientific Revolutions	Thomas Kuhn	1962	Philosophy	81,311
Diffusion of Innovations	Everett Rogers	1962	Sociology	72,780
Pedagogy of the Oppressed	Paulo Freire	1968/1970	Education	72,359
Competitive Strategy	Michael E. Porter	1980	Economics	65,406
Imagined Communities	Benedict Anderson	1983	Political Science	64,167
Mind in Society	LS Vygotsky	1978	Psychology	63,809
Discipline and Punish	Michel Foucault	1976/1977	Philosophy	60,700
A Theory of Justice	John Rawls	1971	Political Science	58,594
Social Foundations of Thought and Action	Albert Bandura	1986	Psychology	55,324
The Interpretation of Cultures	Clifford Geertz	1973	Anthropology	48,984
The History of Sexuality (3 Volumes)	Michel Foucault	1978-1986	Philosophy	47,955
Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation	Jean Lave and Etienne Wenger	1991	Education	47,627
The Fifth Discipline	Peter M Senge	1992	Management	43,876
Institutions, Institutional Change and Economic Performance	Douglass North	1990	Economics	43,411
Culture's Consequences	Geert Hofstede	1980	Management	42,144
The Presentation of the Self in Everyday Life	Erving Goffman	1959	Sociology	40,573
Das Kapital	Karl Marx	1867-1894	Economics	40,237
Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste	Pierre Bourdieu	1984	Sociology	39,729
The Social Construction of Reality	Peter Berger and Thomas Luckmann	1966	Sociology	38,845
Metaphors We Live By	George Lakoff and Mark Johnson	1980	Linguistics	38,723
Stress, Appraisal and Coping	Richard Lazarus and Susan Folkman	1984	Psychology	38,665
Communities of Practice	Etienne Wenger	1999	Psychology	37,775
The Economic Institutions of Capitalism	Oliver Williamson	1985	Economics	37,651
Motivation and Personality	Abraham Maslow	1954	Psychology	37,614
Attachment	John Bowlby	1989	Psychology	37,318

Fonte: <<https://www.paulofreire.org/noticias/463-paulo-freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo>> Acesso em maio 2018.

Paulo Freire publicou mais de 14 livros como autoria direta e muitos outros em coautoria. Um dos mais destacados, além de Pedagogia do Oprimido citado na pesquisa de busca do Google¹⁴, é Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa, em que sintetiza sua ideia, presente em outros livros, em torno da formação do professor para prática educativo-progressiva a benefício da autonomia do ser educando.

Dentre tantos princípios de sua teoria, se destaca para estudos da EJA e que aprofundaremos nesta pesquisa:

- I. A condenação da educação bancária;
- II. A construção de educação crítica como forma de libertação;
- III. A defesa da educação como ato dialógico;
- IV. A alfabetização a partir do levantamento do universo vocabular¹⁵/ tema gerador
- V. O comprometimento da educação com humanização do ser humano.

14 Google é uma empresa multinacional americana de serviços online e software. O Google surgiu no ano de 1998, como uma empresa privada, e com a missão de organizar a informação mundial e torná-la universalmente acessível e útil.

15 Pode-se dizer que o *levantamento do universo vocabular*, primeira etapa do método de alfabetização de Paulo Freire foi chamada por ele de vários nomes semelhantes nas diversas obras que apresenta sua teoria: “descoberta do universo vocabular” – no livro *Conscientização* (1963); “levantamento do universo vocabular” - em *Educação como Prática da Liberdade* (1967), e “investigação do universo temático – na obra *Pedagogia do Oprimido*(1970). A nomenclatura mudou algumas vezes, entretanto ficou marcada a ideia de pesquisa do universo vocabular da cultura do povo do lugar, que precisa se investigar, pesquisar e descobrir.

Destaca-se, ainda, enquanto aspecto, a concepção da natureza histórica e inconclusa do homem e da mulher, em suas possibilidades de decisão e rompimento, para então mudanças. Assim, a proposta de educação manifesta-se de forma amorosa, implicando na crença e esperança de edificação e desenvolvimento de sociedade mais humanizada e solidária. Constituindo-se, inclusive, como prática de resistência, rejeitando toda forma de exclusão, repensando sobre os padrões impostos através das vontades dominantes tão impregnadas na formação histórica e cultural da educação escolar.

Com a supervisão do educador Paulo Freire, a experiência de alfabetização de jovens e adultos realizada na pequena cidade de Angicos, localizada na região central do Rio Grande do Norte, Natal, em 1963, teve os resultados alcançados: 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias, e impressionam profundamente, sobretudo pelo caráter amoroso e humanizado no qual foi proposto e ficou conhecido. Por isso, e por acreditar no método Paulo Freire, a investigação feita e concluída nesta tese contou com o subsídio desse importante pensador.

1.1.3. O processo de alfabetização de adultos proposto por Paulo Freire

Muito anterior à sistematização do processo, comum no surgimento de métodos de aprendizagem, Paulo Freire buscou entender a educação que se apresenta diferente da que pode existir, ele se dedicou gradualmente numa educação e contra outras. Assim passou a crê na educação que recria, como uma ferramenta extra de trabalho para transformar o mundo que está - que é o entendimento da educação com um ato político, sobretudo. A partir disso, desenvolveu uma maneira de trabalhar o código alfabético pelas palavras do universo de interesse do educando, que se consagrou na concretização da alfabetização pelos alunos de Angicos e Mossoró¹⁶ e se repercutiu pelo mundo. Ainda sim, o próprio Freire não falava em “método” pelo simples fato de se assim nomear, parecer, diferente do que ele acredita, como algo pronto, acabado.

A Educação de Jovens e Adultos, hoje garantida em algumas leis, visa efetivar um direito à continuidade aos estudos aos estudantes que por alguma razão não os concluíram em tempo. As políticas públicas têm permitido o acesso desses alunos à sala de aula, contudo não evita a evasão. Uma das causas da descontinuidade de nos estudos pelo aluno da EJA diz respeito, em muitas vezes, à escola não acolher as perspectivas dos educandos, assim também como a maneira da aula ser conduzida após um dia de trabalho. Por isso, se acredita na

16 Cidades das primeiras experiências mais amplas de aplicação do método, coordenada por Paulo Freire.

produção de aulas que façam sentido e estejam dentro de um contexto das pessoas, para que estas possam se tornar interpretadores do mundo. É nessa perspectiva, a alfabetização não se reduz à decodificação mecânica e de memória, que o Método Paulo Freire (1979) traz possibilidades para educandos da EJA.

Em sua reflexão, Paulo Freire se opõe a prática tradicional/bancária de alfabetização (homogeneizadora, utilitarista, conservadora, excludente), pois acredita: no educando enquanto sujeito do conhecimento, nos saberes que estes adquirem ao longo da vida e na interação que a alfabetização deve fazer com a realidade social e cultural de cada um. Assim, a ação alfabetizadora perfaz a leitura crítica de mundo e da palavra, bem como atividade criadora e basilar para a vida do ser humano e do cidadão, visando a superação.

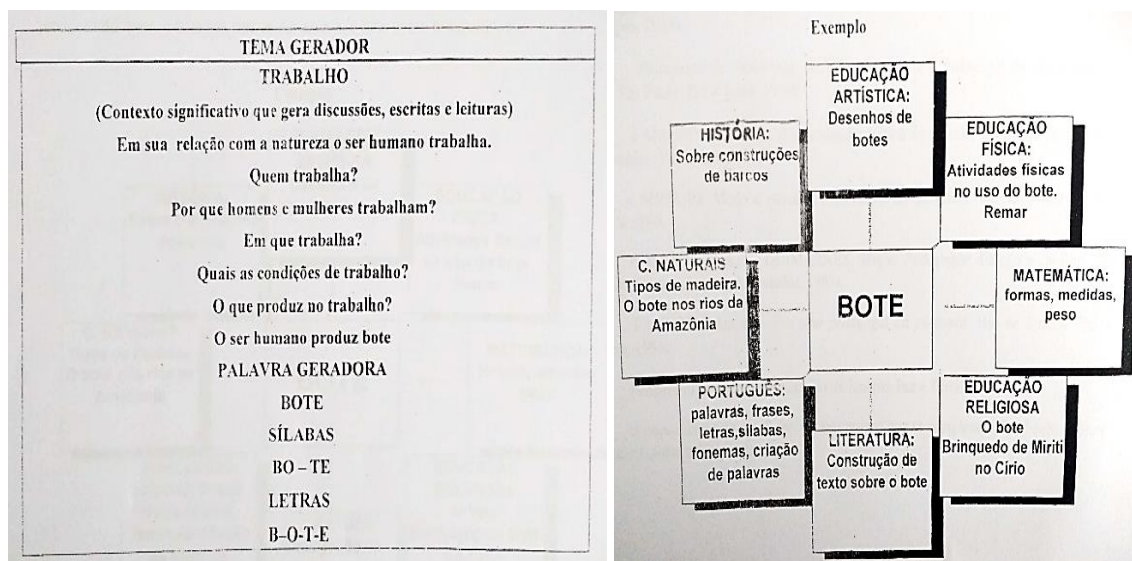
A partir disso, segue os procedimentos metodológicos (OLIVEIRA,2008):

- **Levantamento do Universo Vocabular:** Busca por situações e palavras do contexto social do educando, feito primeiramente numa pesquisa sócio antropológica, entes mesmo do início das aulas. É um registro a partir de entrevista com perguntas sobre a vida, acontecimentos, acerca do trabalho, sobre modos de notar o mundo.
- **Escolha de palavra geradora:** escolha de palavras que nortearão o processo educativo a partir de critérios: riqueza fonêmica, dificuldades fonéticas (graduais) e relevância social (significativo para os educandos)
- **Criação de situações-existenciais:** momento importante do método freireano, em que se promove a reflexão do sujeito sobre sua situação existencial, ou seja, a relação do ser com o mundo natural e social que o cerca – São consideradas as relações do ser humano em contato com a natureza, transformando a natureza com seu trabalho e o produto do seu trabalho.
- **Elaboração e execução de fichas-roteiro:** apresentação da palavra geradora e promoção de debate de situação existencial (Visualização da palavra, junto com vínculo semântico – mostra da palavra sem objeto semântico – mostra da palavra separada silabicamente – mostra da família fonêmica da palavra geradora – mostra e leitura das famílias fonêmicas em conjunto (ficha descoberta) – produção de novas palavras pelo educando.

Por esse caminho metodológico, método de Freire para alfabetização tem a intenção de construção da identidade pelo sujeito a partir de sua relação com o mundo, o estabelecimento de relação dialógica dos conhecimentos de mundo e os promovidos pela escola e a facilitação

do questionamento crítico da realidade social vivida. E isso se realiza através do método dedutivo promotor e também da interdisciplinaridade com outros conteúdos curriculares.

Figura 4: O processo dedutivo e a possibilidade interdisciplinar do método freireano de alfabetização.



Fonte: OLIVEIRA, 2008, p. 14

Nesta pesquisa, na observação dos livros e suas concepções de trabalho, obviamente não se espera encontrar o método de alfabetização freireano, exatamente pela especificidade do processo que foi exposto acima, o que prevê um trabalho construído e não acabado e entregue para ser utilizado como o livro. Também por suspeitar que as editoras não realizaram um trabalho de construção de novos livros para EJA, sem que já se tenha aproveitado de materiais usados na educação de crianças e adolescentes. O que se pretende é analisar em que sentido os livros estudados da EJA apresentam, ou melhor, abordam concepções freireanas na formação do professor alfabetizador. Vale lembrar que em fundamentação teórica para componente curricular de alfabetização linguística, o edital para PNLD/EJA 2014 diz:

Dessa forma considera-se importante que a obra apresente: (1) **articulação entre as atividades de apropriação do sistema alfabético** de escrita e as de leitura e produção de textos de modo a **favorecer a formação de sujeitos autônomos e críticos**, e que **contemplem temáticas que estão na ordem do dia**, tais como a imagem de afrodescendentes e a situação de sociedades indígenas; a imagem da mulher na sociedade; o cuidado com o meio ambiente; a articulação dos conhecimentos de Língua Portuguesa e de Matemática, dentre outras; (2) atividades para a apropriação do sistema alfabético devem motivadoras e que **estimulam a construção de hipóteses sobre a escrita**. Também devem promover a familiarização com as letras do alfabeto, **a leitura e a produção de palavras estáveis** e a contagem e a comparação das palavras quanto às unidades menores, sem/com o estabelecimento das correspondências gráficas. As atividades oferecidas também devem promover a comparação de palavras quanto às semelhanças e às diferenças sonoras, sem/com correspondência gráfica, além de promover a

apropriação das correspondências entre as letras e os fonemas. Valoriza-se a presença de atividades que promovem a reflexão sobre a dimensão ortográfica de nossa escrita. (BRASIL, 2014, p.51)

1.1.4. Educação Libertadora

Desenvolvida na raiz da educação popular, a partir das ideias de Paulo Freire, a Educação Libertadora dizer respeito a tendência progressista, em que se preza o processo de reflexão com objetivo de transformação. Nesse sentido, a prática pedagógica tem caráter libertador, em que no domínio da consciência, o educando encontra criticidade sobre a situação social que lhe permite a busca por caminhos de superação da realidade em que vive, colocando-o como sujeito da história.

Segundo Freire, a liberdade está na vocação natural do homem, no entanto, essa tal liberdade é impugnada a partir das variadas formas de opressão, e a única forma para superar a opressão se dá diálogo crítico não só no campo cognitivo, mas no social e político.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crê em si mesmo, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.

O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e repressão maior do opressor. (FREIRE, 1987, p. 29)

Para entendimento do processo de libertação, é preciso ter lucidez sobre dois princípios de alfabetização no método freireanos: a politicidade do ato educativo - na educação tem-se a oportunidade de interpretação a realidade e instrumentalização para intervenção e transformação; e a dialogicidade do ato educativo – a educação que busca a ampliação da visão de mundo, é concretizada através do diálogo, sustentada no tripé educador-educando-objeto do conhecimento.

1.1.5. Dialogicidade

Um dos princípios mais importantes do Método Paulo Freire de educação popular está na dialogicidade do ato educativo. Fundamentada em filosofia antropológica dialética, a sua pedagogia prevê o envolvimento do sujeito educando na luta por mudança social, e a base para isso é o diálogo, desvelado na relação não apenas do educador-educando, e vice-versa, mas também entre esses sujeitos de aprendizagem e os objetos do conhecimento, entre a natureza e a cultura.

A relação dialógica entre os sujeitos envolvidos no processo educativo se inicia antes mesmo da ação pedagógica de sala de aula. Na pesquisa do universo vocabular, primeira etapa do método, se mostra um instrumento já que deve ser permeada sobretudo de amor, humildade e fé nos ser humano e em sua possibilidade de mudança. O diálogo com a natureza e cultura se faz na revelação de homens e mulheres como produtores de cultura, colocadas para discussão nas rodas a partir de imagens construídas das situações existenciais - etapa ato de conhecimento da realidade concreta.

Há possibilidade de o livro didático subsidiar a prática do professor, a partir de sugestões de investigação e práticas que favoreçam essa aproximação dos sujeitos com diálogo. Assim, com relação a análise da produção didática nacional, material pedagógico de distribuição editorial, o que se pretende inquirir é a capacidade deste de conter dizeres que busquem fomentar a visão de educador humanista, promotor do diálogo antes de tudo. Já que, a priori, qualquer material produzido anteriormente e proposto por um outro alguém (de fora) sempre se apresentará como uma proposta baseada na informação, característica de educação bancária, tanto repudiada por Freire (1987) “Falar, por exemplo, de democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira”.

Sobre isso D’Ávila (2008), em pesquisa acerca do lugar do livro didático nas teorias pedagógicas e mediação docente, inclui considerações sobre a mediação na pedagogia de Paulo Freire. De acordo com a autora, o método freireano psicossocial de alfabetização de adultos tem maior objetivo na conscientização política, cujo elemento forte na mediação didática é o saber que resultava primeiramente da comunidade alfabetizanda. E assim, afirma:

Não existia espaço para o uso do livro didático na pedagogia freireana, até porque os conteúdos de ensino haveriam de brotar das experiências dos educandos, que poderiam construir os livros contendo textos com ilustrações que dissessem a respeito à sua própria realidade social. A mediação didática nessa pedagogia é uma ação política coletiva, pois envolve educadores/educadoras e educandos e se executa mediante a o diálogo permanente entre esses sujeitos. (D’ÁVILA, 2008, p. 68)

De fato, Freire fazia severas críticas contra as cartilhas tradicionais, que de certa forma alicercearam o surgimento dos livros didáticos como conhecemos. Entretanto, D’Ávila revela que “Paulo Freire jamais negou a importância do saber sistematizado na educação” e apresenta como argumento a citação de um dos últimos livros *Pedagogia da Esperança* “Não há, nunca houve, nem pode haver educação sem conteúdo, a não ser que seres humanos se transformem de tal modo que os processos que hoje (1999, apud D’ÁVILA, 2008, pág. 72)

As ideias de Freire se mostram atuais e concisas, sobretudo amorosas e abertas a revisões pedagógicas de cada tempo. A contribuição Freiriana é inestimável na medida em que se trabalha e desenvolve termos como: dialogicidade, educação problematizadora,

educação como prática de liberdade, e todos outros termos repletos de sentidos nestes imbuídos - amor, fé, humildade, confiança, ação e reflexão.

A ideia de construção de Tema Gerador, proposto por Freire corrobora com a formação de professor dialógico e pesquisador, já que incita neste profissional a busca. É a não aceitação do que está pronto subvertendo-se a construção junto a seu educando para aquilo que os move.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou imposição- um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. (FREIRE, 1987, p.47)

O empenho dos profissionais humanistas está em tornar os oprimidos conscientes, buscadores de níveis profundos de percepção de si e do mundo que os cerca. Para isso, não se pode esperar bons resultados de programas educativos, técnicos ou políticos que menospreze a visão de mundo de cada sujeito. Diferente disso é o que se chama de invasão cultural.

1.1.6. Tema Gerador

O termo tema gerador do método freireano está relacionado ao entendimento sobre interdisciplinaridade, revelando fundamento metodológico para o desenvolvimento de educação integral, não fragmentada.

Na busca das palavras geradoras, fase de investigação do universo vocabular, cada palavra, em cada fala sugere para pontos, temas, carregados de teor sentimental com peso crítico. Este são então chamados temas geradores pois congrega uma série de significados e se configuram instrumentos que desafiam educador e educando a pensar sobre.

Nas palavras de Freire, sobre o tema gerador, chamando atenção para quando se tem dificuldade de acesso ao universo dos educandos, representado pelo silêncio:

Em todas as fases da decodificação, os homens revelam sua visão do mundo. Conforme a maneira como eles vêem o mundo e como o abordam – de modo, fatalista, estático, ou dinâmico – podem-se encontrar seus temas geradores. Um grupo que não expressa concretamente temas geradores (o que pareceria significar que não possui temas) sugere, ao contrário, um tema trágico: o tema do silêncio. O tema do silêncio sugere uma estrutura de mutismo frente à força esmagadora das situações-limite.

Procurar o tema gerador é procurar o pensamento do homem sobre a realidade e a sua ação sobre esta realidade que está em sua práxis. Na medida em que os homens tornam uma atitude ativa na exploração de suas temáticas, nessa medida sua consciência crítica da realidade se aprofunda e anuncia estas temáticas da realidade. (FREIRE, 1979 p.18)

A organização didática através de temas geradores está como um dos critérios de análise desta pesquisa, mesmo não se tratando exatamente àquele proposto por Freire. Em orientações para elaboração de livro didático para EJA, edital, mesmo não trazendo muitas

especificações para o livro, indica possibilidades de organização e exploração do trabalho educativo.

Na Educação de Jovens e Adultos não há um currículo único, ou proposta modelo de organização das aprendizagens básicas e obrigatórias, que podem ser apresentadas em diferentes desenhos curriculares, organizadas de forma diversa, sejam em disciplinas, áreas de conhecimento, conteúdos programáticos, temas transversais, dentre outras. Por isso, ainda que a forma de organização das coleções didáticas não necessite seguir um único modelo padrão, dada a diversidade de propostas de organização da EJA, em respeito à legislação adotamos um conjunto mínimo de componentes curriculares¹⁷. (BRASIL, EDITAL PNLD/ EJA 2014, pág.43)

1.2. Educação emancipatória na EJA

Numa sociedade grafocêntrica, o domínio do sistema alfabético está relacionado ao ‘empoderamento’¹⁸ do sujeito, visto que, ao praticar a leitura e a escrita no seu dia a dia, ele insira culturalmente na sociedade, pare que possa decidir de maneira consciente e tomar decisões.

A educação numa perspectiva emancipatória busca desenvolver através práxis educativa sujeitos críticos, independentes, preparados para autogovernar e governar. Nesse entendimento, se faz uma educação contrária à concepção produtivista da educação, balizada pelas demandas de mercado, voltadas ao lucro. Freire (1987), em *Pedagogia do Oprimido*, traz a educação problematizadora¹⁹ (emancipatória), respeita-se e evidencia-se o percurso de vida dos educandos, e é voltada para as necessidades destes sujeitos, trabalhando assim, a sua consciência. Para ele:

Ao contrário da ‘bancária’, a educação problematizadora, respondendo à essência do ser da consciência que é sua *intencionalidade*, nega os comunicados e a existência à comunicação. Identifica-se com o próprio da consciência que é *sempre ser consciência de*, não apenas quando se intenciona a objetos, mas também quando se volta sobre si mesma, no que Jaspers chama de ‘cisão’. Cisão em que a consciência é consciência de consciência. (FREIRE, 1987 p. 39, grifos do autor)

Brandão, numa perspectiva crítica, em estudos sobre a educação popular na década de 1960, também aborda diversos temas relacionados à cultura, no qual, o espaço da educação se

17 Componentes curriculares: Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática.

18 Termo da área administrativa, relacionado a atividades organizacionais, e mais recentemente utilizado em outros contextos, significando: Investir-se de poder - processo em que uma pessoa ou grupo reveste-se do poder ou pela tomada ou pelo reconhecimento do grupo social.

19 Freire apreciava bastante o termo “emancipation” particularmente elaborado pela Escola de Frankfurt (1950). Entretanto não deixou de usar a expressão “educação problematizadora” em substituição à “educação emancipatória”.

mostra revelador das relações de conflito de classes. Ele passa a analisar a cultura popular num trabalho político de conscientização e organização, assim como forma de emancipação.

“Dialeticamente estão ligadas as duas reflexões: o papel da cultura popular como instrumento de transformação de estrutura, e a transformação de estrutura como instrumento que propicia condições à elaboração de uma cultura autêntica e livre” (BRANDÃO, 2002, p. 61).

Na teoria progressista, na educação básica, sobretudo a educação básica de jovens e adultos, busca-se uma formação emancipatória. E somente através da ‘ciência’ sobre a cidadania, entendimento das relações do direito é que se alcança a liberdade. Para isso, há crença numa emancipação a partir de uma consciência em direitos humanos.

O caminho para o papel da educação como atividade contributiva para realização de direitos humanos far-se-á no suporte em autores/as como Silva (2010) e Orlandi (2007) que colaboram com a ideia que o processo educativo possibilita a autonomia do educando e uma experiência com a realidade por meio da reflexão crítica e ação política na busca por uma democracia plena.

Tal processo não se restringe a trabalhos escolares sazonais e espaçados ou como em discussões superficiais. O ensejo é que se façam permanentes nos currículos escolares:

A educação em Direitos Humanos parte de três pontos: primeiro, é uma educação permanente, continuada e global. Segundo, está voltada para a mudança cultural. Terceiro, é educação em valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, ou seja, não se trata de mera transmissão de conhecimentos. Deve abranger educadores e educandos. (ORLANDI, 2007, p. 346)

Portanto, compreende-se a Educação em Direitos Humanos como um conjunto de metodologias e práticas que abarcam elementos de ensino-aprendizagem formais e informais, com a participação do Estado, movimentos sociais, sociedade civil como um todo, no encalço da “cultura democrática, fundamentada nos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância em relação às diferenças, na solidariedade, na justiça social, na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade”. (SILVA, 2010, p. 41).

Educar em Direitos Humanos denota a difusão de uma cultura do respeito a valores, como individualidade, liberdade, alteridade, justiça, paz, igualdade e fraternidade. Importantes elementos que refletem uma educação de essência permanente, continuada e global, voltada

para a transformação, com a inserção de valores, nas dimensões afetivas e emocionais, não somente de instrução, simplesmente transmissora de conhecimentos.

Esta proposta leva em consideração a fundamentalidade dos processos educacionais para construção de uma sociedade igualitária, justa e fraterna, consoante o princípio do respeito à dignidade humana. Por isso, busca-se elementos teóricos que subsidiassem práticas pedagógicas em direitos humanos, essenciais na formação básica, sobretudo na EJA pelo seu caráter emancipatório.

1.3. EJA e os Direitos Humanos

O respeito aos direitos humanos é fundamental para uma sociedade organizada, sobretudo para preservação de uma relação entre sujeitos mais humanizada. A educação em direitos humanos se mostra importante pela possibilidade de semear ideias de significação da vida e da dignidade humana. Para EJA, o trabalho com DH se mostra ainda mais imprescindível, visto que a tal modalidade de ensino se caracteriza por pessoas que tiveram muitos de seus direitos negados, entre eles o próprio direito à educação.

Segundo Rocha, o ambiente educacional, a princípio se entende como um espaço para o trabalho em prol da cidadania e de sua prática social, entretanto, com suas práticas tradicionais e elitistas, nem sempre promovem discussões de educação para conscientização.

Uma reflexão sobre a discussão de conceitos presentes nos direitos humanos no âmbito escolar leva a compreender que há uma enormidade de situações conflituosas, perigosas que atingem lares e que muitas vezes encontram suas raízes em uma deficiência educacional, a falta de conhecimento provoca torpor e faz com que homens e mulheres se diminuam diante das injustiças sociais (ROCHA, 2015, p. 22)

Evidentemente, a educação em direitos humanos não é garantia de que o protagonismo social do educando aconteça, entretanto, é essencial acreditar na potencialidade da transformação a partir do entendimento da natureza política da educação e do trabalho com base na igualdade, equidade e alteridade. Isso permite ao educando a reflexão crítica sobre si mesmo e seu papel, necessária para a ação dentro e fora da escola, e assim vivam uma vida mais bonita, longe das injustiças.

1.4. Freire e Direitos Humanos: princípios que dialogam

Para Paulo Freire falar em educação e direitos humanos, já, de início, se depara com um direito negado – o direito de todos à educação, que é negado a boa parte da população. A educação que se pretende precisa provocar “a quem proíbe que a educação se faça”. Por isso, automaticamente também se remete a seu princípio teórico de que a educação é um ato

político, ou seja, a impossibilidade de a educação ser neutra. A politicidade da educação emerge ao mesmo tempo que se pensa em torno de Educação e Direitos Humanos, qualquer se seja o entendimento sobre Direitos Humanos.

A educação para os direitos humanos, no sentido da justiça, se faz justamente na educação que acorda os dominados para luta, mobilização crítica, criando espaços de ação com o objetivo de transformação social, de “uma sociedade menos injusta para, aos poucos, ficar mais justa”. Isso implica a crença na ação do professor como um ser político, o que lhe exige uma posição.

Essa educação para liberdade, essa educação ligada aos direitos humanos nessa perspectiva, tem que ser abrangente, totalizante; ela tem a ver com com o conhecimento crítico do real e com a alegria de viver (...). Mas é preciso fazer isso de forma crítica e não de forma ingênua. Nem acreditar no todo- poderoso ingênuo de uma educação que faz tudo, nem aceitar a negação da educação como algo que nada faz, mas assumir a educação nas suas limitações e, portanto, fazer o que é possível, historicamente, ser feito, com e através, também, da educação. (FREIRE, 2001, p. 102)

O empoderamento promovido pela Educação Popular, conforme a Educação em Direitos Humanos, prevê o desenvolvimento de procedimentos metodológicos que priorizem a construção coletiva pelos educandos, através de discursos e materiais que se relacionem com o contexto de vida dos sujeitos.

A relação que se dá entre a Educação Popular e a Educação em Direitos Humanos está no princípio de ambas – o respeito à diversidade. Se há o reconhecimento dos diferentes saberes dos homens, também por proporcionar práticas dialógicas fomentadoras de novos pensamentos, do encorajamento, da curiosidade. Nos dois identifica-se a perspectiva Freiriana, em que em educação nunca se deve ter um discurso vazio. Tal perspectiva educacional é um apelo à construção de um ideal educacional mais atuante, uma ferramenta essencial para o resgate de cidadania e consolidação de conquistas.

1.5. Sujeitos da EJA

Para começo de conversa, dever-se-á perguntar: quem são os jovens e adultos? O entendimento das condições essenciais dos estudantes da EJA poderá contribuir para que educadores pensem em referentes que assegurem o percurso formativo dos estudantes, reconhecendo elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

A EJA, na maioria das vezes, é composta por sujeitos provenientes das classes populares, trabalhadores, desempregados, pessoas da zona urbana ou rural, livres ou privados de liberdade, são mulheres, homens, pessoas com necessidades especiais, jovens, adultos, idosos. São pessoas bastante diferentes em suas individualidades e cultura, que por algum motivo foram excluídos do ensino regular, até mesmo pela negação de direitos, educacionais e /ou outros, tais como alimentação, saúde, saneamento, lazer, bens, moradia, riquezas, etc. Assim consta também no Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos sobre público da EJA:

[...] conjunto amplo e heterogêneo de jovens e adultos oriundos de diferentes frações da classe trabalhadora. Por isso, é compreendido na diversidade e multiplicidade de situações relativas às questões étnico-racial, de gênero, geracionais; de aspectos culturais e regionais e geográficos; de orientação sexual; de privação da liberdade; e de condições mentais, físicas e psíquicas — entendida, portanto, nas diferentes formas de produção da existência, sob os aspectos econômico e cultural. Toda essa diversidade institui distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento e na execução de diferentes propostas e encaminhamentos na EJA. (BRASIL, 2009, p. 28)

Pelo histórico da EJA no Brasil, pode-se dizer que deixar os estudos mais cedo devido, entre outros fatores, à obrigação de entrar precocemente no mercado de trabalho, prevalecera nas zonas de campo do país, principalmente onde o acesso à educação se fazia muito precário, ou até mesmo quando a escola era desacreditada um papel enquanto instituição de formação. Nos dias atuais, de grande urbanização, além de ainda existirem muitos casos de alunos advindos de áreas rurais que se deslocaram para cidade e enfrentaram as barreiras de estudar, junto com as difíceis condições de trabalho e sustento, encontra-se nas turmas de EJA uma quantidade de estudantes egressos do ensino regular, mas com idade defasada, configurando um movimento de revejulhecimento das classes de EJA.

Por isso, uma educação para EJA precisará levar em consideração nos seus projetos a realidade objetiva dos alunos de específica modalidade de ensino, em que a maior parte tem sua origem nos grupos populares, submetidos a processos de inferiorização²⁰, vítimas do preconceito histórico. Observa-se que:

20 Sobre isso LAFFIN (2006) em sua tese *A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA ENTRE PROFESSORES DE ESCOLARIZAÇÃO INICIAL DE JOVENS E ADULTOS*, aborda, a partir sua pesquisa, aponta para a necessidade de um posicionamento do professor diante da visão negativa de sujeito, buscar uma visão positiva, no intuito de “tentar romper com a visão de não-valorização que os sujeitos jovens adultos fazem de si ao se inserirem em ações de escolarização. Considera que “essa imagem não está no sujeito em si, mas se constrói na distância em que ele se percebe estar em relação a esse saber”.

(...) Suas experiências coletivas os levaram a exigir políticas de anti-desumanização e anti-inferiorização: políticas afirmativas. Desde a colonização experimentaram ser tratados como inexistentes, sub-humanos, subcidadãos, não membros legítimos da comunidade social, econômica, política e cultural. Essa condição de inexistência subcidadania e sub-humanidade em que foram classificados torna a história da produção das desigualdades sociais, raciais, étnicas, sexuais, inseparáveis dessa radicalidade discriminatória. (ARROYO, 2012, p. 169)

Arroyo chama a atenção para marginalidade social em que o indivíduo não escolarizado/não alfabetizado foi tratado ao longo da história do Brasil, geradora das mais diversas desigualdades. O que faz pensar numa Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino específica e singular, voltada à necessidade de sujeitos de inclusão – uma luta a ser travada. De fato, pelos motivos que na maioria das vezes se tornam estudantes de EJA e até mesmo pelas características próprias, as classes centralizadas de jovens e adultos precisam estar desvincilhadas das referências de uma educação básica formal, muito menos os livros didáticos para EJA devam ser construídos como se fossem para essa educação formal.

Sobre os sujeitos da EJA, Paulo Freire considera que as pessoas já possuem uma apropriação do mundo, ainda que sem o conhecimento alfabético. Na perspectiva da relação entre sujeitos, são indivíduos oprimidos que tiveram que largar os estudos para se dedicar trabalhos que não exigem formação. Deve-se pensar para estes, a alfabetização a partir de um contexto já vivenciado pelos mesmos. Por isso, Freire não estabelece uma organização pedagógica pensando de um método para outro, mas dos métodos, assim como das instituições e dos conteúdos, para o sujeito. Ou seja, desvia o foco de atenção, comum nas discussões pedagógicas, de formação de sujeitos para a auto formação destes - “Não propõem educá-los, mas como se educam, nem como ensinar-lhes, mas como se aprendem, nem como socializa-los, mas como se socializam” (ARROYO, 2012).

1.6. O sujeito educador da EJA

O lugar marginal que é colocada a educação em jovens e adultos se dá principalmente na maneira como os próprios sistemas de educação estaduais e municipais se organizam em relação à oferta da modalidade²¹. Em muitas escolas que possuem educação básica de crianças e adolescentes e há oferta de classes de EJA na Bahia, por exemplo, a distribuição de carga horária é sempre encarada como “sobras” de horas ou destino de profissionais excedentes, fazendo com que, muitas vezes, o professor de uma disciplina lecionem na EJA sem formação para tal.

21 EJA é Modalidade da Educação Básica, logo, precisa ser ofertada, garantida.

A ausência de discussões sobre a especificidade da EJA nos cursos de licenciaturas, está na reprodução para essas turmas nos moldes de fazer pedagógico para crianças e adolescentes. É preciso partir de questões fundamentais como ‘Quem é o sujeito da EJA?’ ‘Como eles vivem?’ ‘O que precisam?’. E então nortear debates sobre: como reconhecer experiências de vida dos envolvidos, desenvolver metodologias diferenciadas, rever critérios de seleção, formas e conteúdos disciplinares em cursos dessa modalidade.

Nos cursos de Pedagogia, onde se espera mais debates afins, apenas aparece a EJA enquanto modalidade de direito brevemente em dois artigos do CNE/ CP, n1 2006. Nos cursos de licenciatura plena, em que tem como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior reconhece a necessidade de enfrentar especificações de modalidades de ensino em que são atendidos alunos da educação básica.

A EJA no âmbito das diversas legislações vigentes, no aspecto geral e sobre a formação de professor, encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu capítulo II, seção V, e outros artigos no mesmo documento, integra a EJA à Educação Básica; as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA define a especificidade desta modalidade de ensino, ao processo de educação de qualidade e a função reparadora de um direito.

Isto posto, no aspecto legal se há um reconhecimento da modalidade de ensino “uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidade e funções específicas” (BRASIL, 2000). A necessidade de inclusão de estudos dentro das licenciaturas e pedagogia que potencializem o professor especialista para a ação no ensino fundamental e médio de EJA em “formação de profissionais da educação de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando” (BRASIL, 1996) e até mesmo em “não se deve infantilizar a EJA no que se refere a métodos, conteúdos e processos” (BRASIL, 2000)

De fato, há uma consideração por parte dos documentos oficiais legais da necessidade de formação específica para o professor licenciado para atuação na prática em turmas de EJA, mas a realidade percebida de nas práticas pedagógicas das turmas de EJA está longe de respeitar espaços e tempos próprios desta modalidade de ensino.

A partir do desafio em que se mostra a EJA, é preciso traçar considerações de como pensar a EJA nos cursos de formação inicial de professores, como superar a ideia de suplência, atribuindo formação para modalidade específica. Outro desafio é situar a EJA no mundo do trabalho. É por meio dele que os sujeitos constroem a sua história e também adquirindo conhecimentos e transformando a realidade que o cerca. É muito pertinente ao

colocar a essência do mundo do trabalho no qual se pensa a EJA, bem diferente de mercadoria, mão de obra de um mundo capitalista. Ou seja, o que se almeja é uma educação de jovens e adultos numa perspectiva de libertação, de modo como os trabalhadores constroem as suas vidas e sua cultura.

Educadores da EJA demandam uma formação diferenciada, já que trabalham com educando com perfil diferente em suas expectativas, interesses e contextos de vida. É notória a comprovação de dificuldades encaradas pelo professor na ação frente as turmas de EJA, onde muitas vezes se repete a prática já consolidada de turmas regulares, por isso mesmo é notória a importância da formação específica.

A Universidade Estadual da Bahia destaca na sua trajetória a oferta de um Curso de Pedagogia com habilitação em EJA, em Juazeiro. Pesquisadores desse curso também têm atuado no NEJA²² como formadores de professores de EJA da rede estadual de ensino. Além disso, a universidade tem a proposição do Mestrado em Educação Profissional pelo Departamento de Educação/ Campus I.

Para o professor Antônio Pereira,

Refletir sobre a EJA como lugar de inclusão social é condição primeira para garantir o direito a essas pessoas a alfabetização, escolarização ampla, profissionalização, assistência social, psíquica etc., que os integrem ao mundo social e produtivo dignamente, pois não é suficiente apenas reconhecer que “o mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza em nosso país, consequência do processo de exclusão social causado pelo sistema capitalista” (BRASIL, 2009, p. 30). É preciso uma práxis na EJA que permita a inclusão desses como sujeitos de direitos, cumprindo as determinações do Art. 4º da Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (...) (PEREIRA, 2015, p. 9)

Infelizmente a EJA ainda é encarada como uma educação limitada que visa suprir uma escolaridade de uma massa populacional de excluídos. O grande desafio é enfatizar a dimensão política da educação, atribuindo-lhe um caráter de formação humana emancipatória, partindo de uma valorização dos conhecimentos adquiridos nas diferentes esferas da vida. E isso implica em prática educativa que reconheça o sujeito da EJA como produtor de história e de cultura.

1.7. A formação do professor alfabetizador/humanizador para EJA

22 “A formação para os educadores da EJA vem sendo demandada para as Universidades pelo MEC, a partir de 2006. O Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), traz a necessidade de congregar esforços de educadores envolvidos na Formação de Educadores de Jovens e Adultos na Universidade, objetivando a efetivação do direito à educação desses homens e mulheres. A atuação do NEJA nesses espaços de formação vem ocorrendo por meio da atuação dos docentes que integram a equipe de trabalho, o que vem resultando em diálogos com diferentes Instituições Formadoras a exemplo da Universidade Federal da Bahia, do Instituto Federal de Educação e do Instituto Federal Baiano”. Disponível em <http://www.uneb.br/neja/programas-e-projetos/>. Acesso em: setembro, 2018.

O fazer pedagógico em qualquer sala de aula se revela pelas opções metodológicas e escolhas didáticas, que pressupõem determinada visão de pessoa, de mundo e de futuro de cada educador. É nesse sentido que se evidencia a importância da formação/ concepção ideológica do docente de classes de EJA, para entendimento de propostas possíveis e seleções didáticas assertivas dessa modalidade de ensino.

Nesse sentido, a importância da formação inicial ou continuada está no formar-se com a capacidade de reflexão sobre a própria prática educacional, sobre sua docência, já que, é através do processo reflexivo que irá se tornar um profissional capaz de construir sua identidade profissional docente. E assim, melhorar sua prática docente e seu conhecimento profissional, levando em consideração a sua trajetória pessoal, pois a direção profissional do professor só terá sentido se conexa a sua vida pessoal, individual e na interação com o coletivo da educação atuante em turmas de EJA.

A figura do educador de turmas de EJA ganha um sentido diferente, de muita importância, pelo aspecto de ser promotor de transformação de realidade. O professor, assim, age com relação aos alunos na construção de um diálogo de segurança, de modo a aceitar suas limitações, respeitar a histórias de vida de cada um, com as respectivas experiências culturais – “Como educador preciso de ir “lendo” cada vez melhor a leitura de mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte” (FREIRE, 1996).

No processo de formação numa perspectiva emancipatória, estão presentes o enfoque no autoconhecimento e busca de identidade. Segundo DUBAR (1997 apud GOMES, 2008) “A identidade profissional entendida como formas de construções sociais que implicam a interação entre as trajetórias individuais, os sistemas de emprego, de trabalho e formação”. Esta agregação (pessoal, profissional, organizacional) possibilita o desejo no percurso formativo de desenvolvimento docente.

A postura e as possibilidades de reflexões devem ser ressaltadas desde o início da formação de professores, passando pela necessidade de sua constante atualização até o desenvolvimento do seu trabalho no coletivo da escola. A busca de uma forma bastante prática de traduzir esse percurso culminou com a apresentação de um trabalho sucinto, mas não menos rico, em considerações de autores que acreditam no sujeito do professor reflexivo, que creem na possibilidade de modificar a escola a partir da conscientização de todos os envolvidos.

A formação do profissional da educação está referenciada com o enfoque, a perspectiva, a concepção mesma que se tem da sua formação e de suas funções atuais. Portanto, a formação contínua do professor deve ser concebida como pesquisa, pensamento, ação, coordenação, descoberta, revisão, fundamentação, e desenvolvimento teórico e não como simples aprendizagens de novas técnicas, atualização em novas instruções pedagógicas ou aprendizagem dos últimos inventos tecnológicos.

Segundo Imbernón (2000, apud GADOTTI, 2003, p. 19), acerca do pensamento crítico do docente “atravessa as paredes da instituição para analisar todo o tipo de interesses subjacentes à educação, à realidade social, com o objetivo concreto de obter a emancipação das pessoas”. Na discussão sobre o ser profissional professor, o autor declara que o professor contribui para tornar os educandos menos sujeitos do poder econômico, social e político, influenciando na sua liberdade, cujo sentido se faz exatamente o objetivo da educação.

Outro ponto a ser exaltado é o protagonismo dos professores, propiciado pela solidificação da formação continuada em serviço e a conscientização de que as escolhas docentes vão se constituindo e impactam diretamente suas práxis. Em outras palavras, um *expert* empenhado político e tecnicamente com necessidades das camadas populares, pronto para colaborar na apropriação de uma cultura, pelos sujeitos a qual não tiveram acesso e que coopere para uma sociedade mais justas, livres de exclusões.

Por isso que a escolha didática feita pelo professor de EJA e as consequências reveladas nas salas de aulas se mostram como um dos entraves(que se pretendeu revelar nessa pesquisa de base na formação de professor. O “pensar certo” a partir de reflexões propiciadas através da Obra de Paulo Freire poderá proporcionar ao professor um melhor entendimento acerca do impacto na aprendizagem dos seus alunos subsequentes às escolhas feitas por ele.

A partir do desafio em que se mostra a EJA, é preciso traçar considerações de como pensar a EJA nos cursos de formação inicial de professores. De acordo com VENTURA (2012), o primeiro passo é a “...superação da concepção de suplência, concomitantemente, o reconhecimento da área como campo diferenciado”. Outro desafio é situar a EJA no mundo do trabalho. É por meio dele que os sujeitos constroem a sua história e também adquirindo conhecimentos e transformando a realidade que o cerca. Nesse aspecto, a colocação de Ventura é muito pertinente ao colocar a essência do mundo do trabalho no qual se pensa a EJA, bem diferente de mercadoria, mão de obra de um mundo capitalista. Ou seja, o que se

almeja é uma educação de jovens e adultos numa perspectiva emancipatória, de modo como os trabalhadores constroem as suas vidas e sua cultura.

Como tem se disposto o professor frente ao livro didático? Mostra-se crítico, atento às questões discursivas ou sucumbido às regras técnicas sequenciais propostas pelos manuais didáticos?

É nesse contexto que questionamos sobre a influência teórica dos manuais seguidos pelas sequências didáticas propostas pelos livros didáticos voltados para Educação de Jovens e Adultos. Sobre a ação e, principalmente, a formação do professor dessa modalidade de ensino, que por ora apresenta ainda mais fragilidades formativas visto o trabalho na especificidade da EJA.

O que se buscou nesses escritos de pesquisa foi subsidiar a fundamentação teórica na área de formação de professores que contribuísse para resultados de um projeto de pesquisa ainda maior, em que se analisa criticidade e percepções dos professores na questão de escolhas didáticas, com ênfase na análise de discursos e propostas oclusas em materiais didáticos propostos para Educação de Jovens e Adultos.

1.8. Pensar Certo²³: a ação do professor na organização de suas escolhas didáticas

Se há algo em conformidade uníssona das discussões em Educações de Jovens e Adultos é a necessidade de melhorar da qualidade da educação. Reconhecendo os problemas diversos dos sistemas educativos, com sérias dívidas nos processos de equidade, alteridade e proporcionalidade. É evidente a preocupação comum em fazer com que as turmas de EJA sejam espaços com características próprias de maior impacto na aprendizagem de saberes significativos para vida social. Percebemos então que essa modalidade de ensino visa preparar os jovens e adultos para uma vida em sociedade que permita mais participação e envolvimento nas questões sociais das quais devem tomar parte e consequentemente se perceberem integrantes de um contexto social com mais cidadania. (BASTOS, 2016)

A ação pedagógica nas salas de aula reflete preferências metodológicas e desígnios didáticos que revelam as concepções de mundo do professor. Por isso, a importância da

23 Pensar Certo para Paulo Freire traduz-se em um pensar reflexivo, crítico, criativo, ético e autônomo numa prática dialógico-democrática.

formação politizada do docente de turmas de EJA, nesse caso, em relação às opções didáticas e propostas condizentes a essa modalidade de ensino.

No processo de produção de conhecimento em sala de aula, o professor firma sua identidade de construtor de obra pedagógica a partir de diversos recursos didáticos possíveis e sua mediação. Tal como afirma D'Ávila (2005), o problema é quando se faz uso do livros didáticos e manuais que passam a ser verdadeiros guias de condução das aulas, fazendo uso acrítico destes materiais. Ainda sobre a escolha e uso de material didático, afirma Frei Betto²⁴:

(...) quando se escolhe um material didático, escolhe-se também uma visão de mundo. Essa visão pode reforçar ou minar preconceitos raciais, sociais, políticos, religiosos; legitimar ou criticar a desigualdade reinante em nosso país; aprovar ou ridicularizar os supostos 'valores' da sociedade consumista, como a obsessão de certos jovens interessados nas conquistas de riqueza, poder e beleza (LIBÂNIO, s.d, p. 13)

A ingenuidade muitas vezes presente nas escolhas educativas, conduz o professor para o ensino reprodutor da desigualdade social e/ou reforçadores de ideias mercantis do capitalismo, disfarçados em mensagens subliminares de imagem e textos dos livros. Para Freire, "Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo", e conclui:

Só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo. E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas. Por isso é que o pensar certo, ao lado sempre da pureza e necessariamente distante do puritanismo, rigorosamente ético e gerador de boniteza, me parece inconciliável com a desvergonha da arrogância de quem se acha cheia ou cheio de si mesmo. (FREIRE, 1996, p. 27)

Nesse sentido, a educação libertadora, a partir da formação para o pensar certo, pela criticidade, seria a singular viabilidade de ajudar os homens a reinventar o mundo. Mas, o que podemos entender como ser crítico e autônomo? O que é pensar certo? De acordo com Paulo Freire, o pensar certo é um pensamento revolucionário, crítico e autônomo, que leva ao agir certo.

24 Carlos Alberto Libânio Christo, Frei Betto, trabalha com educação popular e movimentos sociais, como as Comunidades Eclesiásticas de Base e o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra; ex-assessor especial do governo Lula e coordenador do Mobilização Social do programa Fome Zero. Recebeu diversos prêmios, entre os quais se destaca o troféu Paulo Freire de Compromisso Social, que lhe foi concedido no ano de 2000.

2. O LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO ESCOLAR

O livro didático está inserido na cultura escolar e se mostra como recorrente instrumento que subsidia o trabalho do professor (SILVA, 2012)²⁵. A presença deste recurso no dia a dia escolar causa influências relevantes na produção e circulação de ideias pedagógicas, nas formas de refletir sobre o ensino e a aprendizagem, assim como na propagação de métodos de ensino e de avaliação, exercendo, portanto, acentuada influência na formação de professores. Alguns pesquisadores, como Cury (2009) e Paiva (2006, 2009), consideram a importância do livro didático como a efetivação do direito a uma educação de qualidade. Para Cury:

O livro, indispensável na materialização de conhecimentos, elemento simbólico da passagem da leitura ao leitor, foi se universalizando para todo o (atual) ensino fundamental. Socorrendo populações de baixa renda ou não, ele é um material didático *sine qua non* para o acompanhamento dos estudos e para propiciar maior segurança aos alunos. Ele não resume em si o conjunto de materiais didáticos, mas ele é indispensável na ação de apoio aos alunos. (CURY, 2009, p. 121)

Seja como suporte pela dificuldade de acesso a outros recursos de pesquisas, seja que pela força cultural, os livros didáticos estão incorporados na dinâmica escolar e contribui na estruturação e desenvolvimento de práticas escolares, abrindo portas para o hábito de ler. Apesar de se perceber um aumento da tecnologia, advento de recursos digitais e outros objetos de aprendizagem, o livro se mostra uma ferramenta importante de maior destaque na educação no Brasil.

Melo Filho (2015), reafirma a relevância do livro didático, mas chama à atenção para elementos que condicionam sua produção:

Quanto aos Livros Didáticos, estes são muito mais do que um mero ferramental à disposição do professor. Como se tornaram material de presença marcante no processo de ensino-aprendizagem, incorporaram a função de preparação para o mundo, de formação para a cidadania. Sem perder de vista que não dialogam só com a pedagógica – suas motivações empresariais, o poder das editoras, podem lhes condicionar uma modelagem- é necessário buscar neles, constantemente, o fomento da discussão do que é fundamental para uma formação humanista e a construção de uma sociedade menos desigual economicamente (MELO FILHO, 2015, p. 116)

Em tese, os livros didáticos estão aquém nas expectativas enquanto elemento de colaboração na construção do conhecimento, em alguns aspectos, especificadamente no que tange à formação cidadã e direitos humanos. Seja pela abordagem reducionista a conteúdo

25 Para Silva, 2012, pág. 806 "(...) Além de consagrado em nossa cultura escolar, o livro didático tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico. Impulsionados por inúmeras situações adversas, grande parte dos professores brasileiros o transformaram no principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula".

específico de área de conhecimento, seja pela superficialidade no trato de questões fundamentais ou até mesmo pela mensagem subliminar corroborativa de perpetuação de desigualdades presentes em textos, imagens ou propostas.

É certo afirmar que muitas mudanças ocorreram nos Livros Didáticos (LD) nas últimas décadas. Além de exigências de inclusão de conteúdo – como a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, e desenvolvimento de trabalhos com ênfase na diversidade – como sugerido no parecer CNE/CEB 17/2001, que versa sobre as Diretrizes da Educação Especial na Educação básica – houve, por força de um movimento dos próprios educadores, uma modificação na abordagem preconceituosa e estereotipada, antes explícita nos materiais didáticos. Já não encontram tantos espaços com abordagens despreocupadas, muito embora ainda estejam presentes situações discriminatórias em discursos de ideologia subliminar. Entretanto, mesmo o LD se apresentando com má qualidade, de um modo geral, é através da ação do educador que o livro ganha valor, quando interpretado criticamente pelo professor. (D'ÁVILA, 2008)

Numa análise constitutiva de realidade social, faz-se destaque ao olhar do educador atento, para a abordagem de questões diversas na formação ideológica do aluno, principalmente no que tange aos direitos humanos universais e outras questões. Para isso, a importância da formação básica e também continuada do educador para sua mediação didática com autonomia perante o LD e dos demais recursos à disposição do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Para o acesso ao livro didático, o Ministério da Educação (MEC) tem feito, ao longo dos anos, investimentos que visam garantir tal recurso aos estudantes de diversas etapas da educação básica das escolas públicas de todo o país. Nas últimas décadas, programas do livro didáticos foram modificados a fim de selecionar obras que estivessem de acordo com as leis e concepções atuais de educação, assim com o objetivo de dar aos professores maior autonomia na escolha do material a ser usado em suas aulas.

2.1. O livro didático na EJA

A utilização de livros e materiais didáticos na EJA se apresenta de maneira diversificada por conta das múltiplas instituições que ofertam essa modalidade, principalmente como turmas de alfabetização: são sindicatos, igrejas, fundações, serviços sociais de instituições privadas, Organizações Não Governamentais (ONGs), programas de

extensão de universidades, etc. Para esta pesquisa, considerando a abrangência, analisaremos a oferta de material didático de EJA, disposto pelo MEC através da aquisição pelo FNDE, para a escola públicas municipais, estaduais e federais de todo Brasil, assim como as secretarias de educação parceiras do Programa Brasil Alfabetizado – são os livros disponíveis pelo PNLD EJA/2014.

De acordo com trajetória sobre o LD para EJA, o próprio Guia do livro didático PNLD/EJA 2014, discorre:

De certo modo, a questão dos materiais didáticos, em especial dos livros didáticos, que deveriam servir de suporte para o trabalho dos educadores da EJA e como material de estudos para os jovens e adultos, sempre esteve presente nos programas ou políticas de EJA desenvolvidos pela União, desde pelo menos os anos 1940 (BRASIL, 2014, Guia PNLD EJA 2014, p.12)

Mas, a EJA só passou a ter o direito do benefício dos livros didáticos com o surgimento Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), instituído pela da Resolução nº. 18, de 24 de abril de 2007 para acolher aos alunos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) (BRASIL, 2007). Ou seja, muito depois da criação do programa para educação de crianças e jovens que ocorreu a partir 1985.

2.2. O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD

Estabelecido a partir do Decreto nº 91.542, em 19 de agosto de 1985, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) visa auxiliar o trabalho pedagógico do professor em sala de aula, através da distribuição gratuita de livros didáticos, obras literárias e dicionários para alunos da educação básica (fundamental e médio) de escolas públicas em todo o país. O processo de escolha se inicia com a inscrição de obras pelas editoras privadas a partir de um edital. Tais obras são avaliadas por uma comissão de especialistas em critérios como problemas conceituais, desatualização ou preconceitos – procedimento iniciado em 1996. As coleções aprovadas são disponibilizadas para escolas através de um resumo critico intitulado Guia do Livro Didático e a partir daí cada escola, munida de senha institucional, pode realizar sua escolha através do portal do MEC.

O início de programas de livros didáticos no Brasil remete ao ano de 1929, com o surgimento do Instituto Nacional do Livro (INL), instituição criada para organizar e normatizar sobre políticas públicas de livro didático. Ao longo da história o programa foi modificado diversas vezes, compondo-se de diversas nomes e formato de funcionamento. Para Silva:

A grande capacidade que editores e autores demonstraram ao longo da história da educação brasileira de adaptar o livro didático às mudanças de paradigmas, alterações dos programas oficiais de ensino, renovações de currículos e inovações tecnológicas é um dos fatores que justifica a sua permanência como parte integrante do cotidiano escolar de várias gerações de alunos e professores (SILVA, 2012, p. 805)

Há inúmeros estudos críticos, sobre o uso ou não do livro nas escolas, assim como sobre programas oficiais de livros didáticos. Encontramos pesquisas e artigos nesse âmbito privilegiando a discussão sobre: a história do livro didático, o uso e prática por parte do professor, o conteúdo por área de conhecimento, erros conceituais das obras²⁶, a presença de ideologias nos mesmo, etc. Mas temos muitos defensores pela consolidação do PNLD como política de Estado “tornou o livro didático um objeto acessível para praticamente todos os estudantes de escolas públicas brasileiras” de acordo com Silva (2012, p. 817)

O Programa Nacional do Livro Didático, através do FNDE, adquire e distribui obras didáticas aos alunos do ensino fundamental e médio, na modalidade regular ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). Recentemente, a operação do PNLD pode ser sistematizada em seis etapas. Para melhor esclarecimento sobre a organização do PNLD, segue um quadro síntese dessas fases. O funcionamento do programa, nem como seu processo de escolha e distribuição serão foco dessa pesquisa. Entretanto, esse resumo se faz importante para identificar em que ponto o professor realiza sua análise/escolha, e que o faz a partir de uma avaliação pedagógica e ideológica realizada pelo Ministério de Educação.

Quadro 2: Resumo das etapas de funcionamento do PNLD

Adesão	As escolas federais e os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal que desejem participar dos programas de material didático manifestam este interesse, através de adesão formal, observados os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo MEC. Esse termo deve ser encaminhado uma única vez. Os beneficiários que não quiserem mais receber os livros didáticos devem solicitar a suspensão das remessas de material ou a sua exclusão do(s) programa(s).
Editais	Os editais que estabelecem as regras para a inscrição do livro didático são publicados no Diário Oficial da União e disponibilizados no portal

26 A título de exemplificação temos o artigo do prof. Dante Luckesi publicado, em que defende o livro didático em EJA

	do FNDE na internet. Tal documento traz desde as especificações técnicas, como a gramatura do papel, até o conteúdo a ser apresentado pelos livros.
Inscrição das editoras	Os editais determinam o prazo e os regulamentos para a habilitação e a inscrição das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais.
Triagem/ Avaliação	A fim de constatar se as obras inscritas condizem com as exigências técnicas e físicas do edital, O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) faz uma triagem. Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, de acordo com os critérios divulgados no edital. Esses especialistas organizam as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos. ²⁷
Guia do livro	O FNDE disponibiliza o guia de livros didáticos em seu portal na internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar. O guia orientará a escolha dos livros a serem adotados pelas escolas.
Escolha	Os livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no guia de livros didáticos. Diretores e professores analisam e escolhem ²⁸ as obras que serão utilizadas pelos alunos em sua escola.
Pedido	A efetivação da escolha dos livros é feita via internet. Com a senha antecipadamente enviada pelo FNDE às instituições escolares, diretores lançam a escolha on-line, em aplicativo específico para este fim, disponível na página do FNDE.

27 A previsão do processo de avaliação se modificou a partir de novo Decreto Nº 9.099/ 2017, assinado pelo Presidente Michel Temer, que, a partir desse refunda o Decreto anterior 7.084/ 2010. Dentre as principais mudanças estão: a previsão de compra de livros para o segmento da Educação Infantil; a possibilidade para que “responsáveis pelas redes” façam a adoção do material de maneira única: seja escolhendo um livro só para cada escola ou até mesmo para todas as escolas da rede que dirige – o que pode tirar a autonomia dada a escola anteriormente; e a comissão técnica poderá ser montada por especialistas indicados por entidades ligadas à Educação, podendo ser professores da própria rede de escolas públicas, professores de escolas particulares, além de professores universitários –a única exigência é o título de mestre para área de conhecimento que atuarem - antes, a avaliação era feita somente por professores de universidades públicas.

28 Nem sempre os livros escolhidos pelo grupo de professores ou equipe escolar é de fato aquele entregue. Geralmente há duas opções de escolha e dependia de posterior habilitação, negociação, contratação, produção pela editora e distribuição. Especificamente para PNLD/EJA, onde muitas vezes na prática a escolha era realizada pela própria secretaria de educação, sem chegar ao conhecimento do docente de EJA.

Aquisição	Após a compilação dos dados referentes aos pedidos realizados pela internet, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelas escolas e que são editoras específicas que detêm o direito de produção de cada livro.
Produção	Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato e informa as quantidades de livros a serem produzidos e as localidades de entrega para as editoras. Assim, inicia-se o processo de produção, que tem supervisão dos técnicos do FNDE.
Análise de qualidade física	O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) acompanha também o processo de produção, sendo responsável pela coleta de amostras e pela análise das características físicas dos livros, de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.
Distribuição	A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de educação.
Recebimento	Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros.

Fonte: Site do FNDE <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/funcionamento>
Acesso em: fevereiro de 2018

Ainda sobre a organização do programa, os livros escolhidos pelas escolas e ou Secretarias de Educação são custeados e distribuídos pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), de acordo dados do censo escolar indicativo a dois anos anteriores ao ano do programa, que é o censo retratado no momento do processamento da opção pela instituição de ensino. Assim, poderão ocorrer pequenas divergências entre o

número de livros entregues e quantitativo de alunos. As escolas podem recorrer à chamada reserva técnica cedida às Secretarias de Educação no caso de novas matrículas ou realizar os ajustes a partir de remanejamento entre escolas, afim de garantir o livro a todos os alunos. Os livros ficam disponíveis em ciclos trienais, por isso confeccionados em estrutura física mais resistente e são reutilizados a cada ano destes, com exceção de materiais consumíveis para as séries iniciais do ensino fundamental, que tem previsão de reposição anual.

Vale ressaltar que nesta pesquisa não serão tratados problemas de escolha, oferta e distribuição dos LD da política pública do PNLD, realizar-se-á uma análise documental sobre o objeto LD em sua essência, suas contribuições para formação do professor e suas consequências no desenvolvimento do educando, conforme descrito na metodologia.

Com a mesma finalidade do PNLD, o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) foi criado para todas as turmas regulares de alfabetização em setembro de 2009, pela Resolução CD/FNDE nº 51. Após algumas alterações em substituição ao Programa Nacional do livro didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), o PNLD EJA versa sobre a distribuição de livros didáticos às instituições parceiras do Programa Brasil alfabetizado e que ofertem ensino fundamental e médio para esta modalidade de ensino.

O Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD – EJA) congregou o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), ampliando o atendimento ao primeiro e o segundo segmentos de EJA- aos anos iniciais e finais do ensino fundamental e o ensino médio na modalidade EJA. Essa mudança foi importante, pois trouxe abrangência do livro de EJA para todas as etapas da educação básica, previstas também para modalidade EJA, e incluindo a doação a classes do Programa Brasil Alfabetizado.

A inclusão da avaliação dos manuais escolares do PNLD como todo, pelo Ministério da Educação (MEC) a partir de 1996, fez com que as avaliações de obras inscritas pelas editoras fossem realizadas por especialistas de diferentes áreas do conhecimento, resultando em um Guia de Livro Didático contendo princípios e resumos dos materiais avaliados.

Em 2013 houve o processo de escolha dos livros didáticos da EJA pelas escolas/secretarias de educação, os quais seriam utilizados nos anos de 2014 a 2016. No último ano desta vigência (2016), estava previsto outra edição do programa, mas até então

ainda não realizada. Obviamente, como já foi discutido aqui, os programas de governo para EJA sofrem regulares processos de descontinuidade, consequente da ação política de cada governante em exercício. Mudanças foram feitas recentemente – Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017 (anexo 1), que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - assinado pelo atual presidente da república Michel Temer. Mas, de fato, não há informações concretas sobre novas edições do PNLD/EJA.

Durante o ano de 2014, as escolas de EJA vinculadas ao MEC puderam realizar, a partir de Guia do Livro Didático disponível, a análise e a escolha do livro de EJA que seriam utilizados nos três anos subsequentes (ver figura abaixo). Dispunham de livro editoriais, para os níveis de alfabetização, fundamental (séries iniciais e séries finais) e para o ensino médio.

Figura 5: Calendário de atendimento ao PNLD EJA

CALENDÁRIO DE ATENDIMENTO:

Ano de aquisição	Ano de utilização	Tipo de atendimento
2010	2011	Escolha trienal e distribuição integral dos livros didáticos para todas as matrículas
2011	2012	Reposição integral dos livros didáticos para cobertura das matrículas adicionais
2012	2013	Reposição integral dos livros didáticos para cobertura das matrículas adicionais
2013	2014	Escolha trienal e distribuição integral dos livros didáticos para todas as matrículas

Fonte: <<http://portal.mec.gov.br/proforti/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17458-programa-nacional-do-livro-didatico-para-educacao-de-jovens-e-adultos-pnld-eja-novo>>

Os livros didáticos do PNLD/EJA 2014 dispunham, em sua proposta, de reposição e complementação a cada ano de vigência previsto, ou seja, os materiais não precisariam ser devolvidos pelos alunos após o ano de utilização, diferentemente de outros livros em outros PNLDs, para outros segmentos. Isso porque perfazem materiais consumíveis (escrita do aluno no próprio livro). Ainda assim, o FNDE traz orientações para professores e alunos para preservação dos mesmos, para utilização ao longo do ano, solicita que comunique ao órgão

qualquer irregularidade encontrada no material impresso e também chama a atenção para o descarte consciente, priorizando a reciclagem, ao término do uso.

Figura 6: Trecho do Edital de convocação das editoras para inscrição em PNLD EJA/ 2014



EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2012 – CGPLI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2014

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), faz saber aos editores que se encontra aberto o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas destinadas aos alunos e educadores de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e do ensino fundamental e médio, modalidade Educação de Jovens e Adultos, da rede pública.

1. Do Objeto

Este edital tem por objeto a convocação de editores para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas destinadas aos alunos e educadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme condições e especificações constantes deste edital e seus anexos.

O edital de convocação das editoras discorre sobre todo processo de escolha, bem como de aquisição e distribuição pelo FNDE/ MEC das obras preferidas pelos professores.

2.3. O manual do professor

Por volta da década 1960, o livro didático, enquanto ferramenta de ação didática em sala de aula, passou também a oferecer elementos indicativos de formação do professor, com o surgimento dos manuais didáticos que acompanham os mesmos. A formação em cursos de pedagogia, que nem sempre atende ao aprofundamento de alfabetização, somadas às condições insatisfatórias de trabalho e carga horária de trabalho excessiva predispõe ao uso copioso e acrítico do livro em sala de aula. Com isso, além de respostas às atividades sistematizadas, com passar do tempo, o manual passou a apresentar fundamentação teórica, contexto educacional brasileiro, sugestões de encaminhamento pedagógico, ideias de projetos e até mesmo modelos de avaliação.

Para avaliação do PNLD, as regras de edital destinaram atenção particular ao manual do professor. As obras inscritas pelas editoras deveriam obrigatoriamente oferecer parte anexa com manual do professor que fornecesse incentivo à reflexão, assim como um subsídio à prática docente, conforme trecho abaixo:

Toda coleção didática **deve ser composta, obrigatoriamente, por Livro(s) do Aluno e o(s) correspondente(s) Manual(is) do Educador** para cada componente curricular. Considera-se que o Manual do Educador não pode ser uma simples cópia do Livro do Aluno com os exercícios resolvidos. É necessário que esse Manual ofereça orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento, devendo também promover uma discussão sobre a proposta de avaliação da aprendizagem e fornecer leituras e informações adicionais ao Livro do Aluno, além de bibliografia, bem como sugestões de leituras que **contribuam para a formação continuada do educador**. O Manual do Educador deve traduzir, com clareza, a proposta da EJA assumida pela coleção. O Livro do Aluno, por sua vez, deve concretizar essa proposta com coerência. (BRASIL, 2014, p. 18, grifos da pesquisa)

Em pesquisa dedicada ao livro didáticos, especificamente quanto à abordagem do professor frente ao livro e uso dos instrumentos reguladores de atividades de ensino, e do manual, Cristina D'ávila discorre num capítulo especial de sua publicação sobre 'A relação dos professores com o livro didático: entre as prescrições e a autonomia'

Na pesquisa que realizei, ficou evidente que a utilização massiva do manual, enquanto recurso fundamental nas atividades de planejamento e implementação do processo ensino-aprendizagem, representava uma séria ameaça à autoria do professor no desempenho de seu trabalho e de seu mister papel. Primeiro, porque se constitui praticamente como única fonte de informação para docentes (também para os discentes e sua família); segundo, por se constituir como regulador da atividade docente, fenecendo, assim os elementos básicos para o planejamento e implementação da atividade de ensino (sem, entretanto, fornecer elementos para compreensão analítico-reflexiva da prática pedagógica); e terceiro, por não apresentar um conteúdo que desse conta das especificidades socioculturais dos professores, alunos e comunidade. (D'ÁVILA, 2008, p. 168)

Já no texto *Decifra-me ou te devorarei*, a autora apresenta resultados de pesquisa específica em torno do uso dos manuais escolares, presentes nos livros didáticos, por professores de escolas brasileiras. O trabalho se apoia na interpretação de conteúdo dos manuais usados nas salas de aula pelos professores, levando em consideração o contexto das suas condições de trabalho, e apresenta em que medida o manual provoca “elipse didático” na mediação do professor, no aspecto da sua criatividade e da sua capacidade de contextualização em adequação de atividades pedagógicas. D'Ávila defende o termo “elipse didático” como sendo o comportamento em que o professor reproduz acriticamente as prescrições metodológicas constantes em um manual didático. Tem-se um resultado que

evidencia o saber que o manual didático se impõe, mostrando forte influência na prática pedagógica.

A autora compreende o papel de prescrição que cumpre o LD no amago das práticas de ensino, assim como vislumbra as possibilidades em “mesmo com limites, se utilizados criticamente, os manuais didáticos podem gerar atividades pedagógicas criativas. Entretanto, chama à atenção da condição criativa se instaurar a partir do reconhecimento, pelo professor, dos limites das prescrições sobre seu próprio trabalho.

Além disso, D’Ávila, mesmo não sendo tópico desenvolvido em sua pesquisa, chama a atenção para questões implícitas no trato das imagens publicitárias e estereótipos presentes no manual escolar. Ela chama atenção para o seguinte:

Este problema atinge diretamente a mediação didática praticada pelas professoras, na medida em que estas reproduzem as atividades que se seguem ao merchandising. Assim, a partir de cada marca publicitária, os exercícios de compreensão desses textos-plásticos, ou textos-imagens, como são chamados pelos autores dos manuais, trazem questões que reiteram a ideologia de consumo. Todas as professoras, sem exceção, inclusive as coordenadoras pedagógicas que possuem nível universitário, foram unânimes em achar que são atividades pertinentes e que não veem qualquer problema em trabalhar com as marcas publicitárias presentes no manual. Constatado, então, de modo lastimável, que as professoras fazem uso acrítico do manual didático, reproduzindo, sem reflexão, a fraseologia ideológica, estereotipada e caricaturada que ainda perpassa este instrumento de ensino. (D’ÁVILA, 2005, p. 14)

Esta conclusão de D’Ávila nos remete a Bakhtin (1997), de que “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência”. Ou seja, a palavra circula entre todos os sistemas ideológicos formados como a religião, a moral, a ética e a política, etc. Em cada sistema ideológico há um material semiótico peculiar, entretanto, todo sistema é impregnado do signo linguístico. A palavra tudo permeia, configurando elemento que abrange a totalidade discursiva. É nesse sentido que Bakhtin a considera neutra. Ele defende que:

(...) Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo neutro. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa. (BAKHTIN, 1997, p. 37)

Faz-se claro, então, que diversos sentidos ideológicos podem passar pela palavra ou textos. É por isso que, ao se falar em discurso, já não se pode mais ponderar sobre a

neutralidade da palavra. O discurso compreende a língua como um processo que se modifica de acordo com a situação histórica, não somente como um sistema fechado e inalterável.

Desta forma, entende-se a importância da análise de livros a partir das concepções teóricas pelos quais foram construídos e os impactos destas na formação do professor, sem abater-se do olhar em torno dos discursos e ideologias presentes nos textos, nas imagens e mesmo nas palavras que podem contribuir para uma formação cidadã, e sobretudo crítica, ou não. A análise de livro escolar e seus respectivos manuais didáticos podem desvelar discussões significativas sobre o que exerce e o que pode representar no ensino, contribuindo com a prática educativa na apresentação de reais oportunidades de formação para o professor brasileiro.

3. METODOLOGIA

Pesquisar cientificamente é se aproximar de um efetivo, buscando um entendimento que forneça aporte para intervenção na realidade. A diferenciação do método científico se dá pela escolha dos procedimentos sistemáticos que apresentam e explicam uma situação sob análise e a escolha se baseia na natureza do objetivo que se deseja no estudo (FACHIN, 2001).

O âmago da discussão aqui proposta é a análise dos 06 livros didáticos de alfabetização em EJA sugerido pelo MEC a partir de programa de aquisição de livro didático (PNLD/ EJA 2014). Para isso, esta pesquisa, objetiva identificar nesses livros (com seus respectivos manuais didáticos)²⁹ princípios freireanos em diálogo com os Direitos Humanos. Pretende-se analisar o quão a influência das teorias de Freire, de modo a pensarmos se tais materiais têm potencialidade para uma formação docente crítica, fomentadora do protagonismo proposto por Imbernón (2000) e a construção dialógica do conhecimento em sala de aula.

A argúcia em torno da falta de elementos didáticos/textuais nos livros didáticos de EJA que estimulem a alfabetização crítica, com discussão de direitos sociais e/ou direitos humanos universais, conduziu ao problema: **De que maneira as fundamentações teóricas-metodológicas dos manuais didáticos e as respectivas propostas didáticas dos LD são fieis a pressupostos teóricos para Educação de Jovens e Adultos pautada em direitos humanos para uma educação libertadora?**

Ao buscar responder essa questão, colocam-se os seguintes objetivos da pesquisa:

Objetivo Geral

- Identificar nos livros e manuais PNLD EJA /2014 elementos teóricos, didáticos e/ou metodológicos que condizem com as atuais propostas para Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva libertadora, para que possam vir a contribuir para a formação do alfabetizador de EJA.

²⁹ Para escolha dos livros didáticos do programa PNLD, o MEC distribui os livros na versão do professor que abrange toda a parte da versão do aluno com respostas e gabarito, além de conter na parte final do livro um manual, intitulado MANUAL DO PROFESSOR, padrão em todos os livros aprovados.

Objetivos Específicos

- Buscar fundamentos teórico-metodológicos que subsidiam a análise de livros didáticos.
- Analisar, numa abordagem interpretativista, o guia didático MEC e livros/ manuais do PNLD EJA/ 2014;
- Investigar o comprometimento das propostas teórico/metodológicas do objeto de pesquisa com os ideais de uma educação autônoma, libertadora e de qualidade;
- Produzir um blog com pontos de debates e informações que fomentem um olhar crítico dos alfabetizadores nos processos de avaliação e uso em materiais didáticos para turmas de EJA.

3.1 Referencial teórico-metodológico

A presente pesquisa consiste em uma análise documental, com natureza qualitativa, pois diz respeito a um estudo de paradigmas interpretativistas. Entende-se pela consulta a documentos/objetos que perfazem desde leis, diretrizes, regulamentos e até diários pessoais e relatos autobiográficos. E de acordo com Lüdke e André (1986, p. 38), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

A análise documental se mostra, então, importante técnica para pesquisas em ciências sociais e humanas, já que se realiza a partir de materiais contemporâneos ou históricos de característica autêntica. Numa abordagem qualitativa, tem cunho investigativo e deixa o mundo visível ao observador para o porquê das coisas, o que faz com que haja uma preocupação com aspectos não quantificáveis da realidade, focando no entendimento da dinâmica de relações sociais. É nesse sentido que esperamos que a pesquisa documental represente uma construção que possa se consolidar de um caráter inovador, gerando contribuições importantes no estudo sobre livros didáticos na EJA. Na escrita de Minayo,

(...) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p.21)

Mesmo que o objeto de estudo proposto, o livro didático, seja um material visivelmente estático, vale ressaltar que qualquer texto produzido é gerido por alguém, por algum motivo,

por isso traz intencionalidade, experiências de mundo, conceito de valores. Isto posto, estando suscetível ao olhar do sujeito pesquisador, o texto pode apresentar diferentes significados a partir de características próprias do texto, mas interpretado de acordo com as ideias de quem analisa. Assim, se assume uma ciência como não neutra, ou seja, ao sujeito pesquisador não é possível descrever indiferente, sem um julgamento de valores, a algum caso ou experiência.

Sobre o paradigma interpretativista, o cientista social:

(...) uma linguagem de observação neutra seria ilusória, pois todas as formas de conhecimento são fundamentadas em práticas sociais, linguagens e significados, inclusive aqueles do senso comum. O pesquisador não é um relator passivo e sim um agente ativo na construção do mundo. Sua ação investigativa tem influência no objeto da investigação e é por sua vez influenciada por esse. Em outras palavras, o pesquisador nas ciências sociais, incluindo aí a pesquisa educacional, é parte do mundo social que pesquisa. Ele age nesse mundo social e é também capaz de refletir sobre si mesmo e sobre as ações como objetos de pesquisa nesse mundo. Essa sua capacidade é denominada, na literatura especializada, reflexividade. (BORTONI-RICARDO 2008, p. 56)

Nesse sentido, a concepção de cientista contemporâneo perfaz aquele sujeito ciente da sociedade que faz parte ao mesmo tempo analisa, o indivíduo que é leitor, estudante, educador, sujeito social e político, usuário da ciência, mas também responsável por situar sua produção, que é humana, por isso de responsabilidade humana.

Para esta análise documental foram considerados os 06 livros didáticos para turmas de alfabetização indicados pelo MEC no PNLD/EJA 2014, que não inclui a participação e mediação do professor, o que configura, na concepção da pesquisa proposta, o uso no estudo de fontes primárias na produção de dados, por isso vale ressaltar a diferença da pesquisa documental da análise bibliográfica:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Segundo Caulley (1981, apud Lüdke e André 1986, p. 38), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Assim, esta dissertação configura, ao mesmo tempo, uma análise textual quando se propõe observar aspectos textuais e discursivos dos LD e uma pesquisa social, já que o livro está inserido no contexto pedagógico, caracterizando-se assim por uma pesquisa sócio-discursiva.

Ou seja, o objeto foco é o documento livro, mas em sua análise se considerou as potencialidades deste para formação do professor e sua prática pedagógica.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 39)

Nessa perspectiva, se faz importante trazer o conceito de letramento crítico que permeia toda a pesquisa, desde ação do pesquisador no paradigma interpretativista até o que deseja encontrar no manual dos livros destinados à formação do professor, e conseqüentemente o desenvolvimento do pensamento do aluno. Para esse suporte, buscamos Freire com o estímulo à leitura crítica no livro “A Importância do ato de Ler” em que o autor relaciona essa forma de interpretação à capacidade de transformação do ser humano, por meio da educação.

Estudar seriamente um texto é estudar o estudo de quem, estudando, o escreveu. É perceber o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento. É buscar as relações entre o conteúdo em estudo e outras dimensões afins do conhecimento. Estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto. Desta maneira, não é possível a quem estuda, numa tal perspectiva, alienar-se ao texto, renunciando assim à sua atitude crítica em face dele (FREIRE, 1989, p. 12)

Para o alcance do resultado esperado nesta pesquisa em EJA, é fundamental importância a escolha de um percurso metodológico que considere as dimensões histórico-sociais e culturais, que favoreça a pesquisa social que visa contribuição para mudança social.

3.2 Corpus da pesquisa

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) objetiva a escolha e distribuição de livros didáticos e literários à estudantes de educação básica de escolas públicas e instituições conveniadas ao poder público no Brasil. Para isso, o Ministério da Educação disponibiliza, após fase de análise de livros inscritos pelas editoras, um Guia dos Livros Didáticos com orientações sobre o processo de escolha e com resenha e informações dos materiais aprovados. O programa conta com edições anuais destinadas à a escolha de livros por nível de educação ou modalidade.

Levando em consideração as especificidades da modalidade EJA e suas diferentes formas de propostas curriculares e distintas maneiras de estruturar, mas com uma composição mínima de componentes curriculares para Educação Básica, o PNLD EJA/2014, último PNLD realizado para Educação de Jovens e Adultos, trouxe à disposição dos livros para escolha em cinco categorias organizada conforme composição específica: Alfabetização;

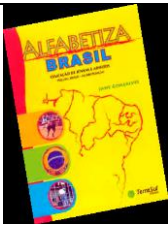
Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Regional Anos Iniciais; Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Para análise documental, objetivando promover a viabilidade desta pesquisa foram selecionados: o Guia dos Livros Didáticos publicado pelo MEC para PNLD/EJA edição 2014 e o enfoque nos 06 livros de alfabetização aprovados (versão para professor)³⁰ com seus respectivos manuais didáticos. Estes seis livros pertencem à *Categoria 1 do guia: obra didática, consumível, destinada à Alfabetização de jovens e adultos das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e aos alunos das escolas públicas que mantenham turmas exclusivamente de alfabetização de jovens e adultos* (MEC, PNLD/EJA.2014, p.16)

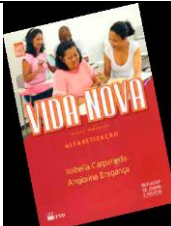
A pesquisa se conduziu também a partir de um levantamento bibliográfico de publicações, defesas de teses sobre livros didáticos, especificamente, os livros para Educação de Jovens e Adultos, ou seja, uma literatura acadêmica que permitiu pensar a importância de estudos de obras didáticas para EJA em relevante programa social e educacional das escolas públicas no Brasil como PNLD.

A seguir, uma síntese com as principais informações do objeto da pesquisa:

Quadro 3: coleções analisadas

CAPA	NOME DA COLEÇÃO	AUTOR	EDITORA	ANO
	Alfabetiza Brasil	Jane Gonçalves	Terra Sul	2013
	É Bom Aprender	Cassia Garcia de Souza; Marinez Meneghello; Angela Passos.	FTD	2013

30 Para esclarecimento do objeto estudado, os livros analisados são de versão de uso do professor, que apresentam uma parte que diz respeito às páginas didáticas utilizadas pelos alunos, e uma outra parte, no final do livro direcionada para o professor, denominada *manual do professor* – também foco desta pesquisa.

	EJA Moderna	Virginia Aoki (Editora Responsável); Miguel Castilho Junior; Rosana Giannoni; Zilda Ferré; Maria Cecília da Silva Veridiano; Fernando Frochtengarten.	Moderna	2013
	Ler e Pensar o mundo	Ana Júlia Kloepfel; Jeferson Freitas	Positivo	2013
	Vida Nova	Isabella Pessoa de Melo Carpaneda; Angiolina Domanico Bragança	FTD	
	Viver, aprender	Jordana Thadei; Márcia Mendonça; Maria Amábile Mansutti.	Global	2013

Fonte: Tabela sistematizada pela própria autora desta pesquisa.

3.3 Procedimento de análise de dados

Os procedimentos de análise de dados para pesquisa documental de natureza qualitativa, exatamente por caracterizar-se de cunho interpretativista, demanda de táticas e processos que envolvam o sujeito pesquisador, o objeto da pesquisa e o alicerce teórico-filosófico e metodológico num processo interacionista. A produção de dados, portanto, advém do olhar do pesquisador a partir de sua experiência de mundo, base filosófica, concepção de valores e identidade, mas, e exatamente por isso, requer um rigor na identificação dos princípios estudados e na precisão de códigos na construção de categorias de análises.

Neste trabalho, busca-se a presença da teoria de FREIRE nas coleções didáticas voltadas para educação de jovens e adultos. Para isso, foi estudada a influência de princípios freireanos na fundamentação teórica norteadora da produção didática em questão, cruzando diretamente com as proposições postas no corpo do livro. Com isso, buscou-se realizar um diagnóstico acerca do tratamento de discursos promotores de um senso comum de valor às diferenças, inclusivo, apreciativo no que tange a tais princípios e os direitos humanos universais. Neste procedimento interpretativo, deriva a seguinte classificação de análise:

Quadro 4: Tabela de livros por classificação de análise

CLASSIFICAÇÃO DE ANÁLISE	DOCUMENTOS DO PNLD/EJA 2014	
	MANUAL DO PROFESSOR	LIVRO (abordagem didática)
Princípios Freireanos/ Direitos Humanos	A – Dialogicidade	A2- Compreensão da realidade/ Tema gerador
	B - Formação crítica	B2- Despertar para os direitos
	C- Educação Libertadora	C2 -O Ser Mais

A partir desses princípios, realizou-se um cruzamento de informações advindas do Guia didático para escolha do livro didático com as duas classificações de análise: **o manual** teórico e de encaminhamento metodológico presentes nos livros didáticos e, por fim, com o conteúdo trazidos na **abordagem didática do próprio LD**.

No Manual teórico, enquanto ferramenta de apoio para o entendimento da coleção e de formação para o professor, busca-se fundamentação teórica de base Freiriana em seus princípios de práticas docente alicerçadas na dialogicidade, capazes de oportunizar ao professor alfabetizador em EJA o desenvolvimento de uma concepção de educação crítica, visando a construção de aulas pautadas numa educação libertadora.

Na abordagem do Livro Didático, identifica-se as construções didáticas pautadas na compreensão da realidade do educando, na busca pela identidade, contemplação de saberes prévios e possibilidades de interações entres sujeitos que fomentem a criação de temas geradores - que funcionam como facilitadores de aquisição do sistema alfabético, ao mesmo tempo fazem emergir temáticas formadoras relevantes advindas das variedades de vozes. Analisa-se também, como as discussões temáticas, tecidas no contexto de sala de aula (ou

não) despertam para direitos humanos, se apontam para formação de educandos para além do senso comum.

Através desta pesquisa, almeja-se analisar nos livros:

I – Em que sentido os livros e seus respectivos manuais teóricos apresentam proposta metodológica/perspectiva didática que colaborem com a formação docente baseada em princípios freireanos e direitos humanos?

II – As coleções podem atuar como uma aliada para um ensino de uma educação emancipatória / libertadora?

Após a fase de pesquisa, de caráter qualitativo - visando o fato estudado, gerando assim uma interpretação - propõe-se a elaboração de um produto como sugestão de melhoria na qualidade avaliativa dos livros didáticos, podendo ser aplicado em situações encontradas na realidade. E, pela própria experiência, elucidou a necessidade de produção de material que contribuísse para um olhar crítico na análise e escolha de livros didáticos direcionados à Educação de Jovens e Adultos ofertados pelo MEC. Considerando Freire (2007, p.32):

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.

Em síntese, ainda como forma de projeto em consolidação, se deseja esta pesquisa culminar na publicação de um blog com artigos, sínteses, informações conceituais e entrevistas, que fomentem a curiosidade investigativa do alfabetizador, permitindo que se perceba como mediador *imprescindível* no desenvolvimento do pensamento de seus alunos e que os livros didáticos dispostos pelas instituições, e logo escolhidos pelos professores, sejam mais comprometidos com a militância na EJA.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Os livros, para etapa de alfabetização, selecionados para análise, apresentam trabalho de aprendizagem do sistema alfabético de língua escrita, assim como a aquisição do sistema numérico. Isso é uma exigência proposta no edital do PNLD EJA/ 2014, assim como bem descrito no Guia de orientação ao professor:

Figura 7: Categorias dos livros PNLD/EJA 2014 de acordo com sua composição específica

Categoria 1: obra didática, consumível, destinada à alfabetização de jovens e adultos das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e aos alunos das escolas públicas que mantenham turmas exclusivamente de alfabetização de jovens e adultos, na seguinte composição:							
Composição	Número de Volumes na Obra	Forma de Organização da Obra Didática	Denominação do Volume	Proposta Pedagógica	Componentes Curriculares Mínimos	Máximo de páginas no livro do aluno	Máximo de páginas no manual do educador
A	1	Volume único	Alfabetização	Disciplinar ou Interdisciplinar	Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática	208	304

Fonte: Edital de Convocação 02/2012 CGPLI- PNLD/EJA 2014, pág. 2.

Para melhor organização da escrita da pesquisa, optou-se por trazer a análise das obras de maneira separada, uma por subcapítulo da dissertação, inclusive porque não é intenção desta pesquisa a comparação entre as obras. E, por isso, conduziu-se de forma que no início da escrita de cada obra, se apresentasse os dados gerais sobre estrutura, organização, percepção inicial para posteriormente descrever considerações de acordo com o que prevemos nos procedimentos de análise de dados e questões norteadoras da análise constantes na metodologia,

Reitera-se que todos os livros analisados são da **versão para professor**, portanto apresentam o que comumente chamamos “gabarito” e observações nas páginas como sugestão para ação do docente. Para melhor ilustrar a pesquisa, na referência das figuras ilustrativas dos livros, usou-se o termo “livro do aluno” se referindo a parte análoga à que o aluno recebe, e o termo a “manual do professor” em alusão à parte exclusiva do docente, ambos pertencem à categoria de capa **Material de divulgação – Manual do professor**.

4.1. Guia de livros didáticos PNLD EJA/2014

Alguns anos após concepção do PNLD, especificamente a partir de 1996, O MEC estabeleceu medidas para análise crítica dos livros para o ensino fundamental - Decreto Nº 7084/2010, Capítulo V. Nele, evidencia-se que a avaliação passa a fazer parte do processo de obtenção das obras do PNLD, seguindo a tais procedimentos: inscrição da obra para avaliação; triagem (estudo de aspectos físicos – gramatura do papel, impressão e encadernação); pré análise (observa-se documentação a partir dos critérios do edital);

avaliação pedagógica (as obras passam pelo crivo de dois pareceristas independentes a partir de ficha de avaliação e que depois geram relatório consolidado em que caracteriza cada material); para a então o processo de escolha pela escola, a partir da opção dos professores.

Figura 8: Identificação capa manual



Fonte: Capa do manual PNLD/EJA 2014

O Guia didático encaminhado às escolas pelo Programa PNLD, visa oferecer orientações aos professores e a direção escolar sobre o processo de escolha, bem como apresentar as obras aprovadas num formato de resenha crítica, para que os docentes identifiquem melhor a coleção a partir de concepção do MEC sobre os critérios “dos preceitos legais e jurídicos e à construção da ética necessária ao convívio social e à cidadania; (...) adequação da abordagem teórico-metodológica e sua articulação com a proposta pedagógica adotada, verificando-se sua coerência com a EJA e a contribuição dada à formação do professor; (...) à proposta didático-pedagógica, aos procedimentos metodológicos, à seleção e organização de conteúdo”.

Figura 9: Exemplo de parte da ficha de avaliação fornecida aos pareceristas, também disponibilizados no final do Guia dos livros, para uso sugestivo ao professor

GRUPO II - CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO MANUAL DO EDUCADOR E DO LIVRO DO ALUNO

CRITÉRIO 3 - CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA DO MANUAL DO EDUCADOR				
Considerando a coerência e a adequação da abordagem teórico-metodológica em articulação com a proposta pedagógica adotada, o Manual do Educador	S	P	N	A
22. Explicita os pressupostos teórico-metodológicos da coleção?				
23. Explicita os objetivos da proposta didático-pedagógica da coleção?				
24. Relaciona a proposta didático-pedagógica e a concepção teórica assumidas com os principais documentos públicos nacionais que orientam a Educação de Jovens e Adultos (LDBEN, Diretrizes Curriculares Nacionais, Diretrizes Operacionais da EJA, Parâmetros Curriculares Nacionais)?				
25. Descreve a estrutura geral do Livro do Aluno e explicita a organização interna de suas partes?				
26. Indica possibilidades de trabalho interdisciplinar, a partir dos conteúdos curriculares abordados?				
27. Discute diferentes formas, possibilidades, recursos e instrumentos de avaliação a serem utilizados no processo de ensino-aprendizagem?				
28. Propicia ao educador a reflexão sobre a sua prática docente e sua interação com os demais profissionais da escola?				
29. Apresenta textos de aprofundamento e propostas de atividades complementares às do Livro do Aluno?				
30. Propõe formas de articulação entre as propostas e atividades do livro didático e os demais materiais didáticos distribuídos por programas oficiais, como o PNLD-Dicionários, o PNLD dos Materiais Complementares e o PNBE?				
TOTAL				

Legenda: **S**=SIM; **P**=PARCIAL; **N**=NÃO; **A**=AUSENTE

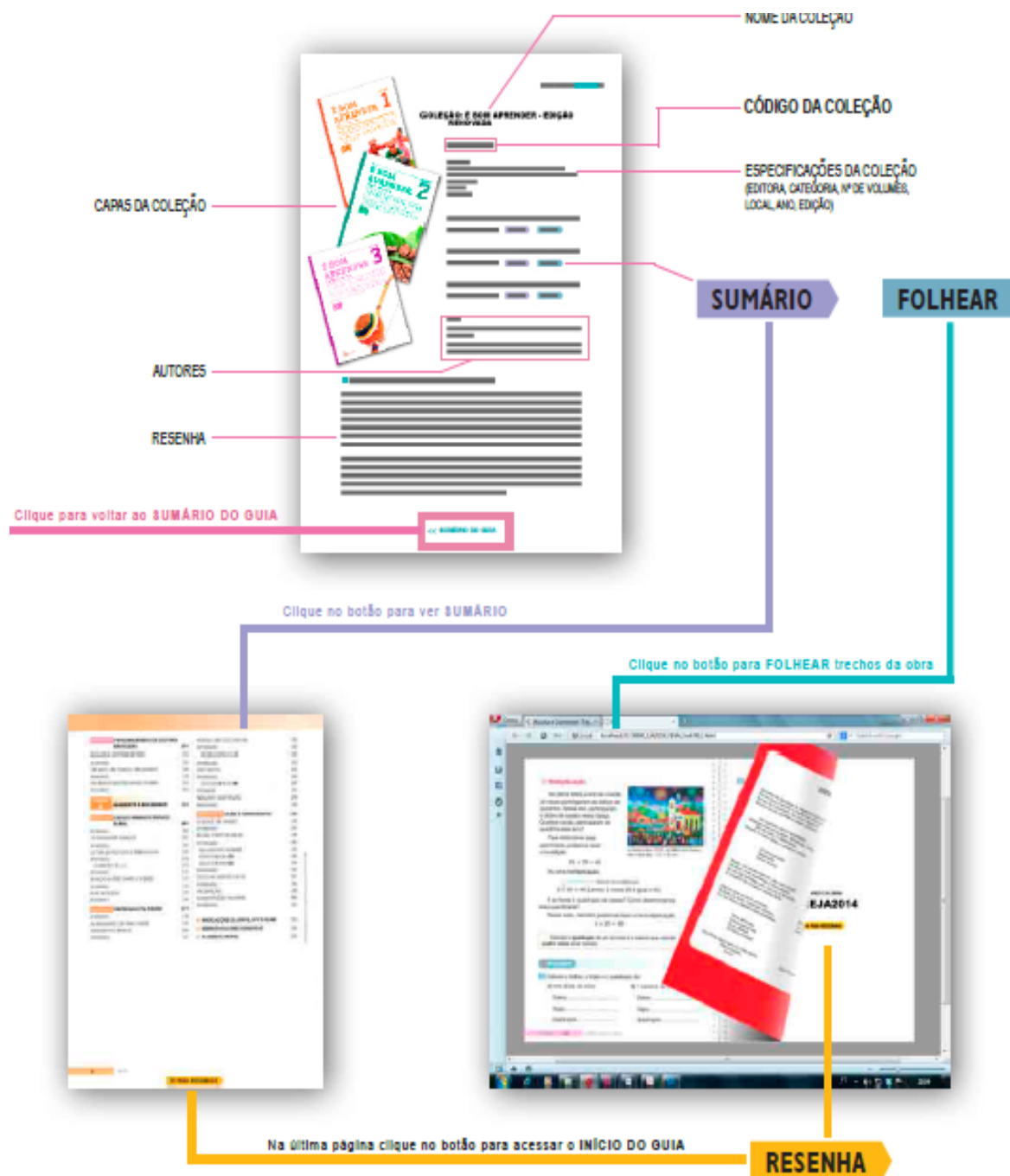
(Ministério da Educação. Guia dos Livros Didáticos do PNLD EJA 2014, p.234)

Segundo Santana, em sua dissertação de mestrado em que desvela os critérios de avaliação do livro didático no PNLD EJA/2011:

Com o Guia, o MEC pretende oferecer aos professores melhores condições para a escolha do livro, já que o acesso a todas as obras completas em todas as escolas públicas no momento da escolha é inviável. Espera-se que as equipes docentes das escolas, a partir da leitura atenta das resenhas, identifiquem, para cada disciplina escolar, a obra que melhor atende a suas concepções sobre o ensino, às peculiaridades da escola e às experiências de seus alunos, que devem ter servido de base para a composição do projeto político pedagógico da escola (SANTANA, 2011, p. 59)

Por questões de distribuição, de fato, nem sempre o educador tem acesso a todos os livros para sua análise, ficando refém apenas do texto da resenha previamente realizadas pela equipe de avaliação do MEC – o que conduz a uma escolha influenciada. Vale destacar que, na prática, dentro do prazo e limitação normatizados pelo próprio MEC, muitas editoras, em busca pela opção do maior número de escolas, realizam um trabalho de divulgação em campo, disponibilizado não apenas a obra diretamente nas mãos dos professores, como oferecendo palestras de apresentação de suas obras – prática que vem sendo prudentemente coibida nas versões mais atuais do programa.

Figura 10: Ilustração do modelo de resenha das obras no Guia para consulta pelo professor.



(Ministério da Educação. Guia dos Livros Didáticos do PNLD EJA 2014, p.12)

Segundo o próprio Guia, uma das principais preocupações do PNLD EJA é garantir que as obras didáticas destinadas à EJA estejam de acordo as especificidades desta modalidade de ensino e em consonância com os pactos adotados em encontros nacionais e internacionais de educação de adultos.

Este Guia vem ao encontro das preocupações do Ministério da Educação com a qualidade dos livros didáticos, mas, principalmente, com o aperfeiçoamento de políticas públicas que atendam recomendações/proposições e compromissos

assumidos na Declaração de Hamburgo e no Marco de Ação de Belém das V e VI CONFINTEA, assim como a reiteradas reivindicações expressas nos movimentos dos Fóruns de EJA. (BRASIL, 2014, p. 09)

Por assim dizer, a partir dos anos 40, os materiais/livros didáticos compareciam em políticas públicas desenvolvidas pela União visando fontes de estudos para alunos e suporte de ação didático para o professor. Entretanto, tais materiais sofriam fortes influências da ocasião histórica de cada período. Como a EJA, em seu contexto histórico, foi marcada por programas descontinuados e políticas interrompidas, exatamente por isso, não configurou uma modalidade específica de produção didática alinhadas às suas características e necessidades próprias.

O documento fruto da CONFINTEA VI (UNESCO, 2010), que também consolida elementos da V CONFINTEA, ressaltou a Educação de Jovens e Adultos como constituinte da aprendizagem ao longo da vida, e esta integra “uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, **baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos**, sendo abrangente e parte integrante da visão de uma sociedade do conhecimento”.

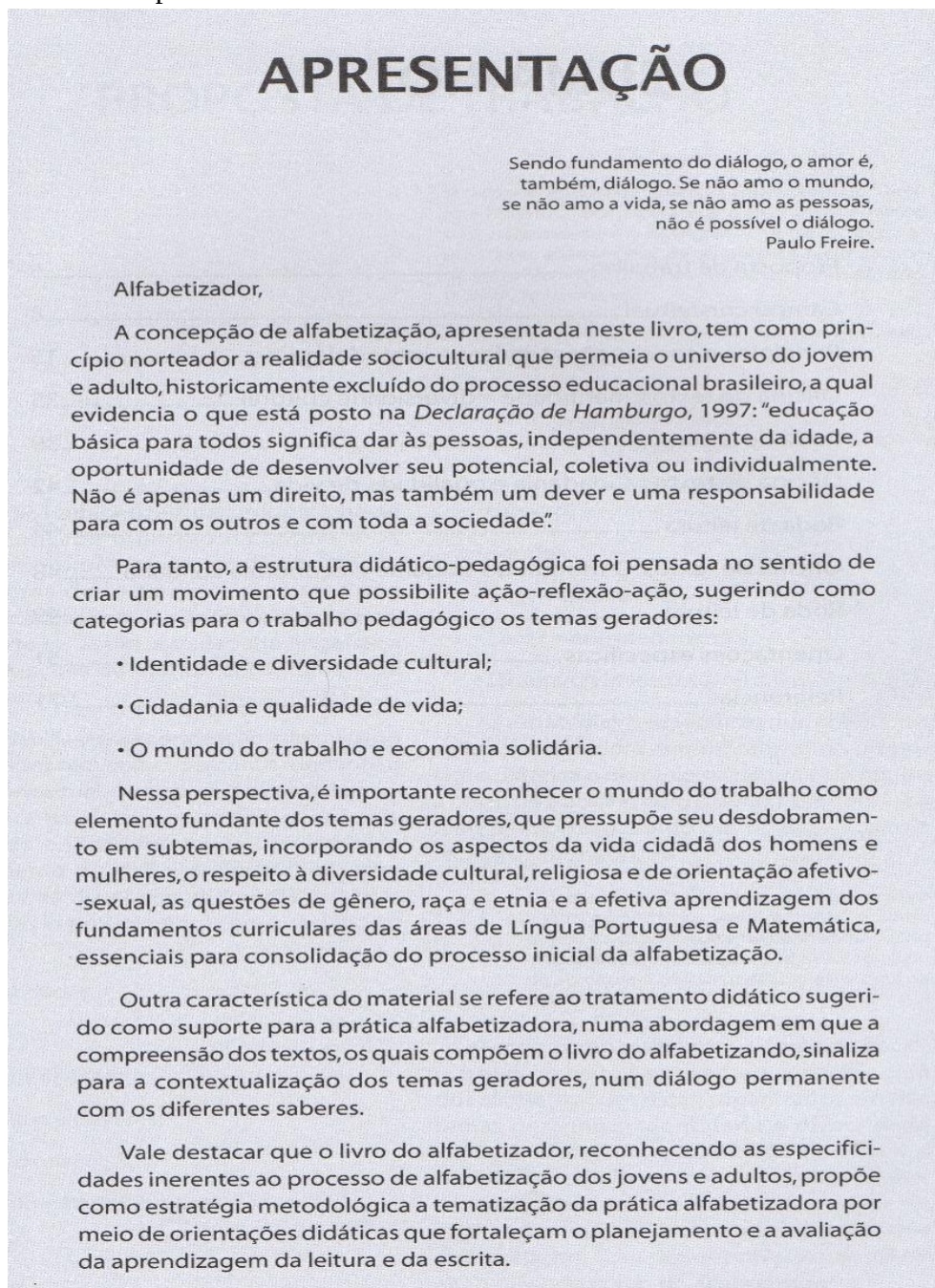
Os valores destacados acima, validados pelo Guia dos livros do MEC, foram foco desta pesquisa, por isso analisados nas obras aprovadas abaixo.

4.2. Coleção Alfabetiza Brasil

A coleção Alfabetiza Brasil (Editora Terra Sul) tem a autoria da Prof.^a Jane Gonçalves, que é bióloga, mestre em Educação pela Universidade do Paraná (UFPR), professora da rede pública/particular e alfabetizadora voluntária. A obra se organiza de maneira diferente das demais estudadas por trazer a parte referente ao manual do professor no começo do livro – não configurando, então, uma exigência do MEC nesse aspecto. Além de parecer apenas uma inversão de estrutura, logo no texto de apresentação³¹ para o docente há evidências de um material produzido mais preocupado com a atual conjuntura da EJA - traz uma carta de apresentação da coleção ao professor explicitando de imediato a concepção de alfabetização do livro a partir do que está posto na Declaração de Hamburgo, 1997, além de trazer uma citação Freiriana sobre amor e diálogo, conforme figura abaixo:

31 O livro Alfabetiza Brasil também apresenta uma generosa carta de apresentação para o aluno, em que o convida para busca de novos conhecimentos ao mesmo tempo que o encoraja a crer na sua potencialidade a partir do que a vida o ensinou.

Figura 11: Carta ao professor – Livro Alfabetiza Brasil



Nessa mesma mensagem, também já traz a síntese da estrutura didático-pedagógica, com categorias para o trabalho docente a partir de 3 temas didáticos: Identidade e diversidade cultural; Cidadania e qualidade de vida; O mundo do trabalho e economia solidária - explorados a partir das palavras-chaves de campo conceitual de crenças e valores relacionadas às problemáticas em questão, como: Identidade, Cultura, Discriminação, Direitos e Deveres, Cidadania, Estado e Poder Público, Etnia, Raça, Gênero, Saúde, Sustentabilidade, Lazer e entretenimento e Desenvolvimento Sustentável. Essa divisão fica evidente para o aluno pois o

livro coloca barras laterais coloridas, dividindo o livro em 3 grandes partes. Numa visão imediata da obra, nota-se uma intenção em trazer temas de interesse ao universo da modalidade de ensino para o qual se propõe - também visto em outras coleções estudadas, mas o faz de maneira mais “leve”, colocando a obra a serviço da primeira etapa da aquisição do sistema alfabético, ou seja, menos unidades e capítulos, assim como uma organização espacial diferenciada.

Sinteticamente, o Manual do Professor, apresenta: Proposta de trabalho; Campo conceitual, com o esclarecimento sobre cada palavra-chave citada na proposta de trabalho; e os Princípios e Concepções teóricas e metodológicas, como parte que fundamenta a obra e realiza um trabalho de formação teórica para professor. A partir daí prossegue com orientações didáticas e sugestões de práticas junto ao uso do livro didático.

Logo no início do manual, com a proposta de trabalho propriamente dita, já apresenta trecho da declaração de Hamburgo, citando o direito de todo estudante adulto:

O reconhecimento do ‘Direito à Educação’ e do ‘Direito a Aprender’ por toda a vida é, mais do que nunca, uma necessidade: é o direito de ler e escrever; de questionar e de analisar; de ter acesso a recursos e de desenvolver e praticar habilidades e competências individuais e coletivas. (Declaração de Hamburgo sobre Educação de Jovens e Adultos, 1997, APUD GONÇALVES, 2013, p. 5)

Para além da notoriedade da V CONFINTEA, originária a Declaração de Hamburgo, que inter-relacionou da educação de adultos com o desenvolvimento sustentado e equitativo da humanidade, se faz respeitável lembrar ao professor desse trecho da declaração, sobre o “direito a”, o qual nos remete continuamente as lutas por conta das eternas oposições: escolarizado e o não escolarizado; incluído e o excluído; etc. Sobretudo, o reconhecimento do direito à educação e ao aprendizado ao longo da vida para qualquer estudante que por algum motivo parou os estudos, como forma de não somente ler e escrever, mas o desenvolvimento da mais diversas competências sociais.

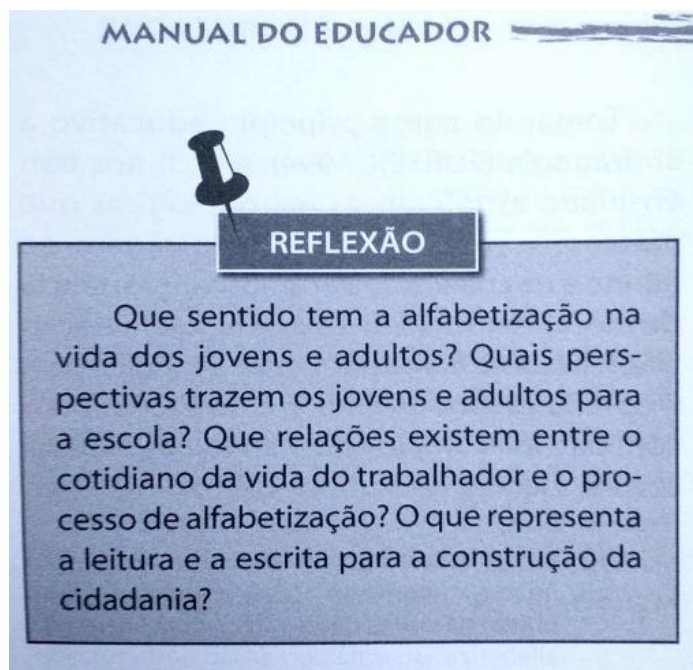
Nos *Princípios e Concepções teóricas e metodológicas* apresenta um breve histórico da EJA no Brasil, sem considerações críticas, e traz alguns pontos de conjuntura desta modalidade de ensino, como as leis que as fundamentam. Destaca-se momento que coloca as concepções de alfabetização e letramento, fazendo referência aos estudos de Paulo Freire. Situa a educação popular e libertadora como pioneira no conceito mais amplo de alfabetização, que não se limita apenas à reprodução de métodos e técnicas, mas diz respeito a um processo de construção de sentidos para ensinar e aprender, através das práticas sociais, e em reconhecer a natureza política do ato educativo, no qual educando e educadores compartilham conhecimentos de suas realidades, interagindo, em busca de transformação.

Baseado nessa relação é que se dá o processo de conscientização, no qual homens e mulheres, constroem novos conhecimentos a partir das experiências humanas com o mundo. E é **fundamentada nessa concepção dialética do conhecimento** que se dá o processo de alfabetização dos jovens e adultos (...).

(GONÇALVES, 2013, p. 20 ´grifos da pesquisa)

Na perspectiva de formação crítica, distinguem-se quatro momentos de *Reflexão*, boxes³² do manual do professor que sugerem uma parada para pensamento crítico a partir de frase ou questionamento provocativo.

Figura 12: Boxe *Reflexão* – Livro Alfabetiza Brasil



Fonte: GONÇALVES, 2013, manual p. 22

Ainda em *Princípios e Concepções teóricas e metodológicas*, há uma sequência de páginas com orientações de planejamento, avaliação e registro das aulas de EJA. Manifesta as bases teóricas-filosóficas de princípios freireanos revelada no que chama ação “do ser educador que cuida, sugere, observa, discute, formula, avalia, pensa e planeja o ato educativo e replaneja com foco no aprendizado do alfabetizando, num movimento de ação-reflexão-ação”. E em apresentar também considerações dos professores Romão e Gadotti sobre o compromisso político do alfabetizador.

O primeiro bloco de trabalho do livro do aluno traz o tema didático Identidade e Diversidade Cultural, junto com desdobramentos: quem somos, dados pessoais, família e comunidades, o povo brasileiro e cultura e tradição. E começa com uma atividade clássica em

³² Boxes na linguagem editorial são caixas laterais ou centralizadas que trazem uma informação em destaque.

turmas de EJA, que é o trabalho com a história e escrita do nome próprio³³, sem maiores orientações na página de como iniciar o trabalho pedagógico com a turma, no entanto, realiza uma preparação sobre as possibilidades do professor quando traz no manual do professor, de maneira generalizada, dicas de como realizar o planejamento de aula.

No mesmo bloco citado acima, o livro propõe a leitura do texto “Mama África” como forma de trabalhar o tema gerador Identidade e Diversidade Cultural, seguindo com questões de conteúdo sobre verso e sistema alfabético. Para o professor há comentário em rodapé sugerindo uma discussão com os alunos sobre a crítica social apresentada na letra da canção.

Figura 13: Texto para discussão, interpretação e posterior trabalho com sistema alfabético.



Fonte: GONÇALVES, 2013, livro do aluno, p. 16

Esse texto remete também à *Oficina de Textos*, presente no manual do professor. Nela, o material oferece um encaminhamento didático para trabalho docente. Primeiro propõe

33 Muitos teóricos em alfabetização defendem a escrita do nome como ponto de partida para o trabalho de alfabetização no sentido de dá continuidade a esse processo de alfabetização, que já se iniciara em outra situação vivenciada e até mesmo no ambiente família. Entretanto é preciso verificar que o trabalho com os nomes próprios deve ter objetivos de aprendizagem diferentes, de acordo com a faixa etária dos alunos, como citado no próprio manual do professor da obra analisada em questão.

trabalhar o gênero textual, bem como a organização lógica-textual e, posteriormente a discussão sobre gênero, solicitando análise pelos estudantes do perfil da mulher descrita na canção, conforme argumento do trabalho de alfabetização de jovens e adultos “considerar os saberes que permeiam o cotidiano do educando, ou seja, partindo para construção de novos conhecimentos, implica, entre outras questões, trabalhar com temas geradores”

Figura 14: Sugestão de sequência didática presente no manual do professor – Alfabetiza Brasil

MANUAL DO EDUCADOR

OFICINA DE TEXTOS:

IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL

Página 16 – Mama África

HABILIDADES • Identificar a letra da música como gênero textual, trabalhando a consciência fonológica. • Fazer análise do papel da mulher na sociedade. • Realizar sequência lógica textual. SALA DE AULA Iniciar a aula lendo o texto já transcrito em papel metro e fixado em local visível para o grupo. Em seguida, busque destacar os aspectos relevantes para a compreensão do texto lido: • Salientar para o grupo a estrutura e estética do texto, comparando-o a outras tipologias textuais já conhecidas. • Formar duplas e distribuir tiras com frases do texto. • Incentivar que cada dupla faça a leitura de sua frase em sequência lógica textual. • Solicitar que cada dupla cole a frase em folha de papel metro fixada no quadro de giz, conforme leitura dos alfabetizandos. • Realizar, no quadro de giz, uma lista traçando o perfil detectado pelo grupo sobre o perfil da mulher descrita na composição. • Relacionar nomes de mulheres do universo do alfabetizando às características detectadas. • Sinalizar para a grafia de nomes de pessoas com letras maiúsculas. • Solicitar aos alfabetizandos que pesquisem nomes de mulheres que tenham tido relevância na sociedade. • Ler a biografia do autor. • Discutir sobre as histórias de vida e dos enfrentamentos profissionais para se conquistar espaço no mercado de trabalho.	REDE CULTURAL • Alfabetizador, leia, no <i>Campo Conceitual</i>, o significado de gênero e produza, com seus alfabetizandos, um cartaz discriminando semelhanças e diferenças, vantagens e desvantagens entre os gêneros. • Faça uma linha do tempo escrevendo as conquistas significativas da mulher, como o direito ao voto, entrada nas forças armadas, etc. SUGESTÕES DE LEITURA: • VIVEU como santa, morreu como mártir. <i>Veja.com</i>, n. 2148, 20 jan. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/200110/viveu-santa-morreu-martir-p-084.shtml>. Acesso em: 14 fev. 2013. • BRITO, Diana. Marinha promove primeira mulher oficial general das Forças Armadas. <i>Folha de S.Paulo</i>, São Paulo, 26 nov. 2012. Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1191355-marinha-promove-primeira-mulher-oficial-general-das-forcas-armadas.shtml>. Acesso em: 14 fev. 2013. • SETTI, Ricardo. Primeira mulher general de 4 estrelas da Força Aérea dos EUA comanda 83 mil homens e gere 60 bilhões de dólares. <i>Veja</i>, São Paulo, 21 jun. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/bombardeiro-b-2/>. Acesso em: 14 fev. 2013. SUGESTÕES DE VÍDEO: • <i>Billy Elliot</i> (Inglaterra, 2000). • <i>Minha vida de João</i> (Brasil, 1994).
---	--

Fonte: GONÇALVES, 2013, manual, p. 35

Essa sugestão reforça a ideia apresentada no manual do professor sobre o a exploração do Campo Conceitual. No caso a palavra-chave transversal Gênero relacionada ao tema gerador. Para o professor traz:

É um conceito que refere ao conjunto de atributos negativos ou positivos que se aplicam diferencialmente a homens e mulheres, desde o nascimento, e que determina suas funções, papéis, ocupações e as relações que desempenham na sociedade (...). À medida que crescemos, aprendemos também a diferenciar atitudes, gestos e comportamentos masculinos ou femininos e a fazer escolhas a partir dessa distinção.

Portanto, o modo de pensar e agir corresponde a cada gênero nos é inculcado desde a infância. (GONÇALVES, 2013, manual, p. 13)

Partindo-se da realidade e diversidade das turmas de EJA, assim como as diferentes formações do professor que nelas atua, quanto discutido no capítulo 1.5 e 1.6 dessa tese, considera-se relevante o material que traz sugestão de atividade para reflexão da realidade social, trazendo um subsídio de pesquisa para formação docente e, conseqüentemente, uma prática que fomente no aluno o Ser Mais – presente no detalhe das sugestões de outras leituras e vídeos que ampliam o universo de possibilidades para os alunos a partir de casos ou exemplos de superação. Este modelo de exploração do texto *Mama África* também se repete ao longo da obra por meio de outras leituras, como os presentes na seção *Leitura em Movimento*.

Ainda com exemplo, seguem algumas páginas abaixo em que se realiza o trabalho de sistematização do código alfabético a partir de textos, mas que antes propõe discussão temática relacionada aos direitos individuais, sociais e humanos. A conceito de direito se concilia com os direitos humanos, portanto o estudo dos direitos pode colaborar para a formação cidadã.

Figuras 15: Imagens de páginas do livro do aluno *Alfabetiza Brasil*



NOSSOS DIREITOS

Sugestão de leitura complementar para esse texto: DIMENSTEIN, Gilberto. *Cidadão de papel*. São Paulo: Ática, 2001.

DIREITO À VIDA

É preciso que cada cidadão tenha condições de trabalho, alimentação, saúde, educação, cultura, lazer e viva em um meio ambiente saudável. É necessário também o amparo à infância, à maternidade e à velhice.



DIREITO À LIBERDADE

Todo cidadão pode ter a opinião que quiser, escolher a profissão, a crença, seja política ou religiosa, e pode ir a toda parte.

DIREITO À IGUALDADE

A Constituição proíbe qualquer forma de discriminação.

DIREITO À SEGURANÇA

Todo cidadão tem direito à segurança individual: garantia de inviolabilidade de domicílio, de propriedade e de sigilo de correspondência.

DIREITO À PROPRIEDADE

A Constituição garante o direito à herança e à propriedade privada.



CUIDE-SE BEM

CUIDE-SE BEM,
 PERIGOS HÁ POR TODA A PARTE,
 E É BEM DELICADO VIVER,
 DE UMA FORMA OU DE OUTRA,
 É UMA ARTE, COMO TUDO.

CUIDE-SE BEM,
 TEM MIL SURPRESAS À ESPREITA
 EM CADA ESQUINA MAL-ILUMINADA,
 EM CADA RUA ESTREITA,
 EM CADA RUA ESTREITA DO MUNDO.
 PRA NUNCA PERDER ESSE RISO LARGO,
 E ESSA SIMPATIA ESTAMPADA NO ROSTO.

CUIDE-SE BEM,
 EU QUERO TE VER COM SAÚDE,
 E SEMPRE DE BOM HUMOR
 E DE BOA VONTADE,
 E DE BOA VONTADE COM TUDO.



Arantes - Guilherme Arantes

ARANTES, Guilherme. Cuide-se bem. Intérprete: Guilherme Arantes. In: _____. *Maximum*. Guilherme Arantes. [S.l.]: Sony/BMG, p2005. 1 CD. Faixa 12.

111

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE A TOLERÂNCIA



A TOLERÂNCIA É O RESPEITO, A ACEITAÇÃO E O APREÇO DA RIQUEZA E DA DIVERSIDADE DAS CULTURAS DE NOSSO MUNDO, DE NOSSOS MODOS DE EXPRESSÃO E DE NOSSAS MANEIRAS DE EXPRESSAR NOSSA QUALIDADE DE SERES HUMANOS.

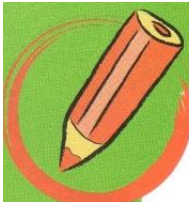
É FOMENTADA PELO CONHECIMENTO, A ABERTURA DE ESPÍRITO, A COMUNICAÇÃO E A LIBERDADE DE PENSAMENTO, DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA.

A TOLERÂNCIA É A HARMONIA NA DIFERENÇA. NÃO SÓ É UM DEVER DE ORDEM ÉTICA; É IGUALMENTE UMA NECESSIDADE POLÍTICA E JURÍDICA.

A TOLERÂNCIA É UMA VIRTUDE QUE TORNA A PAZ POSSÍVEL E CONTRIBUI PARA SUBSTITUIR UMA CULTURA DE GUERRA POR UMA CULTURA DE PAZ.

UNESCO. Declaração dos Princípios sobre a Tolerância. Paris, 1995.

Complemente seu conhecimento com a leitura do texto MATSUURA, Koichiro. *Diversidade cultural e tolerância*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2511200108.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2013.



LEIA O TEXTO “DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS SOBRE A TOLERÂNCIA” E DISCUTA COM A TURMA A IMPORTÂNCIA DA TOLERÂNCIA À DIVERSIDADE CULTURAL.

1. APÓS O DEBATE, ESCOLHA ALGUMAS PALAVRAS QUE EXPRESSEM O QUE VOCÊ PENSA E COMPLETE A FRASE ABAIXO:

TOLERÂNCIA É...

Resposta do alfabetizando.

2. DESTAQUE, DO MATERIAL DE APOIO, ALGUMAS PALAVRAS QUE COMPÕEM AS FRASES EM NEGRITO NO TEXTO. UTILIZANDO TAMBÉM O ALFABETO MÓVEL, REORGANIZE ESSAS FRASES E COPIE-AS A SEGUIR.

Resposta do alfabetizando.

3. OBSERVE OS NUMERAIS ABAIXO E RELACIONE-OS COM AS LETRAS PARA FORMAR PALAVRAS:

S	U	A	M	E	T	G	L	N	V
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

R	D	P	Ç	O	H	F	I	B	J
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

R	E	S	P	E	I	T	O
11	5	1	13	5	18	6	15

Fonte: GONÇALVES, 2013, livro do aluno, p. 92

As páginas a seguir pertencem ao momento *O mundo do trabalho e a economia solidária*. O texto *O trabalho* apresenta de maneira simples, mas sóbria o significado do vocábulo. Em destaque, importantes orientações, na mesma página, para o educador sobre a

existência de trabalho independente de ação exclusivamente remuneratória, ou seja, os sujeitos também trabalham ao executar tarefas domésticas ou estudam.

Figuras 16: Imagens de páginas do livro do aluno Alfabetiza Brasil



Fonte: GONÇALVES, 2013, livro do aluno, p. 152)

Nessas outras, explicitam informações sobre o tema formação de cooperativas, alternativa de forma avançada de organização da sociedade, desvinculando a força do trabalho somente à disponibilidade de mão de obra.

Figuras 17: Imagens de páginas do livro do aluno Alfabetiza Brasil



Fonte: GONÇALVES, 2013, livro do aluno, p. 164)

OS MEMBROS DAS COOPERATIVAS ACREDITAM NOS VALORES ÉTICOS DA HONESTIDADE, TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E PREOCUPAÇÃO PELO SEU SEMELHANTE.



NO BRASIL, PARA CONSTITUIR UMA COOPERATIVA SÃO NECESSÁRIAS VINTE PESSOAS FÍSICAS, CONFORME LEI 5.764, DE 16.12.1971. ESSAS PESSOAS PRECISAM TER ALGUM INTERESSE ECONÔMICO EM COMUM E ESTAR DISPOSTAS A CONSTITUIR UM EMPREENDIMENTO PRÓPRIO.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DO COOPERATIVISMO:

- ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE.
- GESTÃO DEMOCRÁTICA PELOS MEMBROS.
- PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS MEMBROS.
- AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA.
- EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO.
- INTERCOOPERAÇÃO.
- INTERESSE PELA COMUNIDADE.

Disponível em: <www.unimedjp.com.br/institucional/oqueecooperativismo.php>. Acesso em 18 jun. 2007. (Adaptado).

Fonte: GONÇALVES, 2013, livro do aluno, p. 165)

Pelo exposto sobre o livro Alfabetiza Brasil, existem possibilidades de trabalho numa perspectiva libertadora, principalmente pelo realizado no manual do professor, conforme afirmam “O movimento didático defendido neste material tem na prática reflexiva possibilidade de formação continuada e permanente do alfabetizador, que também se realiza enquanto leitor”. Apresenta, nas poucas páginas de disponibilidade do livro, um panorama atual sobre as perspectivas e função da EJA, com síntese nos principais documentos que norteia esta modalidade. A obra também reconhece a possibilidade limitada do livro, levando

em consideração o universo de possibilidades das turmas de EJA, bem como seu diverso encaminhamento quando fala da ação do alfabetizador “deve ser o de provocador da aprendizagem, que propõe, mobiliza, media e facilita o aprendizado da leitura e escrita, superando assim os limites que supostamente se apresentam na utilização do livro”, suscitando a busca de mais materiais, em contexto mais amplo e fruto da curiosidade do aluno.

4.3. Coleção É Bom Aprender

Publicado pela Editora FTD, em 2013, o livro *É Bom Aprender*, diferentemente da coleção descrita no capítulo anterior, divide-se em duas partes: Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática – possibilidade permitida pelo MEC quando diz que a obra poderá ser disciplinar ou interdisciplinar. Por isso tem autora Cassia Leslie Garcia de Souza, licenciada em Letras pela UEL- PR, com especialização em Língua Portuguesa e professora de português em escolas particulares, como a responsável pela parte de Letramento e Alfabetização e duas autoras para a matemática, Marinez Meneghello Passos, doutora em Ciências e Matemática e professora universitária e Angela Meneghello Passos, mestre em ciências e Matemática, professora da rede pública federal. Pelo exposto, percebe-se que as autoras da obra não têm especialização, nem uma experiência em EJA relatada, o que pode justificar algumas ausências colocadas a seguir.

O livro apresenta primeiramente as páginas do aluno, começa com uma mensagem breve e, de certo modo, distante. Logo em seguida traz o sumário com 8 unidades de trabalho, com temas não necessariamente ligados à EJA. Ou seja, ora o tema está relacionado de alguma forma ligada ao universo do sujeito da EJA, como por exemplo a Unidade *Trabalhadores*, ora representa apenas o campo de conteúdo a ser desenvolvido, como *Formas de comunicação*. Isso sugere uma possível adaptação de uma obra anteriormente voltada ao público da educação de crianças e adolescentes para turmas de EJA, apenas incluindo texto no início da unidade e descontextualizada do restante das páginas, como é tratado mais a diante nesta escrita.

O manual não tem carta direcionada ao professor. E se inicia com o Sumário dividido em Orientações gerais, em que aborda sobre a EJA, fundamentando o livro; e seções separadas para falar de Letramento e Alfabetização e Alfabetização matemática, oferecendo alguns momentos de orientação pedagógica a título de sugestão: “(...) o volume é acompanhado deste Guia de Orientações para Educador, que, além de comentários pedagógicos, dicas, textos e sugestões de atividades”.

Figura 18: Sumário do manual do professor. Coleção É Bom Aprender

SUMÁRIO	
ORIENTAÇÕES GERAIS	4
Introdução	4
Histórico da educação de jovens e adultos no Brasil	4
Orientações didáticas	5
Quem são os alunos da EJA?	5
O papel do educador	6
Como trabalhar com os alunos que chegam à EJA	7
Objetivos do Ensino Fundamental para jovens e adultos	7
Categorias de conteúdos	8
Procedimentos	8
Atitudes	8
Conceitos	8
Interdisciplinaridade e transversalidade	9
Avaliação	12
Leitura, escrita e oralidade	15
A utilização da internet	15
Temas importantes abordados neste volume	16
O mundo do trabalho	16
Educação para a cidadania	17
A importância do uso de materiais diversificados	18
Leis, documentos e programas oficiais relacionados à educação	19
LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO	23
Pressupostos teóricos	23
Alfabetização de Jovens e Adultos	23
Linguagem oral	24
Linguagem escrita	25
Sistema de escrita alfabética (SEA) e ortografia	26
Avaliação da aprendizagem	30
Como os conteúdos são desenvolvidos na disciplina de Letramento e Alfabetização	32
Abertura da unidade	32
Leitura	32
Produção escrita	33
Produção oral	33
Descobrimos a escrita	33
Comentários e sugestões sobre as unidades	34
ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA	64
O ensino de Matemática	64
Objetivos do ensino de Matemática	65
A linguagem matemática	66
A resolução de problemas no contexto diário	67
Conversando com o professor	67
Como os conteúdos são desenvolvidos na disciplina de Alfabetização Matemática	68
Comentários e sugestões sobre as unidades	69
MAIS SUGESTÕES DE LEITURA PARA OS ALUNOS	91
MAIS SUGESTÕES DE FILMES PARA OS ALUNOS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

Fonte: SOUZA, 2013, manual do professor.

Em histórico da Educação de Jovens e Adultos, traz texto resumindo a trajetória da EJA, em que há colocação sobre a educação popular:

Uma **grande transformação** na educação de jovens e adultos começou a se manifestar no início da década de 1960, época em que o educador Paulo Freire propôs uma reformulação pedagógica no ensino de adultos (...) Freire propunha aos educadores que buscassem compreender a realidade dos alunos, partindo do universo cultural de cada um para adequar os **estudos da leitura e escrita à problematização da realidade** (SOUZA, 2013, p. 4, grifos da pesquisa)

Em seguida discorre sobre o surgimento do regime militar, 1964, que considerava a educação popular “uma ameaça à ordem pública”, e o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) do regime “evitava problematizar a realidade dos alunos, procurando integrá-la a uma realidade mais “moderna”, idealizada pelo governo”. Pelo visto, a educação popular parece ser uma ameaça até os dias de hoje, pois o livro em análise localiza as concepções freirianas na história da EJA, mas não usa tais concepções na obra – desconsiderando a palavra “transformação”, usada pelos próprios autores para caracterizar a proposta trazida por Paulo Freire.

No trecho que traz o Papel do Educador, o manual comenta que as turmas de EJA perfazem diversificadas e que para “lidar com essa diversidade, cabe ao educador reconhecer e valorizar a bagagem cultural desses alunos”. E reforça a mesma ideia em outro trecho:

Percebe-se que, apesar de muitos alunos não possuírem saberes propriamente escolares, eles possuem outros tipos de saberes tributários de sua experiência de vida. Explorando **esse conhecimento prévio, o educador de jovens e adultos pode potencializar muitas competências** que os educandos já possuem. (SOUZA, 2013, manual do professor, p. 4, grifos da pesquisa)

Apesar do livro reconhecer a importância dessas experiências de mundo dos alunos, pouco colabora para direcionamento didático do professor nesse sentido, visto que o livro do aluno já começa com a unidade Formas e Comunicação, em que linguisticamente trabalha o conteúdo linguagem humana e códigos de comunicação, porém sem qualquer reflexão inicial que parta da vida dos educandos, nem referência à modalidade EJA ou sujeito da EJA. Além disso apresenta textos densos, que mesmo sendo uma proposta de resposta/discussão oral, conduz ao pensamento se se trata mesmo um livro para pessoas não alfabetizadas, conforme figura abaixo.

Figuras 19: Páginas iniciais do livro do aluno – Livro É Bom Aprender

UNIDADE 1 FORMAS DE COMUNICAÇÃO

Veja, no **Guia de Orientações para o Educador**, algumas orientações e sugestões quanto ao trabalho com a unidade.

NESTA UNIDADE VAMOS ESTUDAR DIFERENTES FORMAS DE COMUNICAÇÃO. Os alunos devem concluir, observando as imagens, que elas representam pessoas se comunicando por meio da fala, da escrita, de gestos e da enunciação digital.

OBSERVE AS FOTOS E DIGA O QUE ELAS REPRESENTAM.






Questione os alunos sobre os meios/instrumentos que favorecem a comunicação nas fotografias (computador, telefone, cartas, gestos).

INFORME, ORALMENTE, AOS COLEGAS E AO PROFESSOR:

- QUAL OU QUAIS DESSAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO VOCÊ UTILIZA COM FREQUÊNCIA? *Pessoal.*
- ALGUMA OU ALGUMAS DELAS VOCÊ NUNCA UTILIZOU? *Pessoal.*
- ALÉM DESSAS, QUE OUTRAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO VOCÊ CONHECE? *Pessoal. Ajude os alunos na conclusão de que podemos nos comunicar por meio de diferentes linguagens como desenhos, música, expressões fisionômicas, Braille, LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) entre outros códigos.*

6

Fonte: SOUZA, 2013, livro do aluno, p. 06

2. VOCÊ JÁ PAROU PARA PENSAR QUE PODEMOS “LER” A NATUREZA E OUTROS ACONTECIMENTOS DO MUNDO? VAMOS CONVERSAR SOBRE ISSO. PARA TANTO, EXPLIQUE COMO VOCÊ SABE QUANDO:

- **UMA BANANA ESTÁ MADURA.** *Pela cor da casca: amarela e geralmente com pequenas e numerosas pintas pretas.*
- **UMA CHUVA ESTÁ PRESTES A CAIR.** *Pela presença de nuvens escuras e espessas e, às vezes, pelo vento e pelos trovões e relâmpagos.*
- **UMA PLANTAÇÃO DE TRIGO ESTÁ NO PONTO PARA A COLHEITA.** *Pela coloração amarelada e pela secura da planta.*
- **O FEIJÃO DENTRO DA PANELA ESTÁ QUEIMANDO.** *Pelo cheiro característico. Aproveite para perguntar aos alunos que outras coisas, além dessas, eles “leem” ou acham possível “ler”.*

TROCANDO IDEIAS

ALÉM DA PALAVRA ESCRITA, É POSSÍVEL “LER” MUITAS COISAS, COMO OS SONS, OS GESTOS, OS SINAIS DA NATUREZA. PODEMOS CHAMAR ISSO DE LEITURA DO MUNDO. PAULO FREIRE, QUE FOI UM GRANDE EDUCADOR BRASILEIRO, DIZIA QUE A LEITURA DO MUNDO VINHA ANTES DA LEITURA DA PALAVRA. VOCÊ CONCORDA COM ESSA IDEIA? CONVERSE SOBRE ISSO COM SEUS COLEGAS E COM O PROFESSOR.

Pessoal.

Seria interessante se os alunos pudessem conhecer mais sobre a vida e a obra de Paulo Freire (1921-1997). Sendo possível, realize com eles uma pesquisa ou traga informações e obras desse educador para compartilhar com a turma. Veja no Guia algumas informações.

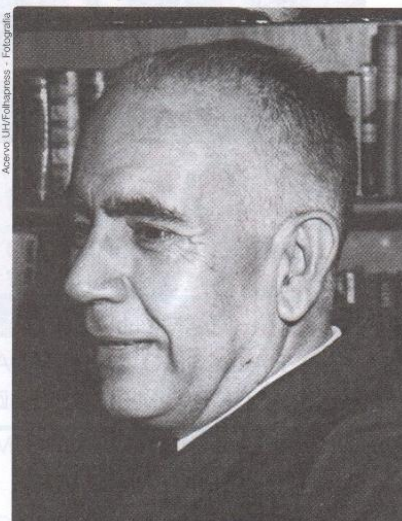
LEITURA OUVIDA

SEU PROFESSOR VAI LER UM TRECHO DE UM TEXTO INTITULADO “ANA TERRA”. NELE, A PERSONAGEM “LÊ” A NATUREZA. ESCUTE O TRECHO E IDENTIFIQUE AS LEITURAS DA NATUREZA QUE SÃO CITADAS.

“ANA TERRA” É PARTE DE UM ROMANCE CHAMADO *O TEMPO E O VENTO*, DE AUTORIA DO ESCRITOR ÉRICO VERÍSSIMO (1905-1975). *O TEMPO E O VENTO* TEM TRÊS VOLUMES, QUE NARRAM A HISTÓRIA DE QUATRO GERAÇÕES DAS FAMÍLIAS TERRA, CAMBARÁ E AMARAL, TENDO COMO CENÁRIO A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL.

DEPOIS DE OUVIR A LEITURA, CONVERSE SOBRE O TEXTO COM SEUS COLEGAS E O PROFESSOR.

Veja no Guia o trecho que deve ser lido aos alunos.

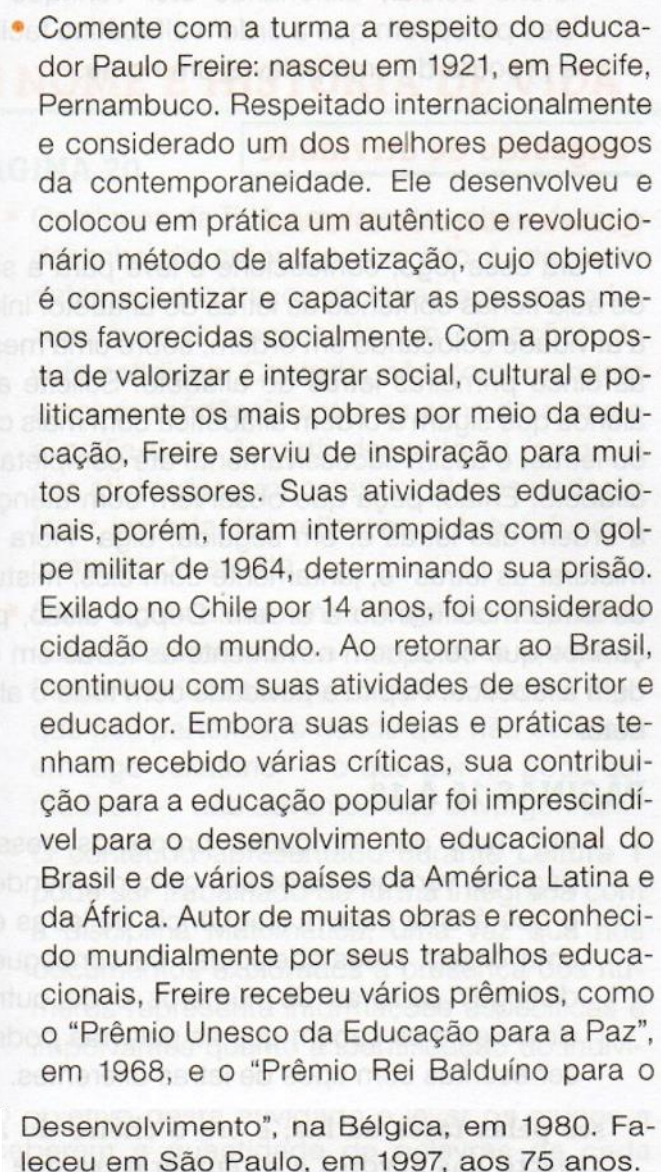


▶ ESCRITOR ÉRICO VERÍSSIMO EM ENTREVISTA PARA O JORNAL *ÚLTIMA HORA*, EM 1963.

Nesta página 08, trecho em destaque, chama à atenção a seção *Trocando ideias*. Nela, há para o aluno, um momento de conversa e reflexão sobre a personalidade Paulo Freire e sua teoria sobre “ler” o mundo - que leitura de mundo é precedente à leitura da palavra. Apresenta, em fonte de escrita cor de rosa (comentário sugestivo para educador) para falar

sobre a vida e obra de Paulo Freire, propondo uma pesquisa por parte do aluno. No manual do professor, apresenta mais informações sobre esse pensador, inclusive colocando como um dos “melhores pedagogos da contemporaneidade” e que “desenvolveu e colocou em prática um autêntico e revolucionário método de alfabetização”. Esse momento se mostra como provocador para o professor pesquisar³⁴ Freire e quiçá fazer uso de suas ideias em sala de aula.

Figura 20: Texto de orientação didática para professor sobre Paulo Feire.



• Comente com a turma a respeito do educador Paulo Freire: nasceu em 1921, em Recife, Pernambuco. Respeitado internacionalmente e considerado um dos melhores pedagogos da contemporaneidade. Ele desenvolveu e colocou em prática um autêntico e revolucionário método de alfabetização, cujo objetivo é conscientizar e capacitar as pessoas menos favorecidas socialmente. Com a proposta de valorizar e integrar social, cultural e politicamente os mais pobres por meio da educação, Freire serviu de inspiração para muitos professores. Suas atividades educacionais, porém, foram interrompidas com o golpe militar de 1964, determinando sua prisão. Exilado no Chile por 14 anos, foi considerado cidadão do mundo. Ao retornar ao Brasil, continuou com suas atividades de escritor e educador. Embora suas ideias e práticas tenham recebido várias críticas, sua contribuição para a educação popular foi imprescindível para o desenvolvimento educacional do Brasil e de vários países da América Latina e da África. Autor de muitas obras e reconhecido mundialmente por seus trabalhos educacionais, Freire recebeu vários prêmios, como o “Prêmio Unesco da Educação para a Paz”, em 1968, e o “Prêmio Rei Balduino para o Desenvolvimento”, na Bélgica, em 1980. Faleceu em São Paulo, em 1997, aos 75 anos.

Fonte: SOUZA, 2013, manual do professor, p. 35.

34 Fomenta a pesquisa sobre Paulo Freire e apresenta esse trecho da figura, mas não traz Paulo Freire em nenhuma referência bibliográfica, nem nos boxes de sugestão de leitura e filmes.

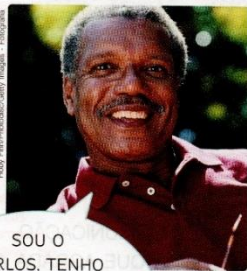
O primeiro momento que o livro do aluno proporciona uma compreensão da realidade de si mesmo e do social que o cerca se encontra somente na segunda unidade do livro “Nome e História de vida”. Neste começo de unidade, pág. 20 retratada abaixo, há balões de falas de pessoas como uma apresentação pessoal. Aparece orientação para professor, na própria página, que esta apresentação poderá ser um “momento muito especial e descontraído para turma se conhecer melhor”, incentivando a expressão oral dos alunos bem como a percepção de si mesmo, de suas particularidades, necessidades e sonho. No manual do professor, que aparece como consulta para mais sugestões apresenta apenas orientações extras para a escrita do nome próprio.

Figuras 21: Páginas do livro É Bom Aprender

UNIDADE 2 NOME E HISTÓRIA DE VIDA

Veja no Guia algumas orientações e sugestões quanto ao trabalho com a unidade.

OBSERVE AS PESSOAS RETRATADAS ABAIXO E, COM A AJUDA DO PROFESSOR, LEIA O QUE ELAS ESTÃO DIZENDO.

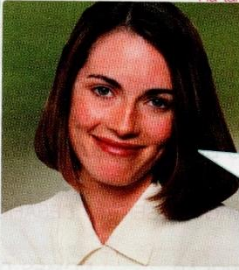


SOU O CARLOS, TENHO 72 ANOS. MEUS IRMÃOS E PRIMOS ME CHAMAM DE CARLÃO.



EU ME CHAMO JULIANA, TENHO 62 ANOS. O PESSOAL LÁ DE CASA COSTUMA ME CHAMAR DE JUJU.

Nesta atividade, trabalhe de modo que percebam que apelido pejorativo não é algo agradável, educado, mas que muitos apelidos acabam sendo carinhosos (como Zezé, Toninho, Biliu). Há também pessoas que são conhecidas por sua profissão, isto é, a profissão acaba se incorporando ao nome (por exemplo, Geraldo Sapateiro, Tião Pipoqueiro, Marina da Farmácia).*



MEU NOME É NILMARA, TENHO 33 ANOS. MEUS FAMILIARES ME CHAMAM DE MARA, MAS O PESSOAL DA FÁBRICA ONDE TRABALHO ME CHAMA DE NIL.

Esse pode ser um momento muito especial e descontraído para a turma se conhecer melhor e sentir-se parte de um grupo. Valorize a fala de cada um, incentive os mais tímidos a participarem. Por meio dessa discussão, eles poderão perceber que cada um é um indivíduo, que possui particularidades, necessidades, sonhos.

CONVERSE COM SEUS COLEGAS SOBRE ESTAS QUESTÕES.

- O QUE VOCÊ PENSA SOBRE APELIDO: GOSTA OU ACHA QUE AS PESSOAS DEVERIAM SER CHAMADAS APENAS PELO NOME? *Pessoal.*
- VOCÊ É CHAMADO POR SEU NOME OU É CONHECIDO POR ALGUM APELIDO? *Pessoal.*
- VOCÊ JÁ DEU ALGUM APELIDO A ALGUÉM? COMO ISSO ACONTECEU? *Pessoal.*

*Caso os alunos queiram, nesse momento, contar outras coisas que não estão sendo solicitadas, permita e valorize essa iniciativa deles.

20

PRODUÇÃO ORAL

*Caso algum aluno se sinta constrangido em falar sobre a própria vida, proponha a ele que faça, então, um relato da vida de alguém que conheça.

DIZEM QUE CONHECER A HISTÓRIA DE VIDA DE ALGUMAS PESSOAS PODE INFLUENCIAR A PRÓPRIA VIDA. VOCÊ CONCORDA?

VOCÊ VAI FAZER O RELATO ORAL DE SUA HISTÓRIA DE VIDA* EM UM MOMENTO ESPECIAL QUE TEREMOS NA SALA: O MOMENTO “MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA”.

NESSE DIA, CADA UM VAI CONTAR UM POUCO DE SI MESMO E, DESSA FORMA, TODOS VÃO SE CONHECER UM POUCO MAIS.

Se julgar oportuno, comece a atividade fazendo o seu relato pessoal. Outra alternativa é usar o relato de vida de uma personalidade conhecida, ou de um personagem ficcional.

- ENTÃO, PREPARE-SE! RELATE:
 - › QUANDO E ONDE VOCÊ NASCEU.
 - › UM FATO IMPORTANTE DE SUA VIDA.
 - › UMA LEMBRANÇA QUE GUARDA COM CARINHO.
- PROCURE TREINAR COMO SERÁ SUA FALA PARA NÃO PERDER A SEQUÊNCIA E TAMBÉM PARA SER COMPREENDIDO.

DE OLHO NO TEMA
PLURALIDADE CULTURAL

O SELO DE OLHO NO TEMA INDICA ASSUNTOS QUE IRÃO AUXILIAR A AMPLIAR SEUS CONHECIMENTOS E A DESENVOLVER SEU OLHAR CRÍTICO EM SITUAÇÕES DE SEU DIA A DIA. CONVERSE COM OS SEUS COLEGAS E O PROFESSOR A RESPEITO DESSES ASSUNTOS.**



João Victor Estrada/SC Imagens - Fotografia

- DEPOIS DE OUVIR OS RELATOS, REFLITA SOBRE A PERGUNTA QUE INICIOU ESTA ATIVIDADE.

Desenvolva a atividade de modo a valorizar a fala de cada um. Ajude-os na elaboração do texto oral. Desenvolva também atitudes como aguardar a vez para falar, respeitar a fala do outro e manifestar-se apenas nos momentos combinados para isso.

AVALIANDO A ATIVIDADE

- A ATIVIDADE AJUDOU VOCÊ A CONHECER MELHOR SEUS COLEGAS? *Pessoal.*
- A PREPARAÇÃO PARA O MOMENTO AJUDOU NA HORA DE FAZER O SEU RELATO? *Pessoal.*

***Observe no Guia, nas Orientações gerais, no tópico Interdisciplinaridade e Transversalidade orientações para desenvolver os assuntos indicados com o selo De olho no tema.*

32

Fonte: SOUZA, 2013, livro do aluno, p. 32.

Na leitura 2 desta mesma segunda unidade, páginas 30 e 31, o livro poderá ser promotor de uma roda de conversa, pois oferece um texto memorial importante: gênero depoimento de uma idosa sobre história de vida, com atividade de interpretação textual. São exatamente as páginas que antecedem a imagem da pág. 32 acima – seção de produção oral

em que propõe ao aluno a construção de um relato de vida. Nesse espaço aparece pela primeira vez um box³⁵ lateral intitulado “DE OLHO NO TEMA”- pluralidade cultural.

O tema **história de vida** tem por objetivo valorizar a história pessoal de cada um, bom como suas lutas, suas conquistas e seus saberes. Aproveite para abordar também a história de vida dos antepassados (pais, avós e bisavós), evidenciando o fato de que os acontecimentos escolhidos por eles, ou impostos a eles, acarretam direta ou indiretamente, implicações em nossa vida. Por exemplo, os movimentos migratórios e o tráfico de escravos (SOUZA, 2013, p. 35)

Em orientações gerais do manual do professor há um tópico Interdisciplinaridade e Transversalidade com direcionamentos para prática de sala de aula com sugestões de pesquisas e debates a partir do aparecimento do selo DE OLHO NO TEMA. Segundo o manual do professor “O trabalho com temas transversais possibilita a formação de educando críticos, autônomos e solidários”, e proporciona a prática de interdisciplinaridade. Traz os temas que serão discutidos ao longo do livro: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, e trabalho e consumo.

Figura 22: Boxe lateral do livro É Bom Aprender indicando trabalho com temas transversais.



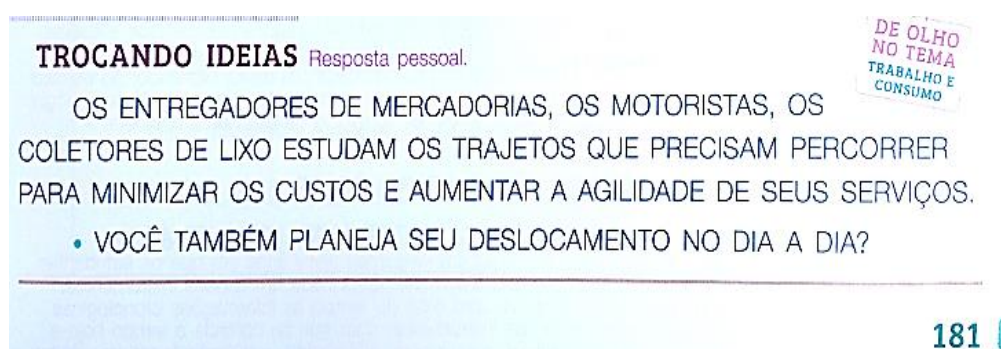
Fonte: SOUZA, 2013, livro do aluno (exemplo).

Esse selo aparece 16 vezes no livro (Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática) com a recorrência de: 02 - ética, 02 - meio ambiente, 02 - pluralidade cultural, 01- saúde, 00 - orientação sexual, e 09 - trabalho e consumo. Em alguns momentos que se realiza a discussão de temas juntos como o único que apareceu para saúde que intitulava

35 Boxes são termos usados pelo setor editorial de livros didáticos para se referir a quadros laterais com informações em destaque, suplementares e explicativas.

“meio ambiente e saúde”. Muito embora, em boa parte da aparição desses selos (como na amostra de trabalho e consumo abaixo) no livro não fornece subsídios de exploração temática para o exemplo, ou seja, a proposta de trabalho se mostra reducionista, sem uma discussão crítica para tal tema, ainda sim esses selos oportunizam lembrar ao educador da possibilidade de discussão das relações de trabalho a fim de despertar para os direitos.

Figura 23: Amostra - livro É Bom Aprender - selo “DE OLHO NO TEMA”- trabalho e consumo.



Fonte: SOUZA, 2013, livro do aluno, p. 181.

Ainda sobre temas transversais, o manual do professor, em **Orientações gerais**, traz, além de explicação sobre temas transversais, mais fundamentação sobre **Temas importantes abordados nesse volume**, com esclarecimentos sobre: o mundo do trabalho, educação para cidadania, ensino pluriétnico, recuperando do tempo perdido e a educação ambiental. Nessa parte, mesmo sem textos introdutórios sobre a dimensão, discorre sobre esses importantes assuntos.

As páginas abaixo ilustram mais um exemplo de unidade da parte Alfabetização e Letramento que se introduz pela discussão temática, no caso Trabalhadores, e fomenta para um debate sobre a DUDH, que reconhece as liberdades e direitos fundamentais inerentes a todos os seres humanos, apesar de no Brasil, tais princípios em— igualdade e não discriminação – não sejam garantidos às mulheres, nem pela sociedade e nem pelo Estado. Visto também em outros momentos no livro.

Figuras 24: Páginas do livro *É Bom Aprender*, exemplo de debate em direitos humanos.

UNIDADE 5 TRABALHADORES

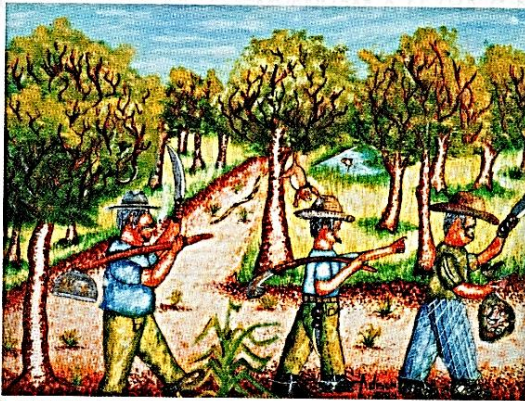
Veja no **Guia** algumas orientações e sugestões quanto ao trabalho com a unidade.

AS IMAGENS A SEGUIR SÃO REPRODUÇÕES DE PINTURAS (TAMBÉM CHAMADAS DE TELAS) FEITAS POR DOIS ARTISTAS DIFERENTES. OBSERVE-AS E INFORME O QUE ELAS ESTÃO RETRATANDO.*

*A imagem da parte superior da página representa um ambiente rural com pessoas se deslocando para trabalhar (plantar, colher, ceifar). A imagem da parte inferior retrata operários de uma fábrica, conforme declara o título da obra e o seu segundo plano.

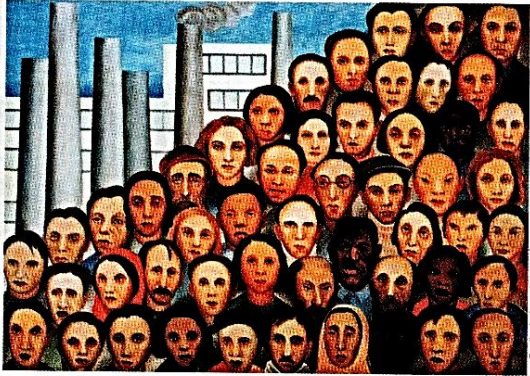
Trabalhe com os alunos os efeitos de sentido das telas. Para isso, explore as cores, as formas, as expressões dos personagens, os planos, entre outros aspectos.

2
DE OLHO NO TEMA TRABALHO E CONSUMO



Adison, 2004. Acolito sobre tela. Coleção particular - Pintura

► **BRAÇAL TRABALHADORES, DE ADISON.**



Tarsila do Amaral, 1933. O trabalho dos operários. São Paulo, Museu de Arte de São Paulo, Acervo do Museu de Arte de São Paulo

► **OPERÁRIOS, DE TARSILA DO AMARAL.**

RESPONDA ORALMENTE.

- **O QUE CHAMA SUA ATENÇÃO NESSAS TELAS?** Pessoal.

Explore a temática presente em cada tela: trabalho rural e trabalho urbano. Aproveite o momento para valorizar o trabalho rural, mostrando sua importância. Valorize ainda o trabalho manual, braçal, enfim, aqueles que, em geral, são menos prestigiados pela sociedade.

62

Fonte: SOUZA, 2013, livro do aluno, p. 62.

1. RESPONDA ORALMENTE. Veja no **Guia** sugestão de atividade para o trabalho com gêneros digitais.

- ONDE ENCONTRAMOS ANÚNCIOS CLASSIFICADOS?
Geralmente em jornais impressos e digitais.
- QUEM SÃO AS PESSOAS QUE ESCRIVEM, PRODUZEM ESSES TEXTOS?*
- PARA QUE SERVE O NÚMERO DE TELEFONE E O ENDEREÇO DE E-MAIL NESSES TEXTOS?
Para estabelecer o contato entre as pessoas que oferecem e as que procuram emprego.
- EM QUAL DOS ANÚNCIOS LIDOS O ANUNCIANTE (PESSOA QUE ESCRVEU O ANÚNCIO) DESEJA CONTRATAR UM FUNCIONÁRIO?
No primeiro e no terceiro.
- VOCÊ SE INTERESSARIA POR ALGUM DESSES ANÚNCIOS? POR QUÊ?
Pessoal.
- ALGUMA VEZ VOCÊ JÁ PUBLICOU UM ANÚNCIO CLASSIFICADO EM UM JORNAL OU PROCUROU POR ALGO EM ANÚNCIOS? COMENTE.
Pessoal.

PRODUÇÃO ORAL

*Pessoas que desejam trabalhar ou empresas que querem contratar profissionais. Há também os anúncios classificados de compra e venda de imóveis, veículos etc.

CADA VEZ MAIS AS MULHERES TÊM OCUPADO LUGAR DE DESTAQUE NO MERCADO DE TRABALHO. HÁ QUEM PENSE, NO ENTANTO, QUE OS DIREITOS E OS DEVERES DE MULHERES E HOMENS NAS QUESTÕES DE TRABALHO E DA VIDA DOMÉSTICA SÃO DIFERENTES.

VAMOS REALIZAR UM DEBATE PARA CONHECER AS OPINIÕES DA SUA TURMA SOBRE AS QUESTÕES A SEGUIR. LEIA-AS COM OS COLEGAS E O PROFESSOR. Veja no **Guia** orientações para auxiliar os alunos na realização do debate.



69

Fonte: SOUZA, 2013, livro do aluno, p. 69.

Na análise da parte de Alfabetização Matemática, visualiza-se o sumário diferente da parte de Alfabetização e Letramento, as unidades são nomeadas puramente pelos blocos de conteúdo/eixos estruturantes da matemática, não estabelecendo nenhum trabalho por temas, indicando uma sequência didática puramente cartesiana e descontextualizada EJA.

Figura 25: Sumário da parte Alfabetização Matemática, livro É Bom Aprender.

ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA		
1	NUMERAÇÃO	123
	OS NÚMEROS NO DIA A DIA	123
	OS NÚMEROS E SEUS SIGNIFICADOS	124
	ALGARISMO	127
	UNIDADE E DEZENA	128
	ÁBACO E QUADRO-VALOR-LUGAR	129
	CENTENA	134
2	OPERAÇÕES	138
	ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO	138
	ADIÇÃO SEM REAGRUPAMENTO	139
	ADIÇÃO COM REAGRUPAMENTO	142
	SUBTRAÇÃO SEM REAGRUPAMENTO	145
	SUBTRAÇÃO COM REAGRUPAMENTO	150
	MULTIPLICAÇÃO	154
	DIVISÃO	157
	FRAÇÕES	163
	PORCENTAGEM	166
3	ESPAÇO E FORMA	168
	FORMAS GEOMÉTRICAS ESPACIAIS	168
	FORMAS GEOMÉTRICAS PLANAS	173
	REDUÇÃO E AMPLIAÇÃO	175
	LOCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO	178
4	GRANDEZAS E MEDIDAS	182
	MEDIDAS DE TEMPO	182
	MEDIDAS DE TEMPERATURA	186
	CONHECENDO O TERMÔMETRO	187
	MEDIDAS DE COMPRIMENTO	189
	METRO, CENTÍMETRO E MILÍMETRO	190
	CALCULANDO ÁREAS	192
	MEDIDAS DE MASSA	194
	QUILOGRAMA	195
	MEDIDAS DE CAPACIDADE	196
5	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	198
	TRABALHANDO COM TABELAS	198
	ESTUDANDO GRÁFICOS	201
	ESTUDANDO MÉDIAS	204

Fonte: SOUZA, 2013, livro do aluno, sumário.

Isso se confirma em exemplo de páginas (como na figura a seguir), que mesmo apresentando o selo DE OLHO NO TEMA, não explicita uma discussão de formação crítica.

Figuras 26: Páginas exemplo de Alfabetização Matemática, livro É Bom Aprender.

UNIDADE 1 NUMERAÇÃO

OS NÚMEROS NO DIA A DIA

OBSERVE AS IMAGENS E OS NÚMEROS QUE APARECEM NELAS.



Letícia Moreira-Fotografia - Fotografia



Proteção Objetiva/ Kênia - Fotografia



Proteção Objetiva/ Kênia - Fotografia



Letícia Moreira-Fotografia - Fotografia



Letícia Moreira-Fotografia - Fotografia



Letícia Moreira-Fotografia - Fotografia

A maneira que escolhemos para iniciar o trabalho com numeração procura abrir espaço para discussão, exposição de ideias e significados a respeito dos números, o que possibilita a você, professor, verificar os conhecimentos que os alunos têm a respeito do conteúdo abordado. Ao término da apresentação do conteúdo desta unidade, verifique se os alunos compreendem o quanto é necessária a utilização dos números e como estes facilitam o registro de informações.

TROCANDO IDEIAS

- NESTA PÁGINA, VEMOS DIVERSAS SITUAÇÕES EM QUE OS NÚMEROS ESTÃO PRESENTES. VOCÊ SABE O QUE OS NÚMEROS APRESENTADOS SIGNIFICAM? CONVERSE COM O PROFESSOR SOBRE O QUE VOCÊ SABE SOBRE ESSES NÚMEROS. Resposta pessoal.

Observe no Guia de Orientações para o Educador algumas informações relativas ao trabalho com o Sistema de numeração decimal.

123

Fonte: SOUZA, 2013, livro do aluno, p. 123.

UNIDADE 2 OPERAÇÕES

ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO

COMO VOCÊ FARIA PARA COMPLETAR O QUE FALTA NO CUPOM FISCAL DE CARLA?

Resposta pessoal. Verifique as estratégias utilizadas pelos estudantes e auxilie-os no que for necessário. Eles podem, por exemplo, utilizar a estratégia de somar as quantias pagas em cada item para descobrir o valor total ($6 + 5 + 9 + 5 + 4 = 29$) e depois “tirar” esse valor dos R\$ 50,00, que foi o valor recebido para pagar a conta ($50 - 29 = 21$); assim

RESTAURANTE COMER BEM
RUA LEÔNIDAS TRINDADE, 1824
CAMPINA GRANDE - PB
CNPJ 537811246/0001-63
IE: 9938578752
02/01/14 14:18

CUPOM FISCAL		
ARROZ INTEGRAL	1	6,00
FRITAS	1	5,00
BIFE	1	9,00
FEIJÃO	1	5,00
REFRIGERANTE	1	4,00
TOTAL		29,00
VALOR RECEBIDO		50,00
TROCO		21,00



Mencione aos alunos que as informações e o nome do estabelecimento apresentados no cupom fiscal são fictícios.

saberão o valor do troco.

DEPOIS QUE CARLA PEDIU A CONTA, ELA RESOLVEU COMER UMA SOBREMESA QUE CUSTA R\$ 3,00. QUANTO ELA PAGARÁ, AGORA, NO

TOTAL? R\$ 32,00

QUANTO RECEBERÁ DE TROCO? R\$ 18,00

QUAIS AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR VOCÊ PARA SOLUCIONAR A SITUAÇÃO INDICADA ACIMA? Resposta pessoal.

TROCANDO IDEIAS Respostas pessoais.

- COMPARE SUAS ESTRATÉGIAS COM AS DE ALGUNS COLEGAS E VERIFIQUE SE HÁ DIFERENÇAS.
- SEMPRE QUE VOCÊ FAZ COMPRAS, VOCÊ SOLICITA O CUPOM FISCAL E O CONFERE? EM SUA OPINIÃO, ESSA ATITUDE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

DE OLHO NO TEMA
ÉTICA E
TRABALHO E
CONSUMO

Nas **Orientações gerais** do manual do professor há uma síntese sobre leis, documentos e programas oficiais relacionados à educação. Nele, apresenta leis e documentos e um breve resumo próprio se restringindo de fato a documentos oficiais, não fazendo nenhuma referência a outros documentos importantes e específicos à EJA, como as CONFINTEAS e Diretrizes Nacionais para Direitos Humanos.

Sobre a dialogicidade, o livro apresenta **objetivos atitudinais para EJA** cita a importância do diálogo, mas não entre professor e aluno na busca de entendimento da realidade e sim como forma de tolerância e respeito a diversidade “ a socialização como estímulo ao diálogo de modo que os alunos desenvolvam atitude de respeito mútuo ,

convivência em grupo (...)”. Em *O papel do educador* traz “(...)Explorando esse conhecimento prévio, o educador de jovens e adultos pode potencializar muitas competências que os educandos já possuem”. E tratando dos ***Temas importantes abordados neste volume***, cita o diálogo na perspectiva da economia solidária “O diálogo e a interação constantes entre os envolvidos no processo educativo favorecem o exercício de princípios que norteia a economia solidária”, não tratando a relação educador e educando à luz da dialogicidade como proposto por Freire.

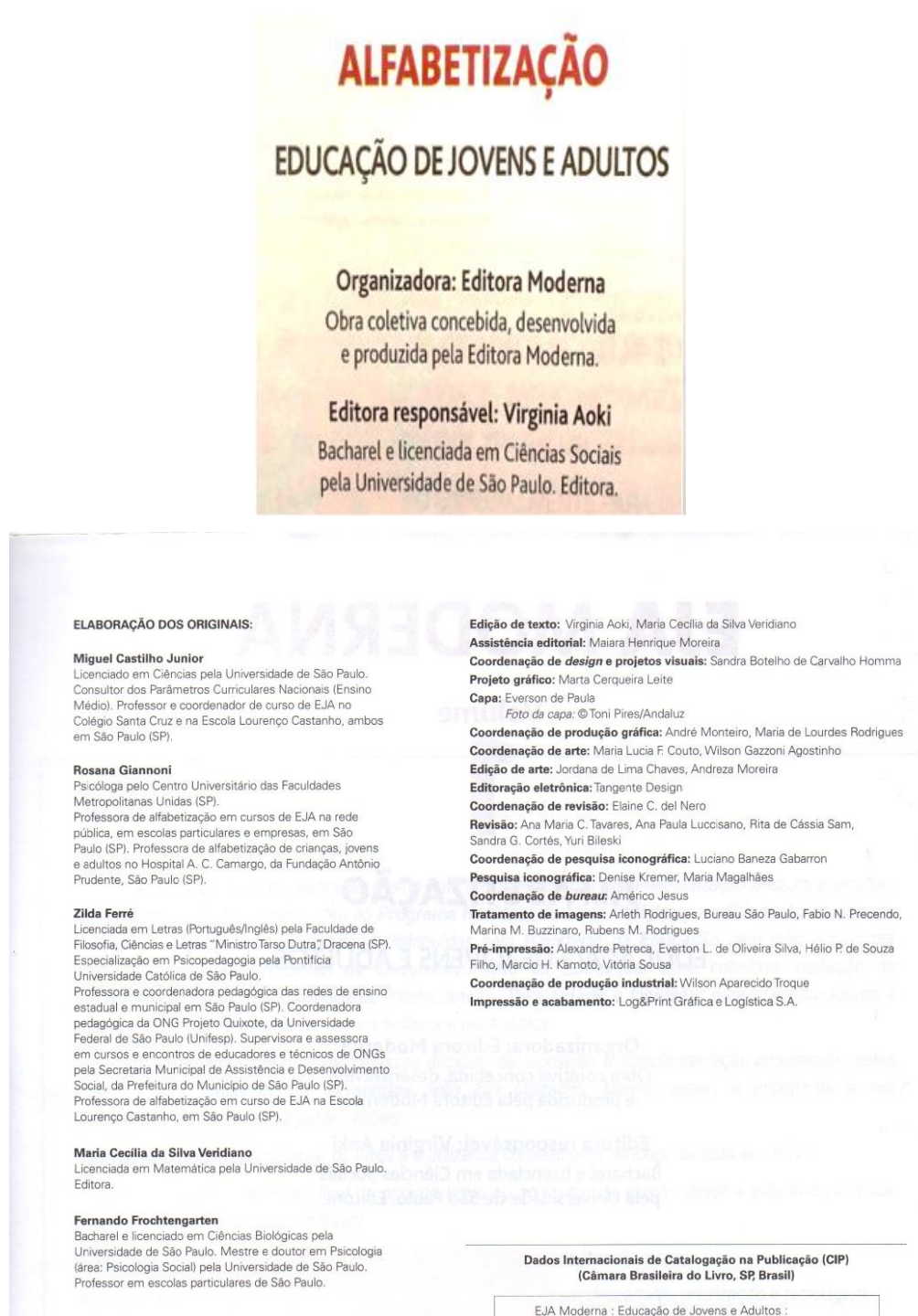
Apesar de a obra conter os conteúdos curriculares dos componentes previsto pelo edital, e o próprio Guia dos livros do MEC afirmar “A obra explicita uma proposta didático-pedagógica sintonizada com os principais documentos públicos nacionais que orientam a Educação de Jovens e Adultos”, pode-se dizer que há um distanciamento de características de tendência pedagógica progressista, principalmente a libertadora, em análise nesta pesquisa.

(...). Dominar instrumentos básicos da cultura letrada, que lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem(...)
Incorporar-se ao mundo do trabalho com melhores condições de desempenho e participação na distribuição de riqueza produzida. (BRASIL, proposta curricular EJA, apud SOUZA, 2013, manual, págs. 07)

Há um entendimento da escrita alfabética numa proposta de letramento, tratado inclusive no manual do professor, mas na sequência do livro, aborda o uso da palavra para posteriormente trazer reflexões sobre leitura de mundo, contrariando o que Paulo Freire discorre nos diversos livros publicados sobre sua teoria.

4.4. Coleção EJA Moderna

Logo no início da análise da coleção da Editora Moderna, percebe-se uma diferença das outras obras analisadas: o nome do responsável pela coleção não aparece como autor, e sim como editora responsável – no caso Virgínia Aoki, bacharel e licenciada em Ciências Sociais. Na segunda página, explicita alguns autores de diferentes áreas, alguns com formação específica outros sem qualquer especialização em EJA, apresentados como elaboradores dos originais. Tal comentário, fora feito somente pelos dados bibliográficos do livro se apresentarem de modo diferenciado dos demais estudados. Não fora investigado mais sobre isso, pois não perfaz o foco desta pesquisa.

Figuras 27: Primeiras páginas – Livro EJA Moderna

Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 01 e 02.

A coleção EJA da Editora Moderna apresenta organização em 4 unidades de trabalho, cada uma com temas específicos, comuns do universo do público da EJA, mas não mais específico e/ou relevante. Em cada dessas unidades, compõe subdivisões em capítulos com subtemas (conforme tabela abaixo). Mostra-se, a priori, com material muito similar ao

oferecido em turmas de ensino regular, ou seja, organizado em várias partes, segregando o trabalho a fim de melhor organizar os conteúdos. Talvez não seja a forma mais apropriada de organizar um livro para turmas de alfabetização, visto que em tais turmas percebe-se a necessidade de maior contextualização do conteúdo à vida real e interdisciplinaridade.

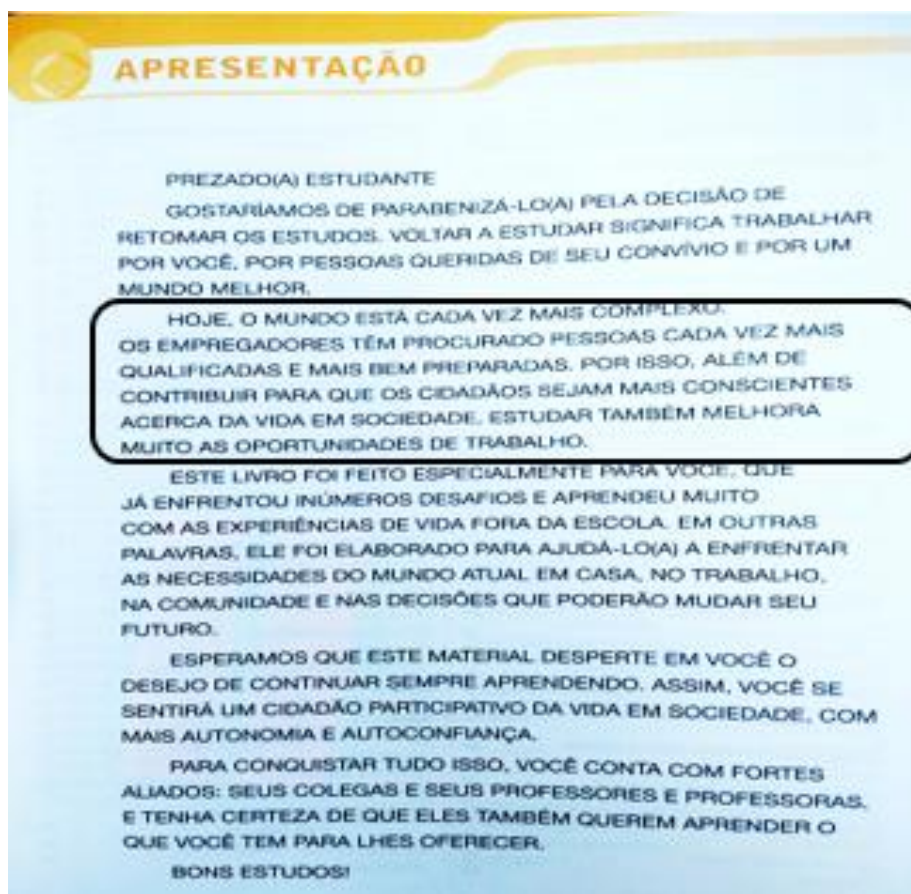
Quadro 5: Tabela – nome das unidades e capítulos do sumário – Livro EJA Moderna

Unidade 1: IDENTIDADE Capítulo 1 – Qual é a história do seu nome? Capítulo 2 – Nome próprio: com todas as letras Capítulo 3 – Seus documentos, por favor. Capítulo 4 – Brasil, meu Brasil brasileiro. Capítulo 5 – Vivendo aqui e agora	Unidade 2: O MUNDO DO TRABALHO Capítulo 1 – Eu sou um trabalhador Capítulo 2 – Vida e trabalho Capítulo 3 – O trabalho do homem e da mulher Capítulo 4 – Empregos: anúncios e classificados Capítulo 5 – Distorções no mundo do trabalho
Unidade 3: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS Capítulo 1 – As muitas culturas do Brasil Capítulo 2 – As vozes do Brasil Capítulo 3 – Festas, danças e culinária do Brasil Capítulo 4 – Personalidades da cultura brasileira	Unidade 4: AMBIENTE E SOCIEDADE Capítulo 1 – Espaço urbano e espaço rural Capítulo 2 – Problemas da cidade Capítulo 3 – Saúde é fundamental

Há, antes do sumário do aluno, uma carta de apresentação direcionada ao estudante da EJA. Existem diferentes maneiras de escrever um texto, e esse processo envolve uma série de fatores que irão influenciar na construção de sentido do mesmo texto (KOCH³⁶, 2006). Por isso, percebe-se a boa intenção do autor em parabenizar o aluno da EJA no recomeço de estudos escolares, assim como nos votos de sucesso dos mesmos. Entretanto, chama a atenção a escolha de algumas palavras em alguns trechos desta carta, que podem justificar a proposta da coleção e o entendimento da modalidade de EJA resultante das considerações desta obra a seguir.

36 Por não ser amplamente citada nesta pesquisa, esta obra não consta nas referências desta dissertação. Entretanto, para contextualizar a afirmação explicitada, menciona-se: Ler e Compreender os sentidos do texto de Ingedore Koch e Vanda Elias.

Figura 28: Primeiras páginas – Livro EJA Moderna



Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 03.

Qual a intencionalidade ao afirmar: “os empregadores têm procurado pessoas cada vez mais qualificadas e mais bem preparadas”? Tal trecho conduz a interpretação de que os educandos de EJA buscam na educação apenas o trabalho, ou pior, que não podem sonhar em ser gestores do próprio empreendimento, ou tantas outras formas de trabalho e realização na vida, senão prestar sua mão de obra a um empregador. A educação, a partir da concepção freiriana, precisa ter caráter libertador, não domesticador. Essa libertação é capaz de emancipar o educando de qualquer situação opressora, em que se sinta sujeito. Tal libertação é possível através da consciência crítica e reflexiva. Por isso, há que se questionar outro trecho que da carta ao colocar sobre o estudar - “contribuir para que os cidadãos sejam mais conscientes acerca da vida em sociedade”. Resta saber sobre que consciência trata.

No começo de cada unidade, o livro traz uma imagem, com breve legenda e apresenta os capítulos desta. A imagem representa o tema da unidade, entretanto não há nenhuma proposta ou sugestão de trabalho que possa ser realizado pelo professor. Por exemplo, a abertura da primeira unidade, com a foto de senhor músico, acompanhada da legenda “

“Integrante da comunidade quilombola da Lagoa da Pedra, Arraias (TO), 2011”. No manual do professor, para essa unidade, solicita um diagnóstico da escrita através da escrita do nome e produção de crachá. O trabalho com tema Identidade começa então a história e escrita de nome próprio. E logo a segunda Unidade, com o tema “, a Mundo do trabalho”, a imagem que demonstra o trabalho de informalidade em São Paulo.

Figura 29: Abertura de unidade – Livro EJA Moderna



Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 07 e 59.

Para melhor abordagem, separamos páginas seguidas de uma mesma unidade, como um recorte de páginas para exemplificar explanação, no caso da 1ª unidade. As demais unidades foram analisadas, e seguem numa mesma perspectiva.

No capítulo 1, realiza uma abordagem sobre o nome próprio, de conhecimento da história do nome dos educandos, e propõe para professor um diagnóstico da escrita dos alunos, depois seguem atividades alfabéticas. No capítulo 2, o trabalho se dá em torno do alfabeto e início de conteúdos como, letra maiúscula, minúsculas, vogal e consoante; no manual, apresenta sugestões de jogos e atividades de alfabetização. Para o capítulo 3 (imagens a seguir), seguem atividades a partir de discussão dos documentos oficiais do cidadão brasileiro. Tanto sobre a certidão de nascimento, registro geral, quanto título de eleitor faz explanação sobre o acesso de todos os alunos a tais documentos, a importância destes para acesso à serviços sociais, fornecendo para alunos uma importante fonte de informações,

porém não realiza uma discussão para formação mais crítica sobre cidadania, ou sobre a função efetiva do título eleitoral, por exemplo.

Figuras 30: Livro EJA Moderna

CAPÍTULO 3

SEUS DOCUMENTOS, POR FAVOR

A CERTIDÃO DE NASCIMENTO É O PRIMEIRO REGISTRO HISTÓRICO DE SUA EXISTÊNCIA, COM UMA PEQUENA HISTÓRIA DE SUA FAMÍLIA: DATA, LOCAL E HORA DO SEU NASCIMENTO, NOME E CIDADE NATAL DE SEUS PAIS E NOMES DOS AVÓS.

TEMAS

- DOCUMENTOS PESSOAIS (CERTIDÃO DE NASCIMENTO, IDENTIDADE, TÍTULO DE ELEITOR)
- AGRUPAMENTOS

VERIFIQUE se todos os dados são a respeito do nascimento e se estão de acordo com o cartão mais próximo da escola, se necessário, faça um novo para que o nome não seja trocado de mãos. Reconheça o nome no documento. Aponte os dados e compare as informações com o documento. Diferença de nacionalidade do nascimento.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 10º SUBDISTRITO BELENZINHO - SÃO PAULO - SP

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

IDENTIFICADO QUE AS FOLHAS 229 do livro A nº 101 de registro de nascimento, sob o número 141875, foi lavrado o assento de ALEX NACZIV DONALDES, do sexo masculino, nascido no dia dezoito de agosto de mil e mil (17/08/2000), às 19 horas e 48 minutos, na residência Maternidade São Paulo, no subdistrito de Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, filho de OTAVIO DONALDES, natural de São Paulo - SP e de KELLY NACZIV, natural de Curitiba - PR.

Não avós: Maternos: Manoel Donalves - m Nélis Terezinha Signorile Donalves.

Não avós maternos: João Naczi - m Shonda Pavlin.

Fornecido de testemunhas as constantes do termo.

Registro feito em vinte e um de agosto de mil e mil.

Observações: Nada consta.

O referido é verdade e dou fé.

101 PAULO, 21 de agosto de 2000.

Elizabete Aparecida da Silva Paula
Secretária Autorizada

EXEMPLO DO TÍTULO DE ELEITOR

Nome: ALEX NACZIV DONALDES
CPF: 141875-1
Data de Nascimento: 17/08/2000
Local de Nascimento: São Paulo - SP

NASCI, LOGO EXISTO!

A CERTIDÃO DE NASCIMENTO É O PRIMEIRO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DE UMA PESSOA. LOGO DEPOIS QUE A CRIANÇA NASCE, SEUS PAIS OU RESPONSÁVEIS DEVEM IR AO CARTÓRIO MAIS PRÓXIMO PARA REGISTRÁ-LA.

O ADULTO QUE NÃO FOI REGISTRADO TAMBÉM PRECISA PROCURAR O CARTÓRIO PARA TIRAR SUA CERTIDÃO DE NASCIMENTO. A PRIMEIRA VIA DO DOCUMENTO, PARA CRIANÇAS E ADULTOS, É GRATUITA.

COM ESSE DOCUMENTO, PASSAMOS A SER CIDADÃOS. AINDA NA INFÂNCIA, ELE NOS DÁ DIREITO À ESCOLA E NOS ASSEGURA O ACESSO AOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO GOVERNO, COMO ATENDIMENTO EM POSTOS DE SAÚDE.

A CERTIDÃO DE NASCIMENTO TAMBÉM NOS PERMITE TIRAR OUTROS DOCUMENTOS, COMO A CARTEIRA DE IDENTIDADE, O CPF (CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS) E A CARTEIRA DE TRABALHO.

NA CERTIDÃO DE NASCIMENTO CONSTAM A NACIONALIDADE E A NATURALIDADE DO CIDADÃO. ESSAS INFORMAÇÕES ESTÃO RELACIONADAS AO PAÍS, À FAMÍLIA, AO ESTADO E À CIDADE ONDE NASCEMOS.

QUANDO FORMAMOS UMA NOVA FAMÍLIA, PODEMOS OPTAR PELO CASAMENTO CIVIL E, COM ISSO, TROCAMOS A CERTIDÃO DE NASCIMENTO PELA CERTIDÃO DE CASAMENTO.

GLOSSÁRIO

- NACIONALIDADE: PALAVRA QUE INDICA O PAÍS DE NASCIMENTO.
- NATURALIDADE: PALAVRA QUE INDICA O MUNICÍPIO E O ESTADO DE NASCIMENTO.

ATIVIDADES

Porque, com a certidão de nascimento, passamos a existir como cidadãos. É nesse documento que estão registradas todas as informações pessoais, como nome, data de nascimento, nome da mãe, nome do pai e nome do registro civil.

1. POR QUE TODAS AS PESSOAS DEVEM TER CERTIDÃO DE NASCIMENTO?
2. QUE INFORMAÇÕES HÁ NA CERTIDÃO DE NASCIMENTO? Nome e sobrenome, data e local de nascimento, nome do pai e da mãe, nome do registro civil.
3. QUAL É O NÚMERO DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO REPRODUZIDA NA PÁGINA ANTERIOR? 181825
4. QUAL É A CIDADE E O ESTADO QUE APARECEM NESTA CERTIDÃO DE NASCIMENTO? São Paulo, SP.

Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 21 e 22.

RG: NOSSO NÚMERO

O RG (REGISTRO GERAL), TAMBÉM CHAMADO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE, É UM DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO NACIONAL. NELE, CONSTAM INFORMAÇÕES COMO: NOME DA PESSOA, DATA DE NASCIMENTO, NOMES DOS PAIS, LOCAL DE NASCIMENTO, IMPRESSÃO DIGITAL E ASSINATURA.

O NÚMERO DO RG NOS IDENTIFICA COMO CIDADÃOS BRASILEIROS EM TODO O PAÍS.

DESDE O FINAL DE 2010, O BRASIL PASSOU A ADOTAR UM NOVO DOCUMENTO DE IDENTIDADE PARA SEUS CIDADÃOS: O REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL (RIC).

DO TAMANHO DE UM CARTÃO DE CRÉDITO, COM CHIP PARA ARMAZENAR DADOS DA PESSOA, O RIC VAI TER UM NÚMERO NOVO DE IDENTIFICAÇÃO E REUNIR OUTROS QUATRO DOCUMENTOS: O NÚMERO DO RG ATUAL, O CPF, O NÚMERO DO TÍTULO DE ELEITOR E O NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO SOCIAL DO TRABALHADOR (NIS).

O BRASIL PRETENDE IMPLANTAR O NOVO DOCUMENTO EM TODO O PAÍS ATÉ 2020.

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O RIC, PROCURE UM POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DE SUA LOCALIDADE.

GLOSSÁRIO

- IDENTIFICAÇÃO: RECONHECIMENTO.
- ADOTAR: FAZER USO, POR EM PRÁTICA.

FRONTES E VERSO DO RIC

FRONTES

1. IDENTIFICAÇÃO: RECONHECIMENTO.

2. ADOTAR: FAZER USO, POR EM PRÁTICA.

3. IDENTIFICAÇÃO: RECONHECIMENTO.

4. ADOTAR: FAZER USO, POR EM PRÁTICA.

QUER VOTAR?

O TÍTULO DE ELEITOR NOS AUTORIZA A VOTAR E A SER VOTADOS EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS.

PARA TER DIREITO AO TÍTULO DE ELEITOR, É NECESSÁRIO TER NASCIDO NO BRASIL OU SER NATURALIZADO BRASILEIRO. NESSE DOCUMENTO, ESTÃO O NOME E A ASSINATURA DO ELEITOR, A DATA DE NASCIMENTO E O LOCAL DE VOTAÇÃO.

PARA TIRAR O TÍTULO DE ELEITOR, PRECISAMOS PROVIDENCIAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- RG, CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU DE CASAMENTO OU CARTEIRA PROFISSIONAL.
- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA RECENTE (CONTA DE LUZ, ÁGUA, TELEFONE ETC.).

GLOSSÁRIO

- MUNICIPAIS: RELATIVAS AO MUNICÍPIO.
- ESTADUAIS: RELATIVAS AO ESTADO.
- FEDERAIS: RELATIVAS À UNIÃO.
- NATURALIZADO: QUEM SE TORNA CIDADÃO DE UM PAÍS POR SUA VONTADE, NÃO PELO LOCAL DE NASCIMENTO. OS REQUISITOS PARA SE NATURALIZAR VARIAM DE ACORDO COM AS LEIS DE CADA PAÍS.

ATIVIDADES

Consulte os Mapas da Minas, Registro Geral de Participação (RGP), no Guia e Recursos Digitais.

1. QUE INFORMAÇÕES CONSTAM TANTO DA IDENTIDADE (RG) QUANTO DO TÍTULO DE ELEITOR?
2. COM QUE IDADE PODEMOS TER NOSSA CARTEIRA DE IDENTIDADE E O TÍTULO DE ELEITOR?
3. TRANSCREVA NO CADERNO AS PALAVRAS ABAIXO DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE LETRAS.

CIDADÃO PESSOA DOCUMENTO DIREITOS URNA IDENTIDADE VOTAR

4 letras: urna; 5 letras: votar; 6 letras: pessoa; 7 letras: cidadão; 8 letras: direito; 9 letras: documento; 10 letras: identidade.

Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 21 e 22.

Para o trabalho da matemática (figura), introduz em páginas seguintes o trabalho com conteúdo sem qualquer referência ao tema trabalhado na unidade, assim como no capítulo: “Seus documentos, por favor”.

Figura 31: Trabalho com a matemática – Livro EJA Moderna



Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 25.

No capítulo 4, apresenta mapa do Brasil com suas unidade federativas, e destaca local de nascimento do educador Paulo Freire. Logo na sequência, utiliza uma fala de Freire sobre o lugar de onde nasceu, mas o cita apenas para interpretação do mapa, não trazendo para aluno, nem professor, nenhuma consideração sobre sua importante contribuição para reaver certas dimensões do processo de alfabetização, sobretudo as dimensões sociais e políticas.

Figuras 32: Primeiras páginas do capítulo IV – Livro EJA Moderna

CAPÍTULO
4

TENAS

- ▶ MAPA DO BRASIL
- ▶ NOMES DOS ESTADOS E ADJETIVOS PÁTRIOS
- ▶ SILABAS
- ▶ VALOR POSICIONAL DE UM ALGARISMO
- ▶ SÍMBOLOS
- ▶ FIGURAS GEOMÉTRICAS PLANAS

BRASIL, MEU BRASIL BRASILEIRO

O NOME OFICIAL DO BRASIL É **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, POIS É CONSTITUÍDO DE 27 UNIDADES FEDERATIVAS, COM 26 ESTADOS E 1 DISTRITO FEDERAL. CADA UMA DESSAS UNIDADES POSSUI GOVERNO E LEIS PRÓPRIAS, MAS TODAS FAZEM PARTE DE UMA FEDERAÇÃO, POIS SÃO REGIDOS POR UMA LEI MAIOR, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O EDUCADOR PAULO FREIRE ► NASCEU NESTE ESTADO.

Confeccione com a classe um grande mapa do Brasil dividido em estados identificados com o nome e a sigla. Preferencialmente, deixe esse mapa exposto na sala de aula. Nela, os alunos poderão "passar" por seus estados de origem e você poderá retomá-lo sempre que julgar necessário.

FONTE:
IBGE. ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR. 5. ED. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2009. P. 90.

MAPA POLÍTICO DO BRASIL

NORTE

NORDESTE

CENTRO-OESTE

SUDESTE

SUL

VINTE E SETE
27

Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 27 e 28.

◆ O DESENHO DO BRASIL

O **MAPA POLÍTICO DO BRASIL** MOSTRA A DIVISÃO DO PAÍS EM 26 ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL, ONDE FICA BRASÍLIA, A CAPITAL.

O MAPA POLÍTICO DO BRASIL É UMA REPRESENTAÇÃO QUE NOS PERMITE OBSERVAR O CONTOURNO E OS LIMITES DOS ESTADOS E A REGIÃO A QUE CADA UM DELES PERTENCE: NORTE, NORDESTE, CENTRO-OESTE, SUDESTE E SUL. CADA REGIÃO É REPRESENTADA POR UMA COR. TAMBÉM PODEMOS VER NESSE MAPA ONDE SE LOCALIZA O ESTADO EM QUE NASCEMOS, O ESTADO EM QUE VIVEMOS E OS ESTADOS QUE SÃO NOSSOS "VIZINHOS".

DEPENDENDO DO ESTADO ONDE NASCEU, UMA PESSOA É QUALIFICADA POR UM **ADJETIVO PÁTRIO**: MINEIRO, PARAIBANO, CAPIXABA, PERNAMBUCANO... TODOS NÓS, PORÉM, SOMOS BRASILEIROS, PORQUE NASCEMOS NO BRASIL.

PAULO FREIRE, EDUCADOR BRASILEIRO, ESCREVEU:

"EU NÃO SOU ANTES BRASILEIRO PARA DEPOIS SER RECIFENSE. SOU PRIMEIRO RECIFENSE, PARA DEPOIS SER PERNAMBUCANO, NORDESTINO. DEPOIS, BRASILEIRO, LATINO-AMERICANO, GENTE DO MUNDO".

ATIVIDADES As atividades de 1 a 7 são orais.

- 1 EM QUE CIDADE E ESTADO NASCEU O EDUCADOR PAULO FREIRE?**
Na cidade de Recife, estado da Pernambuco.
- 2 POR QUE PAULO FREIRE PODE DIZER QUE É BRASILEIRO?**
Porque nasceu em Pernambuco, que é um dos estados do Brasil.
- 3 "EU NÃO SOU ANTES BRASILEIRO PARA DEPOIS SER RECIFENSE," O QUE PAULO FREIRE QUIS DIZER COM ESSA AFIRMAÇÃO?**
Que primeiro ele se sentia parte do lugar onde nasceu, para depois conhecer outros lugares e a eles pertencer.
- 4 EM QUANTOS ESTADOS O BRASIL ESTÁ DIVIDIDO?**
Está dividido em 26 estados e mais o Distrito Federal.
- 5 EM QUE CIDADE E ESTADO VOCÊ NASCEU?**
Resposta pessoal.
- 6 A QUE NOMES DE ESTADOS DO BRASIL CORRESPONDEM ESTAS SIGLAS: AM, PA, CE, PI E RS?** Amazonas, Pará, Ceará, Piauí e Rio Grande do Sul.

UNIDADE 1 • 28 VINTE E OITO

Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 28.

Ainda sobre a primeira unidade, no capítulo V cujo título diz "Vivendo aqui e agora" traz, na página 39 um exemplo de texto de crítica social, fomentador de debate sobre questões comunitárias, mas na atividade do livro sobre os problemas do lugar morro, citado no texto, a sugestão para professor põe a discussão como um problema a ser resolvido pelo poder público, não fala da moradia como um direito, direito de todo cidadão à moradia, lazer, saúde, conquistado, e sim coloca o cidadão como pacato subordinado às decisões do poder público.

Figuras 33: Páginas do capítulo V – Livro EJA Moderna

2 VAMOS LER JUNTOS O TEXTO A SEGUIR?

FIM DE SEMANA NO PARQUE

"[...] A MOLECADA LÁ DA ÁREA COMO É QUE TÁ,
PROVAVELMENTE CORRENDO PRA LÁ E PRA CÁ.
JOGANDO BOLA DESCALÇOS NAS RUAS DE TERRA,
É, BRINCAM DO JEITO QUE DÁ.
[...]
MILHARES DE CASAS AMONTOADAS!
RUAS DE TERRA, ESSE É O MORRO,
A MINHA ÁREA ME ESPERA!
GRITARIA NA FEIRA, 'VAMOS CHEGANDO!'
PODE CRER, EU GOSTO DISSO, MAIS
CALOR HUMANO
NA PERIFERIA A ALEGRIA É IGUAL!
É QUASE MEIO-DIA, A EUFORIA É GERAL!
É LÁ QUE MORAM MEUS IRMÃOS, MEUS AMIGOS.
É A MAIORIA POR AQUI SE PARECE COMIGO
E EU TAMBÉM SOU BAMBAMBÃ E O QUE MANDA
O PESSOAL DESDE AS 10 DA MANHÃ ESTÁ NO SAMBA.
PRESTE ATENÇÃO NO REPIQUE, ATENÇÃO NO ACORDE,
'COMO É QUE É MANO BROWN?'
'PODE CRER, PELA ORDEM!' [...]"

MANO BROWN; EDI ROCK (RACIONAIS MC'S).
FIM DE SEMANA NO PARQUE. RAIO X DO BRASIL.
ZIMBABWE, 1993. (FRAGMENTOS.)

▲ VISTA DO BAIRRO
PARQUE SANTO
ANTÔNIO, EM SÃO
PAULO, FOTO DE 2011.

TRINTA E NOVE 39

Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 39.

A) QUE PROBLEMAS E ALEGRIAS EXISTEM NESSE LUGAR? COMO OS PROBLEMAS PODERIAM SER RESOLVIDOS?

Espera-se que os alunos ressaltem o fato de que, mesmo sem área de lazer, a molecada “brinca do jeito que dá”. A população do lugar tem calor humano, é alegre, identifica-se com a comunidade, gosta de samba. Por outro lado, não se pode ignorar o problema da falta de lazer, as ruas não asfaltadas e as casas amontoadas. Todos esses problemas poderiam ser resolvidos pelo poder público. Como a comunidade poderia se organizar para mudar a situação? Falar sobre eleições, assembleias, abaixo-assinados, manifestações públicas, mutirões, associações comunitárias etc.

Consulte os Mapas da Mina, Pesquisa de bairros vizinhos, no *Guia e Recursos Didáticos*.

B) AGORA, VAMOS FAZER UM JOGO DE PALAVRAS. ESCOLHA SEIS DELAS NO TEXTO E MONTE SUA CARTELA. SE O PROFESSOR DISSER UMA PALAVRA QUE VOCÊ ESCOLHEU, ASSINALE-A. VENCE QUEM COMPLETAR PRIMEIRO TODAS AS PALAVRAS DA CARTELA.

Explique aos alunos que valem as linhas e a cartela cheias. No *Guia e Recursos Didáticos* há mais informações. É a oportunidade de retomar as noções aprendidas de letra, sílaba e palavra.

MODELO DE CARTELA PARA O JOGO DE PALAVRAS

Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 40.

Finalizando a unidade mais longa, o capítulo VI, apresenta um texto de autoria de Paulo Freire sobre escola, seguido de explanação inaugural em torno da palavra ‘direito’. No caso aborda a escola como lugar de direitos. Mas novamente não apresenta maiores informações e sugestões para professor sobre tal discussão. Como o texto cita “Aprender a desenvolver-se é um direito adquirido e devemos batalhar para que ele seja respeitado”. “Batalhar”, como?

Figuras 34: Páginas do capítulo V – Livro EJA Moderna

CAPÍTULO

6

MINHA SALA DE AULA, MEU GRUPO

TEMAS

- ▶ RECONHECIMENTO DA ESCOLA
- ▶ LETRAS, SILABAS, PALAVRAS
- ▶ LISTA DE PALAVRAS
- ▶ ORDEM ALFABÉTICA
- ▶ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO

ESCOLA É

"... O LUGAR ONDE SE FAZ AMIGOS.
NÃO SE TRATA SÓ DE PRÉDIOS, SALAS, QUADROS,
PROGRAMAS, HORÁRIOS, CONCEITOS...
ESCOLA É, SOBRETUDO, GENTE
GENTE QUE TRABALHA, QUE ESTUDA
QUE ALEGRA, SE CONHECE, SE ESTIMA.
[...]
E A ESCOLA SERÁ CADA VEZ MELHOR
NA MEDIDA EM QUE CADA UM SE COMPORTE
COMO COLEGA, AMIGO, IRMÃO.
NADA DE 'ILHA CERCADA DE GENTE POR TODOS
OS LADOS'
NADA DE CONVIVER COM AS PESSOAS E, DEPOIS,
DESCOBRIR QUE NÃO TEM AMIZADE A NINGUÉM.
NADA DE SER COMO TIJOLO QUE FORMA A
PAREDE, INDIFERENTE, FRIO, SÓ.
IMPORTANTE NA ESCOLA NÃO É SÓ ESTUDAR,
NÃO É SÓ TRABALHAR,
É TAMBÉM CRIAR LAÇOS DE AMIZADE,
É CRIAR AMBIENTE DE CAMARADAGEM,
É CONVIVER, É SE 'AMARRAR NELA'
ORA, É LÓGICO...
NUMA ESCOLA ASSIM VAI SER FÁCIL!
ESTUDAR, TRABALHAR, CRESCER,
FAZER AMIGOS, EDUCAR-SE, SER FELIZ.
É POR AQUI QUE PODEMOS COMEÇAR A
MELHORAR O MUNDO."

FREIRE, PAULO. A ESCOLA. NOVA ESCOLA, N. 363, JUN.-JUL. 2003.

QUARENTA E NOVE

49

Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 49.

ESCOLA: DIREITO DE TODOS

A ESCOLA É LUGAR DE ENSINO, APRENDIZAGEM, CONVIVÊNCIA. ALÉM DISSO, AJUDA A DESENVOLVER NOSSA IDENTIDADE PESSOAL, SOCIAL E CULTURAL. APRENDEMOS COM NOSSOS COLEGAS, PROFESSORES E OS FUNCIONÁRIOS A IMPORTÂNCIA DA PALAVRA **RESPEITO**. PASSAMOS A PENSAR SOBRE QUEM SOMOS, QUAL É NOSSO PAPEL NA SOCIEDADE E COMO ADQUIRIMOS, CONSTRUÍMOS E TROCAMOS **CONHECIMENTOS**.

TUDO BRASILEIRO TEM DIREITO À ESCOLA. ESSE DIREITO ESTÁ GARANTIDO EM NOSSA **CONSTITUIÇÃO**, O CONJUNTO DE LEIS QUE REGEM O PAÍS. NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA ESTÃO NOSSOS DIREITOS E DEVERES COMO CIDADÃOS.

APRENDER E DESENVOLVER-SE É UM DIREITO ADQUIRIDO, E DEVEMOS SEMPRE BATALHAR PARA QUE ELE SEJA RESPEITADO.

ATIVIDADES As atividades de 1 a 4 são orais.

- 1 QUANDO VOCÊ FOI À ESCOLA PELA PRIMEIRA VEZ?
Resposta pessoal.
- 2 NO QUE A ESCOLA O AJUDA? POR QUÊ?
Resposta pessoal.
- 3 PARA VOCÊ, QUE PALAVRA DO POEMA MELHOR REPRESENTA A ESCOLA? CONVERSE COM OS COLEGAS SOBRE SUA ESCOLHA.
Resposta pessoal.
- 4 A FOTO ABAIXO DESCREVE BEM O QUE ESTÁ NO POEMA? POR QUÊ?
Resposta pessoal.



UNIDADE 1 • 50

CINQUENTA

◀ AULA NA ESCOLA ESTADUAL "PROFESSOR JOÃO ALVES DE ALMEIDA", EM PIRACICABA (SP), 2012.

Fonte: AOKI, 2013, livro do aluno, p. 50.

O manual do professor da coleção EJA Moderna aparece no final do livro, com um sumário (conforme a figura a seguir), dividido em duas partes: orientações gerais, em que contextualiza a EJA e apresenta a proposta e estrutura da coleção, e a parte MAPA DA MINA, em que descreve como “ideias para enriquecer as aulas”. Logo no início, sobre a EJA cita trecho da VI CONFITEA “prepara as pessoas com conhecimentos, habilidades, competências e valores necessários para que exerçam e ampliem seus direitos e assumam o controle de seus destinos (...)” que vai em oposição à mensagem da primeira página, destinada ao aluno, já citada acima. Sobre o histórico da EJA, o texto é de fato realista, pois afirma que a história da EJA “pode ser contada por meio de diversas concepções pedagógicas e das políticas”. Contextualiza a Educação Popular na história cronológica, citando o modelo pedagógico freireano, dialógico, e o cita como inspirador de professores e especialistas até os dias atuais, mas, com o período da ditadura militar, o propósito de conscientização popular foi abandonado, canais de participação social, fechados e a EJA voltou a ter seu foco na “formação de mão de obra que atendesse às demandas do mercado de trabalho e do modelo econômico vigente”; posteriormente fala da abertura política, ação dos movimentos sociais e a conquista de direitos da EJA através de leis como a constituição de 1988 e LDB em 1996. O livro também aborda sobre os sujeitos da EJA e o papel do professor.

Relacionadas à formação do professor, apresenta princípios em “ professores de jovens e adultos devem se sensíveis a saberes que os alunos já possuem e legitimar, a instauração de “um clima propício ao diálogo e à emergência das diferenças”; empatia e solidariedade com alicerces de ação educativa; fortalecimento da autonomia dos alunos; e fundamentação da ética, da solidariedade, da responsabilidade, e do respeito comum. Entretanto, na especificação da proposta para construção do livro, resume-se à adequação trazidas pelo Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), bem como aos subsídios fornecidos pelas análises do MEC, afirmando que as atividades propostas na coleção visam à formação de aluno reflexivo, crítico, e o aproveitamento de discussões promovidos pelo trabalho com temas travessais.

Figura 35: Sumário do manual do professor – Livro EJA Moderna

 Sumário	
ORIENTAÇÕES GERAIS	3
A Educação de Jovens e Adultos (EJA)	3
Histórico da EJA no Brasil	3
Os alunos de EJA e suas expectativas	6
O papel dos professores de EJA	7
O compromisso com a leitura e a escrita	8
Alfabetização	9
Nossa proposta	12
Concepção do processo de ensino-aprendizagem	14
Considerações sobre avaliação	16
Avaliação e planejamento	16
Avaliação diagnóstica	17
Avaliação contínua	17
Avaliação do trabalho docente	18
O que e como avaliar	19
Estrutura da obra	20
Objetivos	20
Unidade 1 - Identidade	20
Unidade 2 - O mundo do trabalho	21
Unidade 3 - Manifestações culturais	21
Unidade 4 - Ambiente e sociedade	22
MAPAS DA MINA: IDEIAS PARA ENRIQUECER AS AULAS	23
Unidade 1 - Identidade	23
Unidade 2 - O mundo do trabalho	29
Unidade 3 - Manifestações culturais	39
Unidade 4 - Ambiente e sociedade	45
FICHA DE ENTREVISTA PARA ALFABETIZAÇÃO (EJA)	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

Fonte: AOKI, 2013, manual do professor, p. 02.

Pode-se dizer que o livro traz promove espaços de debate, discussões promotores de uma reflexão crítica, mas fica muito a cargo do professor, ou seja, observar-se uma falta de subsidio para educador, com sugestões de encaminhamento fomentadores de discussões e exploração dos temas transversais, do qual a coleção faz uso, mas que não alinha com o trabalho dos conteúdos, transparecendo a inclusão desses temas fora mera adequação da obra a realidade da modalidade de ensino.

Além disso, ressalta-se a necessidade de um cuidado no uso de discursos que sejam contrários ao que se perpetua sobre a Educação de Jovens e Adultos:

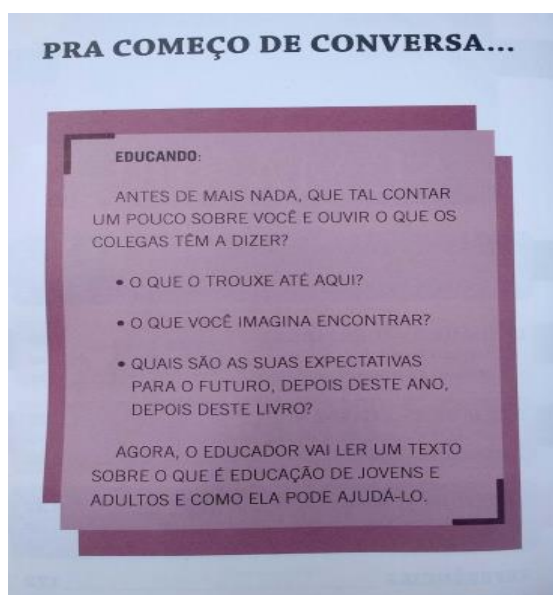
(...) desenvolver uma oferta de alfabetização relevante e adaptada às necessidades dos educandos e que conduza à obtenção de conhecimentos, capacidades e competências funcionais e sustentáveis pelos participantes, empoderando-os (...)" (UNESCO, 2010, p.02)

4.5. Coleção Ler e Pensar o mundo

O livro Ler e Pensar o mundo da Editora Positivo tem a autoria de Ana Julia Kloeppel, mestre em educação, alfabetizadora e autora de livros didáticos em Alfabetização e

Letramento em Língua Portuguesa e Matemática, e Jeferson Freitas, especialista em mercado editorial, professor de EJA no Ensino Fundamental e médio e autor de obra voltada à formação do educador em sala de aula. Como organização editorial já clássica no Brasil, este livro se sistematiza em unidades, capítulos, seções, com suas respectivas funções didáticas de exploração de conteúdo. Entretanto, de modo peculiar, esta coleção apresenta, após o sumário, um texto em que provoca uma roda de conversa, como uma espécie de etapa de investigação, sem necessariamente o levantamento vocabular como intencionalidade deste diálogo. Esse texto inicial, manifesta a importância de momento simples de aproximação do educador com grupo de educandos a fim de compartilhar histórias e sonhos.

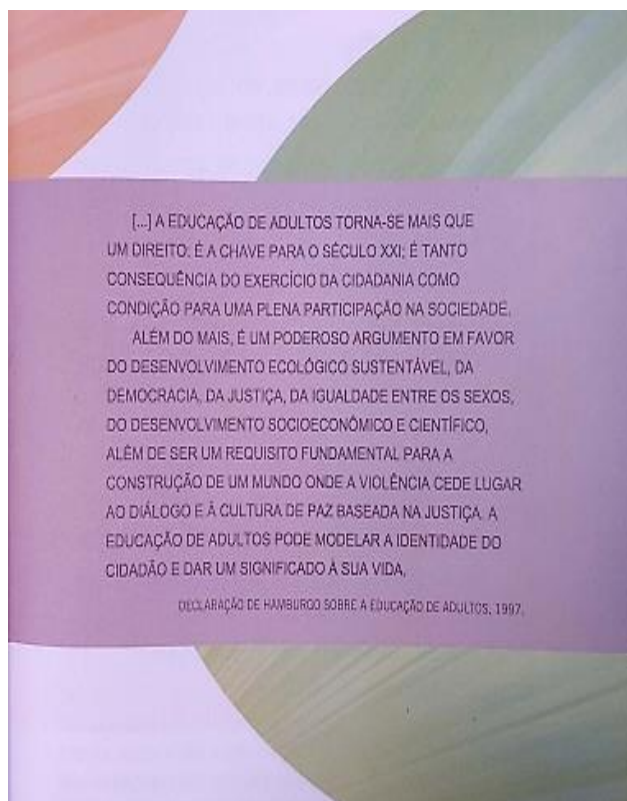
Figura 36: Primeiro texto direcionado ao aluno – Livro Ler e Pensar o mundo



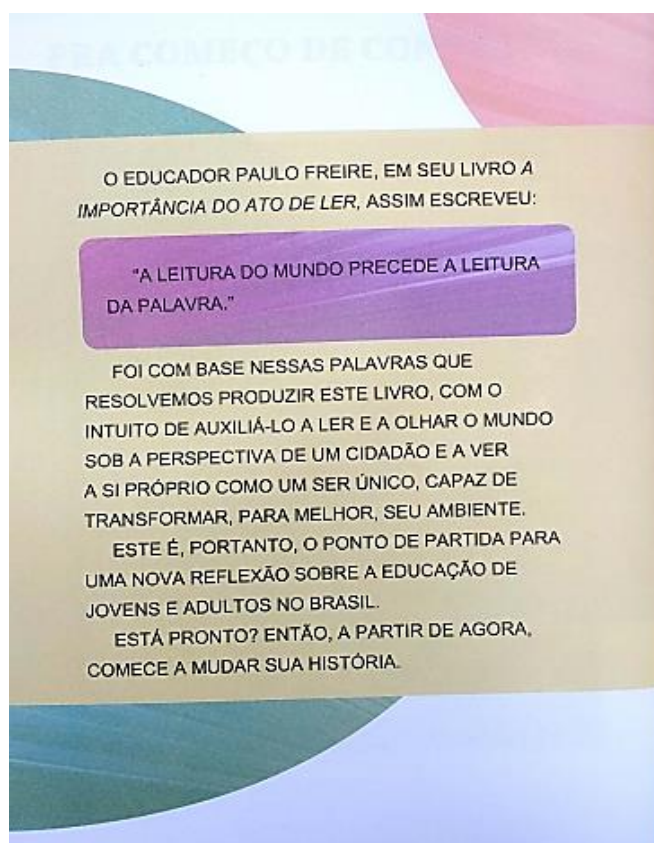
Fonte: KLOEPPEL, 2013, livro do aluno, p. 04.

A imagem anterior é seguida por trecho da Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Jovens e Adultos com o entendimento dessa modalidade de educação como um direito e chave para século XXI, e traz “(...) é tanto consequência do exercício da cidadania, como condição para uma plena participação na sociedade”, caracterizando a EJA como construtora de democracia, justiça e igualdade e poder oportunizar ao sujeito educando um significado à vida. A página subsequente apresenta a célebre frase de Paulo Freire “A leitura de mundo precede a leitura da palavra” como sendo a base desta produção editorial, demonstrando intenção de projeção de livro de alfabetização que traga em suas possibilidades um alicerce para o educando ser mais.

Figuras 37: Segundo e terceiro texto para aluno - Livro Ler e Pensar o mundo



Fonte: KLOEPPEL, 2013, livro do aluno, p 05 e 06.



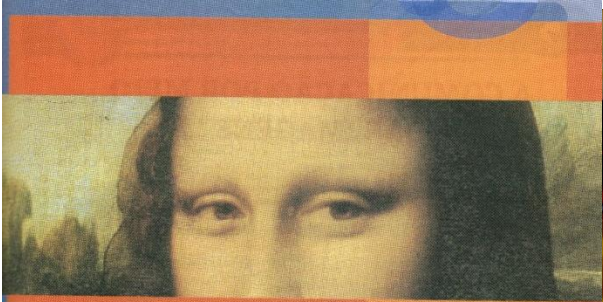
Fonte: KLOEPPEL, 2013, livro do aluno, p. 05 e 06.

Reiterando a opção de fundamentação da coleção em pressupostos freireanos, o manual do professor exhibe carta de apresentação para o docente como citação de Paulo Freire sobre a EJA e a crença na educação popular, explicitando que o conhecimento vai além da aquisição de informações e conteúdos curriculares, se configurando em experiências que partem uma prática social e cultural da vida cotidiana e se traduz nela. Oferece respaldos da Educação Popular e, além disso, outros teóricos, como: Piaget, com a educação para o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual, através do respeito pelos direitos do homem e liberdades fundamentais; e em Vygotsky, que privilegia as interações com o ambiente físico, essencialmente social e cultura na formação dos indivíduos. E conclui sua perspectiva exibindo o maior objetivo da EJA: domínio da leitura e escrita como papel fundamental de razão social.

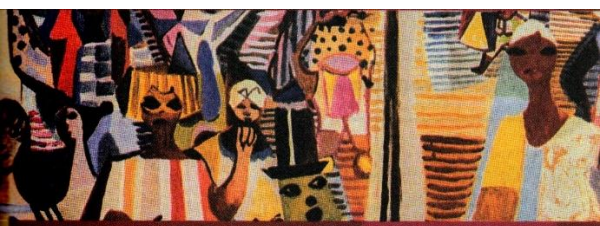
Após essa introdução do livro do aluno, obviamente se cria, numa pesquisa como esta aqui, enorme expectativa na apreciação da obra.

A coleção é organizada de maneira inteligível, em quatro unidades temáticas, que são apresentadas no cruzamento de texto verbal e não verbal, onde se desenvolvem as práticas de alfabetização e letramento e a alfabetização matemática. Não se pode dizer que representam temas geradores, mas de alguma maneira transforma positivamente as leituras sugeridas em torno de um assunto comum, relevante, a priori, à modalidade de ensino.

Figuras 38: Página inicial de cada unidade temática - Livro Ler e Pensar o mundo



DA VINCI, Leonardo. *Mona Lisa*. 1503-1506. 1 original de arte, madeira, color., 77 cm x 53 cm, Museu do Louvre, Paris, França. Detalhe.



DI CAVALCANTI, Emiliano. *Carnaval I*. 1965. 1 óleo sobre tela, color., 114 cm x 146 cm, Coleção particular. Detalhe.

UNIDADE 1

COMUNICAÇÃO

APRENDER CONTINUADAMENTE É UM DOS GRANDES PRAZERES DA VIDA. JÁ NÃO DIZIAM OS ANTIGOS “VIVENDO E APREENDENDO”? EM SUA SABEDORIA, ALICERÇADA NA EXPERIÊNCIA E NA OBSERVAÇÃO ATENTA, ASSOCIAVAM A APRENDIZAGEM NÃO AOS ANOS DE DURAÇÃO, MAS AO PRÓPRIO SENTIDO DE EXISTIR. EM CONDIÇÕES NORMAIS, OS SERES HUMANOS ESTÃO SEMPRE ABERTOS À INFORMAÇÃO NOVA, AO CONHECIMENTO TRANSFORMADOR, AO CRESCIMENTO ASSOCIADO A NOVOS SABERES.

COSTA, Marta Morais da. *Mapa do mundo: crônicas sobre leitura*. Belo Horizonte: Letitura, 2008. p. 172.

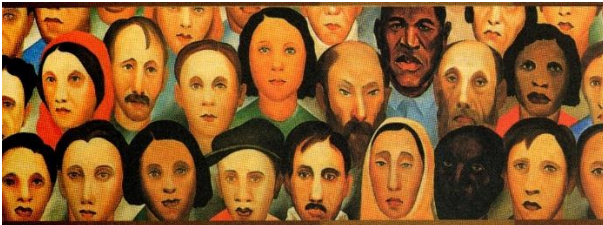
UNIDADE 2

IDENTIDADE

NO BRASIL, VIVE GENTE DO MUNDO INTEIRO. SEU COLEGA DA FRENTE PODE SER FILHO DE IMIGRANTES COREANOS, SEU PROFESSOR DE HISTÓRIA TALVEZ SEJA DESCENDENTE DE AFRICANOS. E QUEM SABE AQUELA SUA COLEGA QUE SENTA PERTO DA JANELA NÃO SEJA DE ORIGEM JUDIA? ALÉM DISSO, NUM PAÍS DO TAMANHO DO BRASIL, NUMA ESCOLA DO AMAZONAS PODE HAVER ALUNOS GAÚCHOS E NUM COLÉGIO CARIOCA, MUITOS PERNAMBUCANOS. [...]

A PLURALIDADE CULTURAL NÃO É UM FENÔMENO MODERNO, NEM EXCLUSIVAMENTE BRASILEIRO. QUANDO DIFERENTES POVOS ENTRAM EM CONTATO, INFLUENCIAM-SE RECIPROCAMENTE E UM APRENDE COM O OUTRO. [...]

LAJOLO, Marisa. Sou trezentos, sou trezentos e cinquenta. In: LAJOLO, Marisa (Org.). *Nós e os outros: histórias de diferentes culturas*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 7-8.



AMARAL, Tarsila do. *Operários*. 1933. 1 original de arte, óleo sobre tela, color., 150 cm x 205 cm, Coleção do Governo do Estado de São Paulo. Detalhe.



MUNIZ, Vik. *Narciso, a partir de Caravaggio*. 2005. 1 cópia cromogêica, 224 cm x 80 cm, Coleção particular. Detalhe.

UNIDADE 3

CIDADANIA

AFINAL, O QUE É SER CIDADÃO? SER CIDADÃO É TER DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À PROPRIEDADE, À IGUALDADE PERANTE A LEI: É, EM RESUMO, TER DIREITOS CIVIS. É TAMBÉM PARTICIPAR DO DESTINO DA SOCIEDADE, VOTAR, SER VOTADO, TER DIREITOS POLÍTICOS. OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS NÃO ASSEGURAM A DEMOCRACIA SEM OS DIREITOS SOCIAIS, AQUELES QUE GARANTEM A PARTICIPAÇÃO DO INDIVÍDUO NA RIQUEZA COLETIVA: O DIREITO À EDUCAÇÃO, AO TRABALHO, AO SALÁRIO JUSTO, À SAÚDE, A UMA VELHICE TRANQUILA. EXERCER A CIDADANIA PLENA É TER DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS E SOCIAIS.

PINSKY, Jaime. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9.

UNIDADE 4

VIDA E AMBIENTE

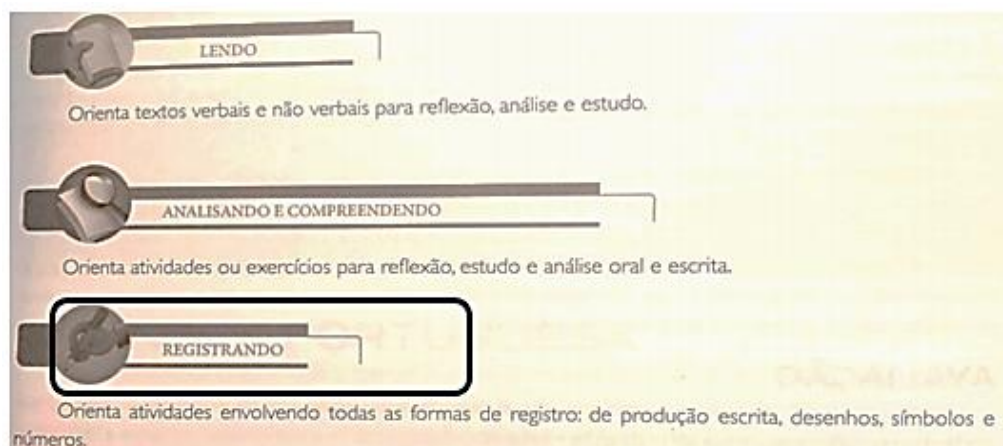
HOJE NOS ENCONTRAMOS NUMA FASE NOVA NA HUMANIDADE. TODOS ESTAMOS REGRESSANDO À CASA COMUM, À TERRA: OS POVOS, AS SOCIEDADES, AS CULTURAS E AS RELIGIÕES.

TODOS TROCAMOS EXPERIÊNCIAS E VALORES. TODOS NOS ENRIQUECEMOS E NOS COMPLETAMOS MUTUAMENTE. [...] VAMOS RIR, CHORAR E APRENDER. APRENDER ESPECIALMENTE COMO CASAR CÉU E TERRA, VALE DIZER, COMO COMBINAR O COTIDIANO COM O SURPREENDENTE [...]. E, AO FINAL, TEREMOS DESCOBERTO MIL RAZÕES PARA VIVER MAIS E MELHOR, TODOS JUNTOS, COMO UMA GRANDE FAMÍLIA, NA MESMA ALDEIA COMUM, GENEROSA E BELA, O PLANETA TERRA.

BOFF, Leonardo. *Casamento entre o céu e a terra*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001. p. 9.

O manual do professor, na introdução, esclarece sobre as seções didáticas que se fazem presente nos capítulos. São elas: Lendo, Analisando e Compreendendo e Registrando.

Figura 39: Introdução do manual do professor - Livro Ler e Pensar o mundo



Fonte: KLOEPPEL, 2013, manual professor, p. 05.

A partir do exposto na figura anterior, que explica a funcionalidade de cada seção, se ressalta a seção *Registrando*, que a princípio se mostra como lugar de registro de diferentes formas, foi percebido como lugar de fomento para promoção da dialogicidade, na busca por características do universo dos alunos, ora promovido pela própria consigna escrita, ora sugerida na orientação para professor em própria página. Alguns recortes a título de exemplificação:

Figuras 40: Exemplo de seção *Registrando* - Livro Ler e Pensar o mundo.



REGISTRANDO

Educador: motivar os educandos para esta atividade. A ideia é que eles se expressem apresentando, por exemplo, anúncios locais e, preferencialmente, desenhando. A valorização do universo próprio – bairro, rua, comunidade, cidade –, ou seja, do contexto próximo dos educandos, é essencial para que a aprendizagem seja realmente significativa para eles.

VOCÊ SE LEMBRA DE OUTRAS IMAGENS COMO ESSAS NO SEU DIA A DIA? NO ESPAÇO ABAIXO, DESENHE OU COLE FIGURAS DESSAS IMAGENS.

Página 8

Educador: a primeira atividade tem o objetivo de chamar a atenção dos educandos para a riqueza cultural do universo ao seu redor, representada por imagens e, principalmente, mostrar a eles que todos podem e devem se sentir leitores, pois, uma vez que identificam a mensagem de algum texto – verbal ou não verbal –, caso das imagens (que são consideradas um tipo de texto), um processo de comunicação se efetivou. Esse processo é o foco desta primeira unidade: as diferentes formas de comunicação e expressão – visual e oral – que organizam a vida em sociedade e permitem a cada um se reconhecer e se valorizar em um determinado grupo e, ao mesmo tempo, identificar-se como ser único, com desejos, percepções e visões de mundo próprias. Estimular os educandos a verbalizar suas primeiras percepções: se reconhecem as imagens, o que elas representam para eles, etc. A linguagem oral – essencial para a aquisição da leitura e da escrita – é o foco principal desta primeira atividade, a qual permitirá a você avaliar a participação espontânea dos educandos em interlocuções, que devem ser constantes no processo. É importante estimular a participação de todos, mas, ao mesmo tempo, respeitar a vontade ou não do educando de se expor diante do grupo nesse momento. Discutir com os educandos sobre o fato de que as imagens correspondem também à linguagem matemática, representada por símbolos que comunicam alguma informação. Esse tipo de imagem será bastante explorado nesta unidade, com abordagens mais direcionadas. Durante toda essa etapa, além da oralidade e das imagens, você pode também explorar outras formas de comunicação, como gestos e movimentos corporais. Nesta unidade, o foco das atividades é a comunicação, com ênfase nos diferentes registros e formas de representação, direcionando o educando não apenas para a aquisição da escrita e da leitura, mas, sobretudo, para a leitura de mundo. É importante verificar se os educandos diferenciam símbolos (placas com desenhos) e signos (números e letras), que são construídos por uma convenção social. A função social da escrita e dos números é um conhecimento que serve de base para a compreensão da escrita como código, bem como do número em suas representações: código, ordem e quantidade.

9

UNIDADE 1 COMUNICAÇÃO

Fonte: KLOEPPEL, 2013, livro do aluno, p.09.

IDENTIDADE DE GRUPO

ASSIM COMO TUDO TEM SUA IDENTIDADE, PESSOAS QUE FAZEM PARTE DE UM MESMO GRUPO TAMBÉM ACABAM CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE COLETIVA, ISTO É, TÊM CARACTERÍSTICAS QUE FAZEM DESSAS PESSOAS, JUNTAS, UM GRUPO.

NA SALA DE AULA, VOCÊ, OS OUTROS EDUCANDOS E O EDUCADOR FAZEM PARTE DE UM MESMO GRUPO. VAMOS DESCOBRIR ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DESSE GRUPO?



REGISTRANDO

1. QUANTAS PESSOAS FAZEM PARTE DA SUA SALA DE AULA? ORGANIZE A CONTAGEM REGISTRANDO UM SÍMBOLO PARA CADA PESSOA, DE ACORDO COM O QUADRO ABAIXO.

QUANTIDADE DE MULHERES	QUANTIDADE DE HOMENS
Educador: a proposta desta atividade é identificar a capacidade dos educandos de realizar a correspondência biunívoca – que consiste em atribuir a cada objeto de um conjunto um objeto de outro, e continuar assim até que um ou ambos os conjuntos se esgotem, ou seja, criar um símbolo para cada pessoa, contar um a um. Orientar os educandos no uso de símbolos para representar quantidades: ///// (risquinhos) ou OOOOOO (bolinhas), como preferirem. A intenção ao separar homens e mulheres não é que os educandos os representem com símbolos diferentes, criando representações estereotipadas para homens e mulheres, mas que organizem a contagem (facilitando-a caso a turma tenha muitos educandos) e representem as quantidades, internalizando o conceito de número como representação de quantidade (além do número como código, já explorado na unidade anterior). Os educandos podem apenas registrar com numerais, se preferirem, ou com símbolos e numerais, o que seria mais interessante. Chamar a atenção deles para que não registrem as quantidades novamente no campo "Quantidade total de pessoas", pois a quantidade já está representada acima e é necessário apenas agrupar, juntar os dois grupos (ideia aditiva): quantidade de homens + quantidade de mulheres = total de pessoas desse grupo. Mesmo que os educandos não tenham formalizado os conceitos de dezena e valor posicional do número (exploraremos na sequência), o raciocínio aditivo faz parte do cotidiano dos educandos, muitas vezes envolvendo quantidades acima de dez.	
QUANTIDADE TOTAL DE PESSOAS	



REGISTRANDO

1. Responda à questão abaixo construindo um texto para expor suas ideias baseando-se nos conhecimentos que você adquiriu sobre poluição. Depois de finalizado, leia-o para a turma.

O PROGRESSO DAS CIDADES FAZ MAL À SAÚDE?

Educador: incentivar os educandos a construir uma ideia sobre essa questão, envolvendo reflexões como: "De certa forma as cidades brasileiras ainda não foram projetadas para o progresso. Hoje, por exemplo, o fluxo de automóveis nas ruas e avenidas brasileiras é altíssimo, o que colabora para a poluição". Promover uma breve discussão sobre o assunto, mas deixar o debate maior para depois dos registros individuais. Estimular os educandos a produzir um texto argumentativo,

Fonte: KLOEPPEL, 2013, livro do aluno, p.160.



REGISTRANDO

1. NA SUA OPINIÃO, A DEMOCRACIA ESTÁ OCORRENDO VERDADEIRAMENTE NO BRASIL, NO SEU ESTADO E MUNICÍPIO? DISCUTA ESSA QUESTÃO COM O GRUPO E REGISTRE SUA OPINIÃO SOBRE O QUE ESTÁ CERTO E O QUE VOCÊ GOSTARIA DE MUDAR E POR QUÊ.

EU CONCORDO	EU GOSTARIA DE MUDAR
Educador: pedir aos educandos que se posicionem em relação ao tema em todas as instâncias: nacional, estadual e municipal. Em seguida, solicitar que registrem, individualmente, o que acham que "funciona" no País e em sua região e o que gostariam de mudar. É interessante fazer com que os educandos reflitam sobre o seu direito de "cobrar" (com argumentos coerentes) ações propostas em campanha, principalmente no município, conversando com vereadores, por exemplo. Esse é um grande exercício de cidadania. Os educandos podem constatar que, se as necessidades do povo em uma ou mais áreas não estão sendo atendidas, a democracia não está efetivamente ocorrendo. Estimulá-los para o registro espontâneo – tentativa de escrita – refletindo sobre a sonoridade e a escrita das palavras e explorando ferramentas de escrita, por exemplo: "para escrever 'promessa', o som inicial é igual a 'professor'". Se a palavra "professor" estiver escrita na sala, o educando poderá usá-la como modelo para a escrita da primeira sílaba e pedir ajuda para completar a palavra, o que você deve fazer sem necessariamente ter de soletrar. Solicitar que leiam para você o que escreveram e registrar, abaixo da escrita dos educandos, fazendo-os perceber seus "acertos" e mostrando a escrita correta das palavras, para auxiliá-los em seus futuros registros. No final da atividade, reunir os comentários dos educandos e organizar um registro coletivo.	

Fonte: KLOEPPEL, 2013, livro do aluno, p. 104.

O livro do aluno, em versão para professor, é onde se encontram, página a página, em fonte diferenciada, azul, uma série de informações e sugestões pedagógicas para supostamente corroborar com a prática de sala do educador. São informações realmente robustas a ponto de ocupar, em quase sua totalidade, os espaços em branco de cada página. Entretanto, nota-se que, em supremacia, as orientações oferecidas são de muito mais de cunho conteudista do que crítica nas dimensões sociais e políticas, visto que tais espaços poderiam se propor a discussões mais calorosas, a partir da fundamentação teórica da coleção evidenciada nas primeiras laudas. Abaixo, exemplo de página com orientações que expressam informações para o educador sobre conteúdos de história, de arte, matemáticos de percepção de forma e noções de proporcionalidade, assim como expressam princípios de educação igualitária proposto por Freire em *Pedagogia do Oprimido* que rompe com o pensamento europeu renascentista “homens da elite é a medida de todas as coisas”.

Figura 41: Página com orientações para professor - Livro Ler e Pensar o mundo.

AGORA, OBSERVE A ESCULTURA DAVI, DO ARTISTA ITALIANO MICHELANGELO. ELA REPRESENTA O PADRÃO CLÁSSICO.

Página 11
Atividades 3 e 4 – Educador: como são jovens e adultos, certamente os educandos já detêm conhecimentos de natureza diversas. Portanto, aproveitar a obra para avaliar alguns conhecimentos matemáticos: a percepção de formas e noções elementares de proporcionalidade. Por exemplo: pés e mãos grandes e cabeça pequena. Algumas análises sobre a obra destacam que essa representação “desproporcional” era uma forma de criticar o padrão estético clássico, ou seja, o do ser humano perfeito, proporcional e simétrico. Outra exploração bastante interessante é, baseando-se na explicação do que foi o Movimento Antropofágico, principalmente do seu objetivo, estimular os educandos a relacionar a explicação ao uso proposital dessas cores pela artista. A fim de fazê-los perceber que foram utilizadas três das cores da bandeira do Brasil (amarelo, azul e verde), fazer perguntas que os levem a essa percepção: Que cores foram utilizadas pela artista? O que esse conjunto de cores nos faz lembrar? Em que outra importante obra foram usadas especificamente essas cores? A intenção de Tarsila era compor um quadro sobre o Brasil e suas características, valorizando em cada detalhe a cultura nacional, nesse caso representada nas cores da bandeira do Brasil. Ainda explorando a explicação do nome: Abaixo, instigar os educandos a notar que, apesar do significado do nome, a figura não tem boca. Permitir que arrisquem hipóteses sobre o porquê desse fato.

Educador: uma das mais marcantes características do Renascimento é a valorização do ser humano em toda a sua plenitude. O Humanismo, ou Antropocentrismo, como é chamado com frequência, colocou o ser humano no centro das reflexões. Tratava-se, na verdade, de valorizar as pessoas em si, encontrar nelas as qualidades e virtudes negadas pelo pensamento católico medieval. Nesse sentido, o “homem tornou-se a medida de todas as coisas”, ou seja, aquele que servia ao ser humano passou a ser visto como bom, e o que não servia, como não bom. Essa ideia de que o ser humano é a medida de tudo foi criada pelos gregos e, como tudo o que é oriundo dessa cultura, aplicava-se à elite. Na Europa renascentista, a situação era a mesma. Parafraseando os gregos, poderíamos dizer que “o homem da elite é a medida de todas as coisas”. O Modernismo, movimento artístico e cultural que teve início com o Movimento Antropofágico (ver significado na página anterior, na orientação para a atividade 2), veio romper com esse pensamento, possibilitando que o que não fosse da elite – o popular – também fosse valorizado. Essa visão corresponde também à essência dos princípios de educação igualitária defendida por Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do oprimido*, que é um marco na educação popular. Segundo esse educador, o trabalho na alfabetização de jovens e adultos deve ser fundamentado na construção da cidadania.

passou a ser visto como bom, e o que não servia, como não bom. Essa ideia de que o ser humano é a medida de tudo foi criada pelos gregos e, como tudo o que é oriundo dessa cultura, aplicava-se à elite. Na Europa renascentista, a situação era a mesma. Parafraseando os gregos, poderíamos dizer que “o homem da elite é a medida de todas as coisas”. O Modernismo, movimento artístico e cultural que teve início com o Movimento Antropofágico (ver significado na página anterior, na orientação para a atividade 2), veio romper com esse pensamento, possibilitando que o que não fosse da elite – o popular – também fosse valorizado. Essa visão corresponde também à essência dos princípios de educação igualitária defendida por Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do oprimido*, que é um marco na educação popular. Segundo esse educador, o trabalho na alfabetização de jovens e adultos deve ser fundamentado na construção da cidadania.

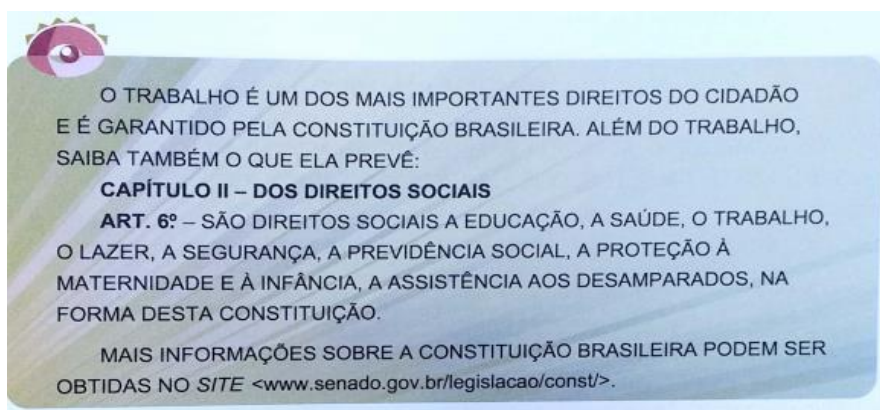
BUONARROTI, Michelangelo. Davi. 1501-1504. 1 escultura. Galeria da Academia, Florença, Itália.

MICHELANGELO BUONARROTI NASCEU NA CIDADE DE CAPRESE, EM FLORENÇA, NA ITÁLIA, EM 1475, E FALECEU EM 1564. ENTRE SUAS OBRAS MAIS FAMOSAS, ALÉM DE DAVI, ESTÃO A ESCULTURA MOISÉS (1513-1516) E A PINTURA DO TETO DA CAPELA SISTINA (1508-1512), NO VATICANO.

Vale destaque no livro, a presença aleatória de textos em destaque (quadros ou boxes), mas que cumprem uma importante discussão para formação em direitos sociais e humanos, possibilitando assim ideias sobre os direitos fundamentais, conforme afirma a professora, mestre em Educação de Jovens e Adultos, Taise Souza:

Educar em direitos humanos é a tônica para a qual a práxis pedagógica está direcionada hodiernamente. Na EJA o movimento é o mesmo, essencialmente reforçado no sentido de que cidadãos de fato e de direito são o fundamento da existência desta modalidade de ensino. Na prática exercem funções e atribuições sociais elementares a todos os processos que colaboram com a existência da comunidade: produzem renda, escolhem representantes políticos, opinam em situações das mais diversas, ainda que inconscientemente. Esse é motivo suficiente para um alinhamento entre todas as práticas e os direitos humanos, atribuindo à educação em direitos humanos a tarefa de assegurar que haja uma ponderação clara sobre direitos fundamentais e comprometimento político de cada sujeito. (SOUZA, 2017, p.62)

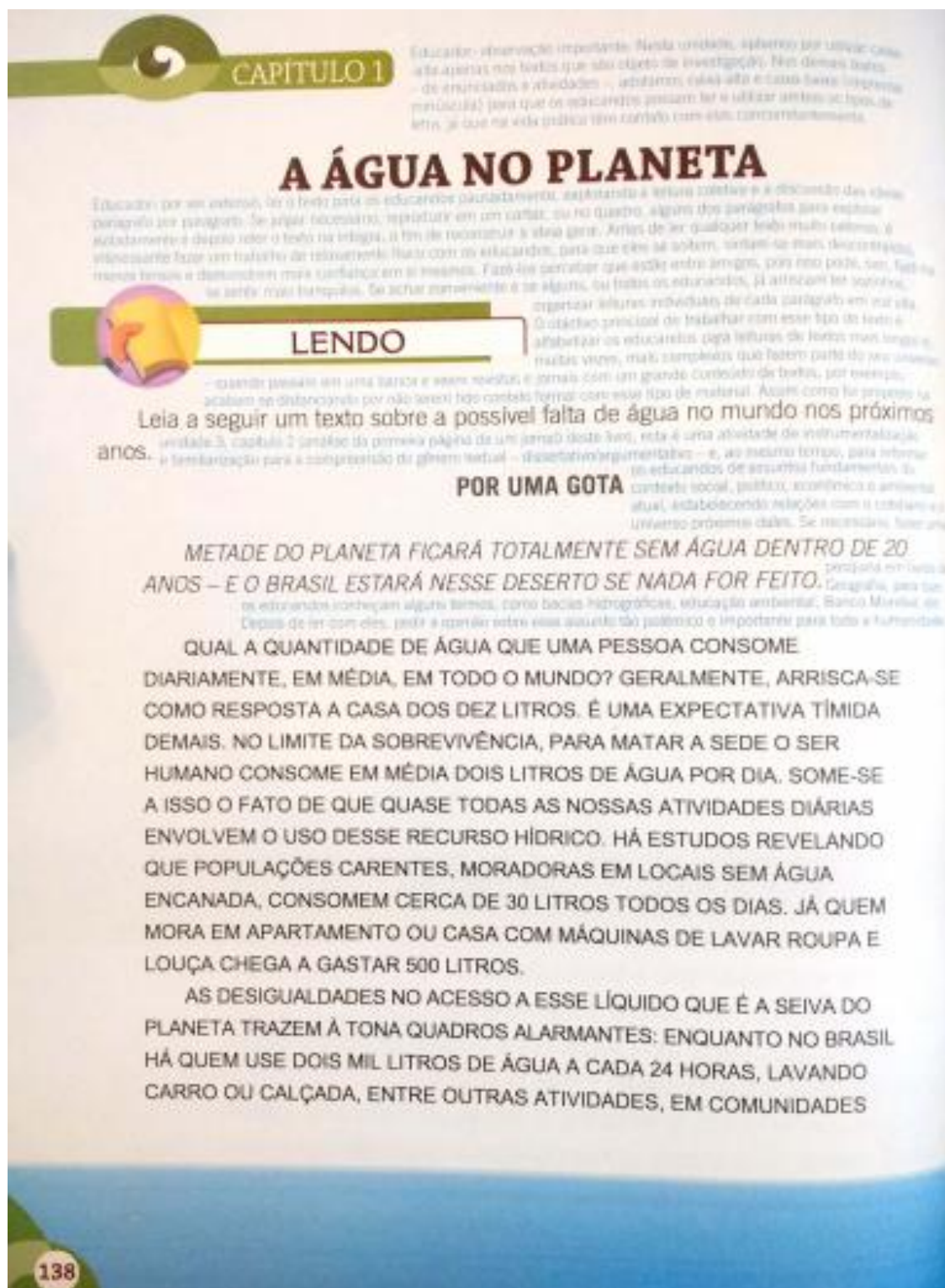
Figura 42: Boxe “um pouco mais...” - Livro Ler e Pensar o mundo.



Fonte: KLOEPPEL, 2013, livro do aluno, p. 107.

Um outro trecho relevante no livro se dá na proposta de leitura e atividades do capítulo 1, da unidade IV. O texto “Água no Planeta” realiza uma discussão sobre assuntos fundamentais do contexto social, político, econômico e ambiental, conforme o tema Vida e Ambiente, prevê relação com o cotidiano do educando, sem perder o foco na instrumentalização do código alfabético (Figura XX abaixo), pois os autores utilizam palavras do texto lido, escolhido pelo aluno para o trabalho de escrita, além do cuidado de justificar a leitura de texto grande, mas todo em caixa-alta.

Figura 43: Proposta de leitura do capítulo 1, unidade IV - Livro Ler e Pensar o mundo.



Fonte: KLOEPPEL, 2013, livro do aluno, p. 138.

Figura 44: - Proposta de atividade, do capítulo 1, unidade IV - Livro Ler e Pensar o mundo.

2. Havia no texto palavras que você não conhecia? Escolha três palavras do texto que mais lhe pareceram estranhas e procure descobrir seu significado:

Educador: ajudar os educandos a identificar as palavras que os deixaram curiosos, ou que lhes tenham causado estranhamento, e a pesquisar, no dicionário, ou em outros materiais de consulta (enciclopédias, internet), conforme a palavra. Possíveis ocorrências: "sentenciou", "eternizou", "calotas polares", "pifias".

Palavra escolhida pelo educando.

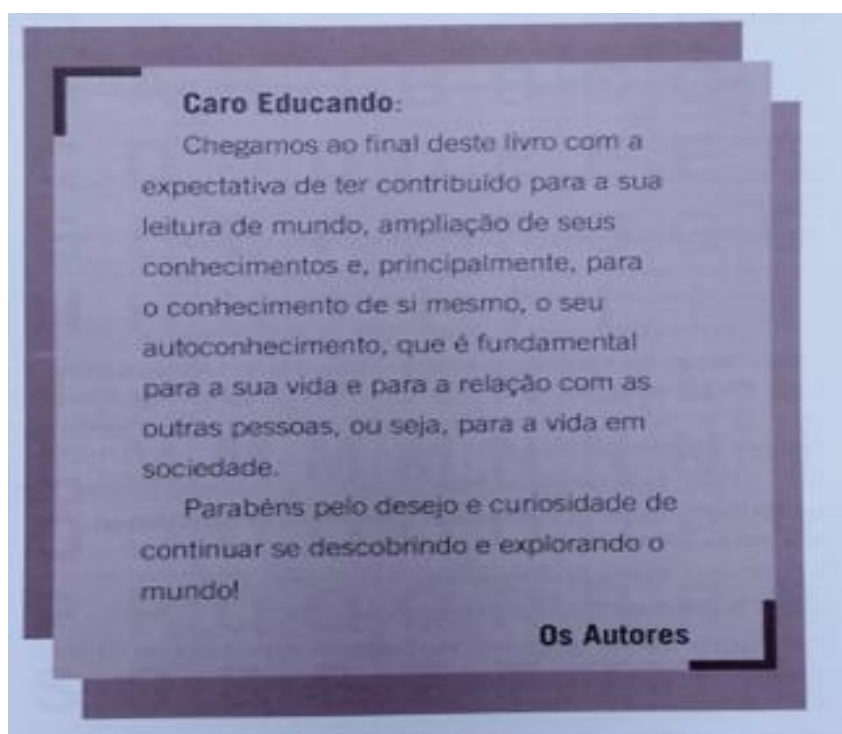
Palavra escolhida pelo educando.

Palavra escolhida pelo educando.

Fonte: KLOEPPEL, 2013, livro do aluno, p. 143.

A coleção finaliza o livro do aluno com mais uma mensagem amorosa, equivalente ao realizado no começo do material, revelando, na concepção dos autores que a educação deva ser um ato solidário, comunitário, permeado de amor, para que as pessoas possam aprender sem susto, e como o próprio Paulo Freire afirmou “A amorosidade, afetividade, não enfraquecem em nada, primeiro, a seriedade de estudar e produzir; segundo, não obstaculizam em nada a responsabilidade política e social. Eu tenho vivido a minha vida amorosamente”.

Figura 45: Mensagem para educando, encerrando - Livro Ler e Pensar o mundo.



Fonte: KLOEPPEL, 2013, livro do aluno, págs. 191.

O livro apresenta, dentre as atividades, leituras informativas, exercícios e trabalho com conteúdos curriculares, muitos momentos de práticas sugestivas para o docente alicerçadas na dialogicidade que favorecem uma educação crítica. Talvez uma exploração maior do manual do educador pudesse trazer melhores contribuições de práticas fomentadoras de direitos, já que possui uma quantidade de páginas de manual inferior em comparação ao manual de outras editoras, conforme tabela a seguir:

Quadro 6: Relação de quantitativo de páginas em cada obra estudada

Quantidade de páginas das coleções alfabetização PNLD/EJA 2014		
Coleção	Livro do aluno	Manual do professor
Alfabetiza Brasil	208	72
É Bom Aprender	208	96
EJA Moderna	207	56
Ler e Pensar o mundo	192	32
Vida Nova	208	96
Viver, aprender	208	72

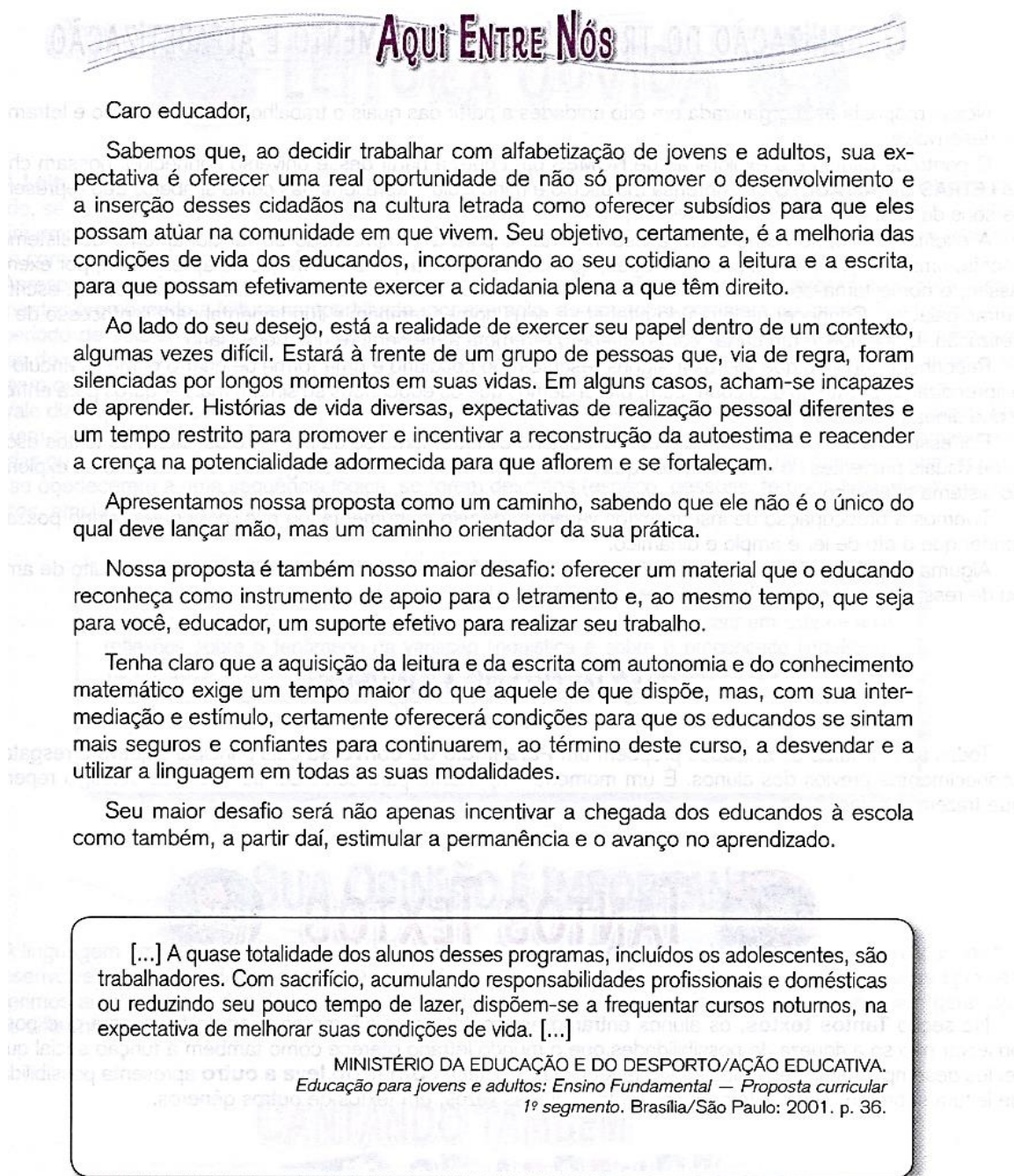
4.6. Coleção Vida Nova

A coleção Vida Nova também da FTD, tem duas autoras: Isabella Pessoa de Melo Carpaneda e Angiolina Domanico Bragança, com currículos parecidos, ambas são licenciadas em pedagogia, especialistas em administração escolar, elaboram material pedagógico e ministram cursos de formação de professor da educação infantil e fundamental, e igualmente sem descrição de experiência em Educação de Jovens e Adultos. A obra realiza o trabalho de Alfabetização e Letramento separado do da Alfabetização matemática: literalmente metade do livro do aluno pertence à uma área e a outra metade outra, o que revela uma despreocupação com o aproveitamento do contexto temático e até mesmo com a relação interdisciplinar. Tais informações desta obra se mostram de maneira similar que a outra coleção, publicada pela mesma editora FTD e analisada nesta pesquisa.

O manual do professor tem no sumário a organização que já evidencia de que a obra se dedica mais a descrever as sequências didáticas³⁷ e organização do trabalho para cada um dos campos de atuação isoladamente, do que uma formação para professor na atuação em turmas tão específicas, como são os grupos da EJA.

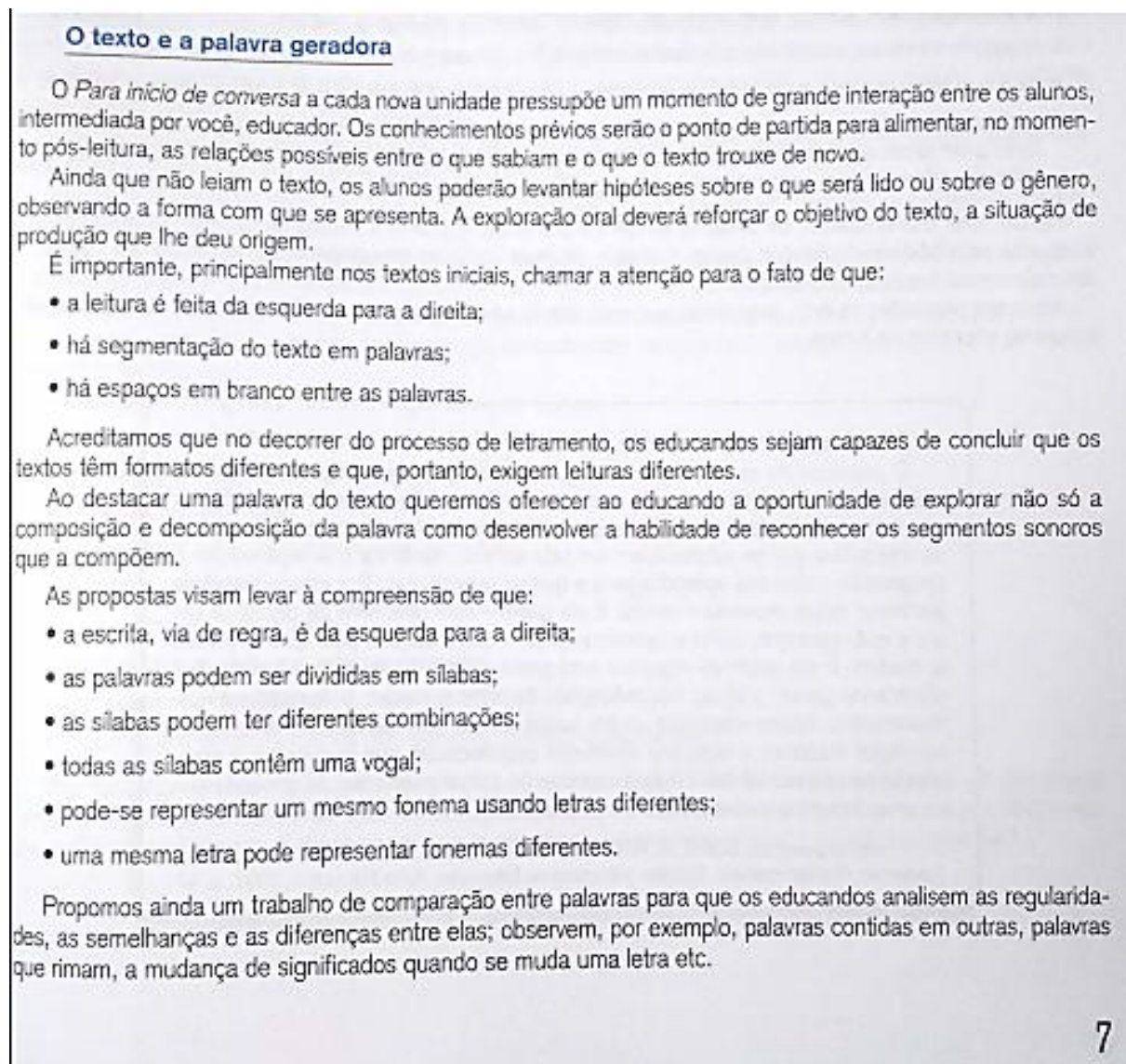
Apresenta carta ao professor no início do manual em que contextualiza a EJA e aborda alguns desafios para o educador. Nela aponta com clareza o objetivo de a obra “oferecer um material que o educando reconheça como instrumento de apoio para o letramento, ao mesmo tempo, que seja para você, professor, um suporte efetivo para realizar o seu trabalho”. A perspectiva do livro se apresenta muito mais de sistematização para a alfabetização e letramento, sem um subsidio de formação para vida. Ainda mais porque o manual do professor não faz nenhuma referência a documentos nacionais ou internacionais atuais de referência para a Educação de Jovens e Adultos, como os sistematizados após as CONFINTEAS V e VI, e ou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Também, como objeto-foco desta pesquisa, não há citação a princípios freireanos, nem fundamentação teórica de apoio uma formação dialógica e crítica.

37 Sequências didáticas no texto refere-se à forma como as editoras falam da sequência de propostas de trabalho dos livros didáticos.

Figura 46: Carta ao professor – Coleção Vida Nova

Fonte: CARPANEDA, 2013, manual professor, p. 03

Há, no manual, um trecho que aborda sobre o uso de temas geradores, mas novamente o uso se restringe somente à exploração de palavras no trabalho com códigos alfabéticos como códigos no trabalhado texto, ou seja, usa o termo “palavra geradora” para retirar uma palavra do texto e usar para entendimento do processo de composição e decomposição de palavras. Além disso, não faz referência à teoria feiriana.

Figura 47: Texto do manual do professor – Coleção Vida Nova

Fonte: CARPANEDA, 2013, manual professor, p. 03

Os momentos, pontuais, possíveis de dialogicidade para construção de um entendimento da realidade social, política, ética, humana no livro se encontram em seções como estas da figura a seguir.

Figura 48: Seções destaque – Coleção Vida Nova

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Todas as aberturas de unidades propõem um **Para início de conversa** cujo principal objetivo é resgatar os conhecimentos prévios dos alunos. É um momento importante para conhecer as vivências deles, o repertório que trazem consigo.

SUA OPINIÃO É IMPORTANTE

A linguagem oral também é contemplada na seção **Sua opinião é importante**, na qual o principal objetivo é desenvolver a capacidade de o aluno argumentar, selecionando informações que justifiquem suas opiniões. Sugerimos ampliar as oportunidades desse momento, utilizando situações do cotidiano que possam gerar opiniões diferentes.

FIQUE POR DENTRO

A seção **Fique por dentro** procura ampliar a percepção que o aluno possa ter em relação ao ato de ler. Ao longo do processo de letramento, ele deve perceber que a leitura tem diferentes objetivos: ler para buscar informações, para seguir instruções ou como forma de lazer.

É sempre bom lembrar que sempre se lê com algum propósito. Ensinar aos educandos a ler com diferentes objetivos vai levá-los, com o tempo, a colocar objetivos de leitura que lhes interessem e que sejam adequados.

Fonte: CARPANEDA, 2013, manual professor, p. 03

Apesar do livro apresentar seções como as colocadas anteriormente que favorecem momentos de reflexão e de possível posicionamento crítico do aluno, no manual do professor não se apresentaram sugestões que pudessem ampliar as discussões iniciadas na página. Como exemplo, seguem páginas abaixo, com a seção *Fique por Dentro* que traz uma atenção à formação em respeito aos direitos humanos – A conquista de relações de igualdade pelas mulheres. Mas, conforme Mello:

(...) entende-se que a educação em direitos humanos não pode se restringir a trabalhos esporádicos ou atividades sazonais cujas temáticas aparecem de forma plástica e superficial nas culminâncias de exposições e eventos. O caminho é fazer com que estejam presentes de maneira permanente nos currículos escolares de maneira interdisciplinar (MELO FILHO, 2015, p. 37)

Figuras 49: Seções destaque – Coleção Vida Nova

FIQUE POR DENTRO

O TEXTO ABAIXO INFORMA ALGUMAS CONQUISTAS DAS MULHERES. DE QUE CONQUISTAS VOCÊ ACHA QUE O TEXTO VAI TRATAR? ACOMPANHE A LEITURA DO PROFESSOR. DEPOIS COMENTE QUE INFORMAÇÕES VOCÊ TOMOU CONHECIMENTO POR MEIO DESTA LEITURA.

CONQUISTAS DAS MULHERES

- 1809 – SURTIU O PRIMEIRO COLÉGIO DESTINADO A MENINAS.
- 1879 – AS MULHERES PASSARAM A TER O DIREITO DE CURSAR UMA FACULDADE COM A PERMISSÃO DOS PAIS, OU, SE CASADAS, DOS MARIDOS.
- 1932 – AS MULHERES CONQUISTARAM O DIREITO DE VOTAR E DE SE CANDIDATAR.
- 1962 – AS MULHERES CASADAS PODIAM VIAJAR E TRABALHAR FORA SEM A AUTORIZAÇÃO DO MARIDO.
- 1970 – UMA ONDA FEMINISTA TOMOU CONTA DO PAÍS. MUITAS MULHERES LUTARAM CONTRA AS DIVERSAS FORMAS DE OPRESSÃO POLÍTICA E SOCIAL.

HOJE AS MULHERES SÃO DONAS DE SEU DESTINO. MAS AINDA HÁ MUITO A CONQUISTAR: O FIM DA EXPLORAÇÃO SEXUAL, DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DA DISCRIMINAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

FONTE DE PESQUISA: SÉCULO XX – MULHER CONQUISTA O BRASIL. RIO DE JANEIRO: APRAZIVEL EDIÇÕES, 2007.

Vejam nas Orientações para o educador sugestões de atividades complementares.



1932. Fotografia: Iconographia

A MULHER COMEMORA O DIREITO DE VOTAR E SER VOTADA.



CURSO DE ECONOMIA DOMÉSTICA NO SENAI, EM 1946.

96

Fonte: CARPANEDA, 2013, livro do aluno, p. 96.

FIQUE POR DENTRO

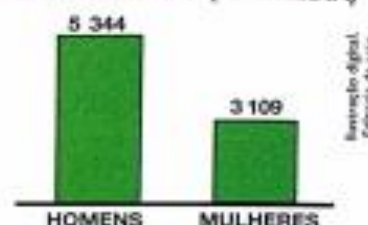
SAEM ELES, ENTRAM ELAS

NOS ÚLTIMOS ANOS, AS EMPRESAS ESTÃO SUBSTITUINDO OS EMPREGADOS HOMENS COM NÍVEL SUPERIOR POR MULHERES. MOTIVO: ELAS GANHAM MENOS.

VEJA O GRÁFICO COMPARATIVO.



SALÁRIO DE UM EMPREGADO COM DIPLOMA UNIVERSITÁRIO (EM MÉDIA)



FONTE DE PESQUISA: BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE), SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO (SPPE), DEPARTAMENTO DE EMPREGO E SALÁRIO (DES), COORDENAÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICAS DO TRABALHO (CGET), RAIS_2010_TABELAS.PDF, DISPONÍVEL EM: <<http://portal.mte.gov.br/rais/principais-tabelas.htm>>, ACESSO EM: 24 NOV. 2012.

PARA CALCULAR A MÉDIA, NESTE CASO, DIVIDIMOS A SOMA DOS SALÁRIOS DAS PESSOAS PESQUISADAS PELA QUANTIDADE DE ENTREVISTADOS.

DE ACORDO COM OS DADOS DO GRÁFICO, RESPONDA:

- COMPARE O SALÁRIO DOS HOMENS COM O SALÁRIO DAS MULHERES. QUAL É A FRASE VERDADEIRA?
 - O SALÁRIO DOS HOMENS É, EM MÉDIA, MAIS QUE O DOBRO DO SALÁRIO DAS MULHERES.
 - O SALÁRIO DOS HOMENS É, EM MÉDIA, QUASE O DOBRO DO SALÁRIO DAS MULHERES.
- EM MÉDIA, QUAL É A DIFERENÇA, EM REAIS, ENTRE OS SALÁRIOS DOS HOMENS E DAS MULHERES DESSA PESQUISA? 2.235 reais.
- ORAL** COM UM COLEGA, CONVERSE E DISCUTA: POR QUE AS MULHERES COM DIPLOMA UNIVERSITÁRIO GANHAM, EM GERAL, MENOS QUE OS HOMENS COM DIPLOMA UNIVERSITÁRIO PARA REALIZAR O MESMO TRABALHO?

Resposta possível: Destaque a importância do conhecimento matemático para que os educandos possam se posicionar criticamente em relação a questões como essa.

(Fonte: CARPANEDA, 2013, livro do aluno, p. 162)

O livro do aluno possui a de organização 8 unidades em Linguagem e 4 unidades para matemática. Tais unidades começam geralmente com a seção *Para início de conversa*, o que sugere a oportunidade para um ação dialógica sobre um tema transversal.

Figuras 50: Imagens do livro do aluno e as orientações para professor – Coleção Vida Nova

UNIDADE 1

HISTÓRIAS DE VIDA

É importante que os alunos interajam com textos reais presentes no cotidiano, textos que tenham um conteúdo significativo e, por isso, cumpram alguma função social. Vale ressaltar que a leitura começa pela tomada de consciência de que um texto comunica algo, ou, pelo menos, que apresenta, se pode ter uma ideia do seu conteúdo e que é possível estabelecer relações entre o que está escrito e as experiências de cada um. No início do processo, lê-se os textos em voz alta para os alunos e promovem situações de conversa sobre certas estratégias que facilitam a leitura. Uma estratégia de leitura, por exemplo, é fazer previsões sobre o que está escrito.

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Além disso, para pessoas que não têm o domínio da linguagem escrita, uma primeira aprendizagem é observar como os textos se apresentam e perceber qual essa apresentação tem relação com o conteúdo (poemas estão organizados em versos, a receita tem um “desenho” específico etc.). Tomar consciência desses aspectos ajuda os alunos a preverem o que está escrito.

1. OBSERVE O CARTAZ A SEGUIR.

FORMANDOS DA EJA – TURMA 2012

 CALÊ SANTOS	 DIANA ROCHA	 EVA MENDES	 IVO MELO
 JOÃO CORREA	 JOÃO NETO	 LIA SILVA	 MARIA CORRÊA
 NÁDIA SILVEIRA	 OMAR REIS	 PAULO DANTAS	 ROSA SILVEIRA

Antes de iniciar o trabalho com os textos, faça uma leitura privada, pense como irá apresentá-los aos alunos, como trabalhará os títulos, as partes, o que será preciso comentar sobre os autores etc. É preciso verificar se os alunos conhecem os temas, se há conceitos ou explicações necessárias para facilitar a compreensão do que está escrito. Finalmente, prepare sua leitura em voz alta, cuidando da entonação e do ritmo, o que facilitará também a compreensão dos alunos.

ORAL 2. RESPONDA.

A) QUAL A FINALIDADE DESSE CARTAZ?
Chamar a atenção sobre o curso e apresentar alunos que o concluíram.

B) ONDE ELE PODERIA SER FIXADO?
Provavelmente no espaço onde o curso foi ministrado.

Fonte: CARPANEDA, 2013, livro do aluno, p. 08.

Disponha o texto em círculo e inicie a atividade comentando que a leitura de jornal é comum para muitas pessoas. Estimule os alunos a discutir quais jornais circulam na cidade onde moram. Antes de iniciar a leitura, desafie os alunos a localizarem o título da notícia e levantarem hipóteses sobre o assunto que a notícia vai tratar. Se julgar oportuno, comente que as matérias jornalísticas são assinadas por alguém. Desafie-os a localizar o nome da pessoa que a escreveu.

TANTOS TEXTOS

É fundamental estimular a turma a justificar as respostas. É importante levar os alunos a perceberem que o título é sempre escrito com destaque, em letras maiúsculas e correlação ao restante do texto. Aproveite a oportunidade de chamar a atenção da turma para a parte que conta resumidamente o fato que está tratando.

OUÇA A LEITURA DE UMA NOTÍCIA DE JORNAL CUJO TÍTULO É ALMAS ILUMINADAS.

Informe aos alunos que o texto abaixo do título recebe o nome de **leia**, **intertítulo** ou **subtítulo** e, em geral, trata de duas a cinco linhas. Comente que as pessoas, geralmente, leem o título e o subtítulo de uma notícia ou reportagem para escolher que matérias lhes interessam. Leia, nas Orientações para o educador, esta notícia na íntegra.

ALMAS ILUMINADAS

Aprender a ler, para João e Maria, que celebram bodas de ouro este ano, é ver melhor a vida.

MARCELO ABRU
DA EQUIPE DO CORREIO

Em fevereiro, Maria Gomes de Jesus foi renovar a carteira de identidade do idoso. Queria uma foto mais recente. Lá, o atendente não teve paciência com a demora da mulher em assinar o nome. Ela havia errado a segunda cédula. Não conseguia escrever o sobrenome Gomes. Irritado, o rapaz lhe disse, em alta voz: "Não tenho tempo para ficar à disposição da senhora. Se não sabe escrever, não posso fazer nada. Tem muita gente esperando para ser atendida". Nervosa, ela não deu conta de assinar o nome inteiro. Com letra desalinhada, escreveu apenas Maria de Jesus. Era o que sabia.

A mulher de 66 anos saiu daquele lugar em lágrimas. A vergonha de não saber escrever o próprio nome lhe corroeu. Humilhou-a. Foi dor de doer na alma. O marido de 71 anos, que havia ido junto, consolou-a. Em silêncio, abraçou-a e compreendeu a desolação da mulher.

Nesse dia, nem vontade de cozinhar ela teve. Ele a compreendeu. Maria Gomes



ELE, COM 71 ANOS; ELA, COM 66. DESCOBRIRAM COM AS PALAVRAS UM NOVO SENTIDO PARA A VIDA: FIM DA HUMILHAÇÃO E RESGATE DA CIDADANIA.

de Jesus e João Gomes Brasil não sabiam ler nem escrever.

Essa história é a síntese da vontade de uma mulher em mudar a vida. Mesmo depois de tanta vida vivida. E de como a indignação pode se transformar em salvação. Maria se salvou. E o fez por meio das próprias mãos, ainda incrédulas ao pegar o lápis e ver o que é capaz de fazer. E levou João para a mesma experiência. Foi a melhor catarse de suas vidas. "Tô me sentindo uma menininha, de tanta alegria", exulta ela. Ele deixa escapar: "Quando a gente não sabe as coisas, é como se o mundo se fechasse. Aprender a ler mudou nossa vida pra melhor". [...]

CORREIO BRAZILIENSE, BRASÍLIA, 30 MAIO 2007.

Fonte: CARPANEDA, 2013, livro do aluno, p. 08.

No manual do professor, as orientações que estão diretamente relacionadas às páginas destacadas, são exclusivas 'para o trabalho com a escrita do nome, sem fomento para debate da trajetória de vida dos alunos, ou outras questões pertinentes ao sujeito.

Figuras 51: Imagens do livro do aluno e as orientações para professor – Coleção Vida Nova

ANOTAÇÕES ESPECÍFICAS – LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

UNIDADE 1

ALMAS ILUMINADAS

Aprender a ler, para João e Maria, que celebram bodas de ouro este ano, é ver melhor a vida.

MARCELO ABREU
DA EQUIPE DO CORREIO

Em fevereiro, Maria Gomes de Jesus foi renovar a carteira de identidade do idoso. Queria uma foto mais recente. Lá, o atendente não teve paciência com a demora da mulher em assinar o nome. Ela havia errado a segunda cédula. Não conseguia escrever o sobrenome Gomes. Irritado, o rapaz lhe disse, em alta voz: "Não tenho tempo para ficar à disposição da senhora. Se não sabe escrever, não posso fazer nada. Tem muita gente esperando para ser atendida". Nervosa, ela não deu conta de assinar o nome inteiro. Com letra desalinhada, escreveu apenas Maria de Jesus. Era o que sabia.

A mulher de 66 anos saiu daquele lugar em lágrimas. A vergonha de não saber escrever o próprio nome lhe corroeu. Humilhou-a. Foi dor de doer na alma. O marido de 71 anos, que havia ido junto, consolou-a. Em silêncio, abraçou-a e compreendeu a desolação da mulher.

Nesse dia, nem vontade de cozinhar ela teve. Ele a compreendeu. Maria Gomes de Jesus e João



Foto: Paulo Roberto

sentindo uma menininha, de tanta alegria", exulta ela. Ele deixa escapar: "Quando a gente não sabe as coisas, é como se o mundo se fechasse. Aprender a ler mudou nossa vida pra melhor".

Primeiros passos

Maria chamou o marido e, juntos, foram à Faculdade Jesus Maria José, perto da casa onde moram e se matricularam em uma turma voluntária para educação de jovens e adultos.

No dia 27, finalmente, as aulas começaram.

Maria e João deram os primeiros passos para o melhor dia dos últimos tempos de suas vidas.

Revolução de vidas

Quatro meses depois, Maria faz planos de chegar à primeira série. Depois à segunda, à terceira... Adora português. A letra, cada dia, fica mais redonda, mais firme. E aprendeu a ler, o maior desejo. Folheou a Bíblia e extasiou-se com passagens que antes não entendia nada. João é bom de matemática. É rápido, astuto. Ajuda a mulher nas contas. "A letra dela é melhor que a minha", admite ele. Ela o elogia: "Ele faz conta sem errar nada".

Correio Brasiliense, 30 maio 2007.

Nomes da turma – página 10

Os nomes dos educandos são a peça-chave para o início da compreensão do sistema de escrita. São uma fonte preciosa de informação para quem está aprendendo a ler e a escrever.

Por meio dos nomes é possível apresentar o alfabeto, analisar a estabilidade das letras na escrita das palavras, isto é, que uma palavra é escrita sempre da mesma maneira, com as mesmas letras e na mesma ordem. Além disso, os alunos poderão usar a escrita do seu nome e do nome das colegas na escrita de outras palavras.

Ex.: A palavra **Bolo** começa com o **B** da **BERENICE**.

Independentemente de suas experiências de leitura e escrita, os alunos podem, em pouco tempo, ler o seu próprio nome e o dos colegas a partir de índices, como a letra inicial, a letra final ou partes do nome.

É importante que a lista com os nomes deles esteja presente na sala, organizando o cotidiano: nos objetos pessoais, no mural, nos trabalhos, nos desenhos etc.

10

Durante a produção da lista de nomes da turma, leia em voz alta cada um deles e estimule os alfabetizandos a falarem o nome da letra inicial. Só então peça-lhes que marquem com caneta hidrográfica amarela a primeira letra de cada nome.

É fundamental que a lista com os nomes fique exposta na sala, em local visível, em letra de forma e em letra cursiva, tendo a primeira letra dos nomes destacada em outra cor.

Planeje situações nas quais os alunos utilizem os nomes não só como referência para a escrita de outras palavras como também para analisarem suas partes e pensarem sobre o funcionamento do sistema de escrita.

Promova a análise do seu e de outros nomes quanto à composição silábica e às letras usadas para escrevê-los. Muitos jovens e adultos que nunca foram à escola sabem escrever o nome. Isso não significa que saibam reconhecer as letras ou os sons que cada letra representa. Muitos aprendem o desenho das letras, decoram a sequência que compõe o nome, mas não identificam cada parte do que escrevem. Esse trabalho de análise deve ser iniciado ou dinamizado com a sua orientação.

Seguem algumas sugestões para o trabalho com os nomes.

Alfabeto móvel

O alfabeto móvel é um recurso importante para auxiliar o aluno a lidar com suas hipóteses de escrita. É interessante que cada aluno confeccione o seu e guarde-o em envelope para ser utilizado sempre que for necessário.

Com ele os alunos poderão compor o próprio nome, o nome de um colega, o nome do pai, da mãe, de um filho etc. A cada nome, propor, por exemplo, que contem o número de letras ou o número de vogais; poderão soletrar as letras e, dessa forma, garantir que decorem os nomes das letras.

Poderão estabelecer relações dos nomes dos alunos com outros nomes que iniciam com a mesma letra (Laura, Lucas, Lino...); ou nomes que iniciam com o mesmo som (Júlia, Júlio, Jucelino...); ou que têm o mesmo número de letras (Ana, Ada, Eva); os que têm outros nomes (Mariana – Ana, Maria) ou ainda que terminam com mesmo som (João, Sebastião).

Lista de nomes da turma

Proponha diferentes formas de organização da lista da classe, separando, por exemplo, nomes dos homens e das mulheres; nomes com maior número de letras, ou os que começam com vogal, separados dos que começam com consoante etc. Pode ainda propor que montem a lista em ordem crescente ou decrescente de idade da turma. Assim estaríamos aplicando algumas noções de matemática não só em relação ao número inteiro de anos como também a medição em meses, caso haja pessoas que nasceram num mesmo ano, porém em meses diferentes.

Jogos e brincadeiras

Forca

- 1º) Divida a classe em duas equipes.
- 2º) Escreva na lousa a primeira e a última letra do nome de um aluno da turma. O intervalo entre essas letras deverá ser preenchido com traços, um para cada letra.
- 3º) Cada equipe, na sua vez, vai tentar adivinhar as letras que faltam para compor o nome.
- 4º) A medida que cada letra ditada pelo adivinhador não corresponder a nenhuma letra do nome escolhido, uma parte do corpo será desenhada na forca. Será vencedora a equipe que conseguir descobrir primeiro o nome escrito na lousa.

Jogo dos nomes (bingo)

- 1º) Prepare cartelas com oito nomes em cada uma.
- 2º) Distribua as cartelas entre os participantes.
- 3º) Sorteie e leia um nome de cada vez. Quem tiver na cartela o nome sorteado, marcará o nome com feijão ou outro material.
- 4º) Será vencedor quem preencher primeiro a cartela inteira.

Quem sou eu?

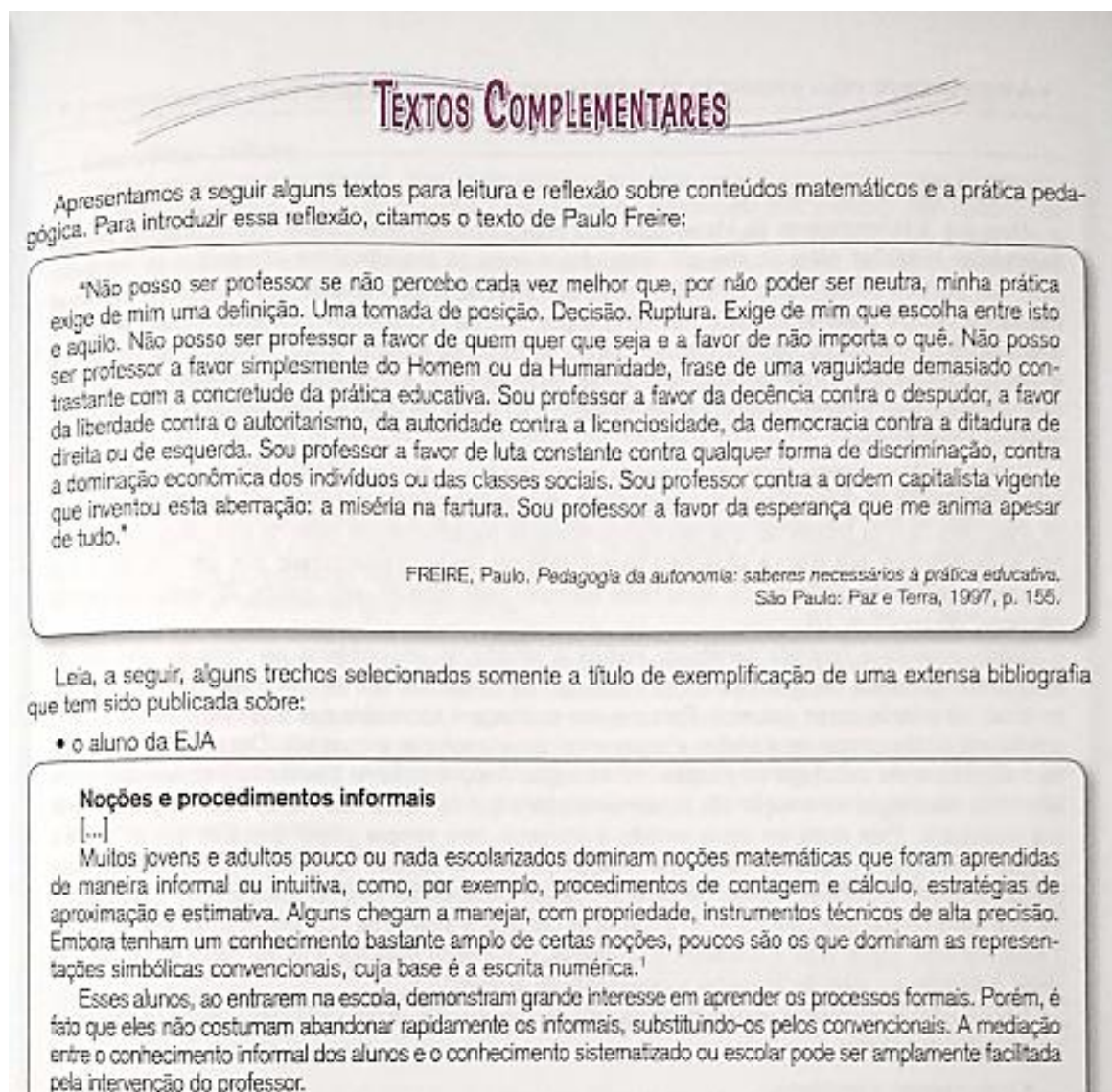
O objetivo do jogo é descobrir o nome que está na cartela seguindo as pistas fornecidas.

- 1º) Em uma cartela, escreva o nome de um aluno.
- 2º) Por meio de perguntas, pistas dadas por você, os alunos deverão descobrir de quem é o nome. Por exemplo: "o nome começa com J"/ "o nome é composto por oito letras"/ "a última letra desse nome é A" etc.

Durante a atividade, analise as possibilidades considerando a composição dos nomes dos alunos.

O livro, finalizando o manual do educador e talvez como forma de explanar uma exigência do edital de avaliação dos livros inscritos pela editora sobre o manual contexto parte de contributiva de formação de professor, apresenta uma sequência de textos segregados sobre a educação, a exemplo: noções e procedimentos informais, resolução de problemas, O que pensam os brasileiros sobre índios brasileiros, Identidade e Diversidade, Fundamentos de avaliação em EJA, Projeto político-pedagógico e o currículo, e um inicial, mas sem título que é um trecho copiado do Livro Pedagogia da Autonomia. Há de se crer que os textos sejam colaboradores de uma leitura informativa para professor, entretanto sem um elo de discussão, sem uma fundamentação teoria comum, tais leituras pouco contribuem para o profissional envolvido nas turmas de EJA.

Figura 52: Textos complementares – Coleção Vida Nova.



Fonte: CARPANEDA, 2013, manual professor, p. 79.

4.7. Coleção Viver, Aprender

Três autoras assinam a autoria da Coleção Viver, Aprender da Editora Global. Maria Amábile Mansutti, licenciada em pedagogia e autora de materiais didáticos de matemática; Mércia Mendonça, doutora em Linguística e autora de materiais didáticos em EJA; e Jordana Thadei, mestre em Linguística, professora da EJA e formadora de professores para ensino da língua materna. Elas escolheram iniciar o livro do aluno com uma mensagem para o educando, colocando o objetivo do livro e de maneira bastante amorosa deseja: “Esperamos que você possa ampliar seus conhecimentos sobre a realidade que o cerca, que possa cuidar melhor de si, dos outros e do lugar onde você vive (...)”. Também trazem carta para educador, no começo da parte exclusiva do manual para professor, que se mostra num diálogo mais

distante da que construída para o aluno, mas coloca a função do livro, seu objetivo, enfatizando a promoção do diálogo entre os sujeitos em sala de aula e visa a formação de alunos autônomos e críticos. Também afirmam que o uso de temas, a partir do universo do aluno, favorece o debate. É exatamente o que foi descrito na mensagem que se busca encontrar na sequência didática do livro.

Figuras 53: Mensagem para educando e para educador - Livro Viver, Aprender.



Caro aluno, cara aluna,

O livro que você está recebendo agora vai ajudá-lo a conhecer mais o mundo da escrita e dos números. Além disso, permitirá saber mais sobre assuntos que dizem respeito à vida de todos nós, como o trabalho, a literatura, os conhecimentos científicos, a riqueza cultural brasileira, os meios de comunicação e muitos outros.

Este livro foi feito para pessoas jovens e adultas que, como você, desejam continuar aprendendo por toda a vida. Mas, para isso, é preciso que você use o que já sabe, os conhecimentos que construiu ao longo da sua vida pessoal e profissional. No começo, pode parecer difícil, mas se arrisque, tente e persista diante das dificuldades.

Para acompanhar suas aprendizagens, este volume traz histórias de vida, provérbios, notícias, fotografias, trovas, gráficos, letras de canção, poemas, cadastros, e muitos outros textos. Os textos e os assuntos tratados no livro estão ligados ao que acontece a nossa volta e trazem informações que você pode passar a conhecer.

A partir desses textos e temas, as atividades nesta obra procuram ajudá-lo a refletir e a chegar a novas conclusões. Pouco a pouco, com a ajuda de colegas e professores, fazendo pesquisas, você será cada vez mais capaz de lidar com a leitura, a escrita, a matemática e com os assuntos que interessam aos cidadãos no seu cotidiano. Ouvindo, falando, lendo, escrevendo, experimentando, pensando, pesquisando e trocando ideias, você vai aprender ainda mais.

Esperamos que você possa ampliar seus conhecimentos sobre a realidade que o cerca, que possa cuidar melhor de si, dos outros e do lugar onde você vive. Os conhecimentos novos que você vai elaborar nessa etapa de estudo serão motivo de alegria e satisfação para você e para todos que torcem pelo seu sucesso. Você terá alcançado grandes conquistas e um direito que é de todos: o direito a uma educação de qualidade.

Bom trabalho, bom estudo!
As autoras

Fonte: THADEI, 2013, p. 03 e 03 (manual do professor)

Prezado educador,

Formar, formar-se; alfabetizar, alfabetizar-se. Tais tarefas, complementares e contínuas, são o ponto de partida desta obra, que dirigimos aos sujeitos da EJA na fase inicial de escolarização.

O intuito maior é contribuir para que os alunos desta modalidade de ensino ampliem sua participação nas práticas sociais letradas, aquelas em que a leitura e a escrita têm papel fundamental, tornando-se cada vez mais autônomos e críticos para decidir e intervir em sua realidade.

Para isso, investimos no fato de que os alunos mobilizam e reelaboram os seus conhecimentos, com as mediações adequadas, por meio do diálogo com os colegas, com você, educador, e com o material didático. O objetivo é contribuir para que eles ampliem as capacidades e habilidades – matemáticas, de leitura, de análise linguística, de produção oral e escrita – exigidas para avançar na escolaridade e para participar, com autonomia, de práticas culturais variadas e valorizadas socialmente.

A obra oferece possibilidades para que alunos jovens e adultos possam transitar no mundo da escrita, apropriando-se do sistema de escrita alfabética (SEA) e dos conhecimentos matemáticos e experienciando práticas de letramento semelhantes às que vivenciam(rão) fora do ambiente da educação formal. Os temas, gêneros de texto e atividades propostos, partindo do que os alunos já conhecem e considerando as experiências pessoais e profissionais dos jovens e adultos, favorecem a apropriação de novos saberes, a apreciação, a crítica e o debate, além de oferecerem ferramentas para que os alunos continuem aprendendo.

Esperamos também que as propostas, informações e orientações didáticas constantes deste material didático contribuam para que você amplie seus conhecimentos e reflita sobre suas práticas educativas, aprimorando-as continuamente, (trans)formando-se ao formar.

As autoras

O sumário do manual do professor fornece elementos para algumas reflexões, pois, distintivamente de outras coleções que emergem em considerações sobre o histórico, conjuntura e projeções da EJA no Brasil, esta coleção não realiza este trabalho, focando na estrutura, pressupostos e orientações quase que exclusivamente acerca do processo de aquisição do sistema alfabético.

Traz longa explanação sobre pressupostos da Língua Portuguesa, sobre a alfabetização, linguagem e aprendizagem; apropriação do sistema de escrita alfabética (SEA), com os métodos mais utilizados na história, notas sobre a psicogênese da língua escrita e a importância da consciência fonológica na alfabetização. Mostra-se, portanto, como um

esmerado material contributivo para formador alfabetizador. Entretanto, como a análise dessa pesquisa busca a formação do alfabetizador nas obras didáticas, mas numa perspectiva Libertadora, nota-se que a coleção, em momento nenhum do manual do professor, cita princípios de dialogicidade ou criticidade de bases freirianas.

Em parte do texto sobre pressupostos gerais da obra, deixa a possibilidade de fundamentação da EJA para transformação da realidade social. Entretanto, na observação da sequência didática do livro do aluno, há poucos espaços para reflexão crítica, pois o cerne do ideal da coleção está instrumentalização do professor sobre a trajetória da aquisição alfabética, mostradas nos exemplos de páginas a seguir.

(...) Este material didático busca possibilitar participação do aluno em situações nas quais a leitura, a escrita e o domínio dos números são necessários , ajudando-o também a refletir a respeito da organização de nosso sistema de escrita, das funções sociais da escrita e das habilidades matemáticas (...) O objetivo maior é contribuir para ampliação e a construção de habilidades e capacidades que **possibilitem ao aluno a transformação de si mesmo como sujeitos e a ampliação de suas possibilidades de intervir na realidade**, seja em âmbito mais restrito ou mais amplo. (THADEI, 2013, p. 09 – Grifos da pesquisa).

Figuras 54: Páginas exemplo do trabalho com gêneros textuais e prática direta da língua escrita - Livro Viver, Aprender.

Capítulo 2

VOCÊ JÁ TEM CADASTRO?

Para este capítulo, será necessário trazer para a sala de aula conta de água, de luz, de telefone ou outro documento em que conste o endereço dos alunos, para a produção textual; cartões com duas cores diferentes, de 5 cm de lado para construir um gráfico coletivo, lápis de cor ou canetas coloridas. Planeje-se e ajude os alunos a se organizarem.

SE VOCÊ JÁ COMPROU PARCELADO, SE JÁ ENTROU EM UM EDIFÍCIO COMERCIAL OU SE JÁ PROCUROU EMPREGO EM UMA EMPRESA, CERTAMENTE JÁ PRECISOU FAZER UM CADASTRO E, TAMBÉM, JÁ OUVIU O ATENDENTE PERGUNTAR:

“VOCÊ JÁ TEM CADASTRO AQUI?”

O CADASTRO É O REGISTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE CLIENTES, FORNECEDORES, PRESTADORES DE SERVIÇOS ETC.

Convide voluntários a lerem a pergunta ao lado. Esclareça que ela está relacionada aos cadastros e que é comum a ouvirmos em locais onde a realização de um cadastro o primeiro passo para uma série de ações. Apresente outras informações que achar importantes para a leitura do aluno.

EM RODA

CONVERSE COM SEUS COLEGAS E PROFESSOR SOBRE AS QUESTÕES:

- VOCÊ JÁ FEZ ALGUM CADASTRO? EM QUE SITUAÇÃO?
- O CADASTRO FOI PREENCHIDO À MÃO OU FOI DIGITADO EM MÁQUINA DE ESCRIVER OU COMPUTADOR? QUE INFORMAÇÕES FORAM SOLICITADAS?
- TODO CADASTRO SOLICITA O MESMO TIPO DE INFORMAÇÃO? POR QUÊ?
- PARA QUE SERVE UM CADASTRO?

Observe as diferentes situações de realização de cadastros: garantia de vagas em escolas, procura de emprego, abertura de conta em banco, solicitação de benefícios governamentais, abertura de conta na internet (e-mail) etc. Ressalte a importância da legibilidade das informações. Converse sobre os diferentes dados (pessoais e/ou profissionais) solicitados nos diversos cadastros. Ajude os alunos a identificarem a função do cadastro: identificar e localizar cadastrados.

PARA LER

A SEGUIR VOCÊ VERÁ UMA FICHA CADASTRAL OU CADASTRO DE EMPREGOS DISPONÍVEL NA SEÇÃO “TRABALHE CONOSCO” DE UM SITE.

The image shows a web browser window displaying a job application form for 'SCAFO mergulho'. The form has the following fields:

- Nome:** A text input field.
- E-mail:** A text input field.
- Curriculo:** A text input field with a 'Choose file' button and the text 'No file chosen'.
- Mensagem:** A large text area for a message.

The website's header includes the 'SCAFO mergulho' logo and navigation links: 'Home', 'Trabalhe Conosco', 'Serviços', 'Equipamentos', 'Assistência Técnica', 'Contato'. The browser's address bar shows 'www.scafo.com.br'.

Fonte: THADEI, 2013, livro do aluno, pág. 29

- EM QUE PARTE DA PÁGINA DEVEMOS ESCREVER AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS?

COMO VOCÊ DESCOBRIU ISSO?

Nos retângulos em fundo claro, no centro da página. Verifique se os alunos perceberam que, na página da internet, os dados do cadastro são digitados dentro de retângulos ou quadrados. Esse é o formato mais comum.

- O SITE PROCURA APROXIMAR TRABALHADORES E EMPREGADOR. QUE INFORMAÇÕES VOCÊ ACREDITA QUE SEJAM SOLICITADAS DE QUEM QUER SE CADASTRAR?

- QUAL A IMPORTÂNCIA DE CADA INFORMAÇÃO SOLICITADA?

Mostre o endereço eletrônico, as linguagens: fotografia, logomarca e *slogan* – “Para competir no mercado, seu currículo precisa ser visto por quem contrata”. Explore as possíveis intenções do produtor do anúncio ao destacar a segunda parte do *slogan*. Explore o desenho ao fundo e o efeito de sentido produzido – o de ter empregado várias pessoas. Por fim, mostre que o cadastro não solicita endereço, mas *e-mail* (forma cada vez mais comum de contato com cadastrados).

NO CADASTRO, OBSERVAMOS O USO DE LETRAS DE IMPRENSA (OU LETRA BASTÃO

OU LETRA DE FÔRMA) MAIÚSCULAS E MINÚSCULAS. ISSO OCORRE NA MAIORIA DOS TEXTOS QUE LEMOS NO DIA A DIA. VEJA A SEGUIR O ALFABETO COM LETRAS DE IMPRENSA MAIÚSCULAS.

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

VEJA AGORA O ALFABETO COM LETRAS DE IMPRENSA MINÚSCULAS:

a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x y z

Mostre ao aluno que algumas letras podem apresentar formatos variados, como A, a, A, a, A, a. Analise o formato das letras p, b, q, d, observando o posicionamento da haste e da parte arredondada, destacando que, embora as letras sejam semelhantes, cada uma delas representa um som distinto. Atividade complementar: em teclados de celular ou de computador, observar os formatos das letras.

- VOCÊ PODERIA PREENCHER ESSE CADASTRO À MÃO, COM LÁPIS OU COM CANETA?

Discuta com os alunos as especificidades dos cadastros *on-line* e de outras práticas de escrita na internet, em que digitar no teclado é a única forma de escrita possível.

ALGUNS CADASTROS PODEM SER PREENCHIDOS À MÃO COM LETRA DE IMPRENSA

E COM LETRA CURSIVA OU MANUSCRITA. CONHEÇA ABAIXO O ALFABETO EM LETRA

CURSIVA, MAIÚSCULA E MINÚSCULA.

Leia o alfabeto minúsculo e o maiúsculo, relacionando-os e pedindo aos alunos que observem o traçado das letras. Faça o traçado de algumas letras no quadro e peça que tentem repetir no caderno.

A B C D E F G H I J K L M
a b c d e f g h i j k l m
n o p q r s t u v w x y z
n o p q r s t u v w x y z

O TRAÇADO DA LETRA CURSIVA É DIFERENTE DO TRAÇADO DA LETRA BASTÃO. TENDE ESCREVER O SEU NOME COM LETRA CURSIVA.

Resalte que a primeira letra dos nomes de pessoas deve ser grafada em maiúscula. Retome essa observação sempre que necessário e assim que o aluno já estiver usando as letras cursivas.

VOCÊ SABIA?

NA ESCRITA MANUSCRITA, A MAIORIA DAS PESSOAS UTILIZA A CHAMADA LETRA CURSIVA, POIS ELA PROPORCIONA MAIOR AGILIDADE AO ATO DE ESCREVER.

Para o aprendizado do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), a letra de forma maiúscula é mais recomendada, por permitir melhor visualização de onde começa e de onde acaba a letra, ajudando na identificação do seu traçado.



Figura 55: Páginas exemplo do trabalho com tema transversal - Livro Viver, Aprender.

Capítulo 6 MULHERES DO BRASIL, RELATOS DE VIDA

O gênero focado neste capítulo é o relato de vida. Será importante promover momentos em que os alunos se sintam à vontade e motivados para contar fatos de sua vida ou que tenham acontecido com pessoas de seu círculo de conhecidos.

Os materiais necessários neste capítulo são um alfabeto móvel e um equipamento para gravação (celular, gravador, filmadora, *notebook*, *tablet*), papel para fazer dobraduras, tesoura e régua. Planeje-se e ajude os alunos a se organizarem.



ELIS REGINA, s.d.



DILMA ROUSSEF, 2012.

EM RODA

VOCÊ CONHECE AS MULHERES QUE APARECEM NESSAS IMAGENS? SABE ALGO SOBRE SUA VIDA? Espera-se que alguns alunos conheçam alguns fatos da vida das pessoas mais conhecidas nas fotos acima, de modo que possam comentar a respeito. Caso isso não aconteça, destaque alguns fatos importantes da vida dessas pessoas, por que se tornaram famosas, quem são/eram, por que são admiradas etc.

TODAS AS PESSOAS, MESMO AS QUE NÃO SÃO FAMOSAS, TÊM ALGO INTERESSANTE SOBRE SUA VIDA PARA CONTAR. VOCÊ JÁ OUVIU ALGUÉM DIZER “MINHA VIDA DARIA UM LIVRO”? POIS É, AS HISTÓRIAS DE VIDA PODEM SER MESMO FASCINANTES. ALGUMAS SÃO TÃO FANTÁSTICAS QUE PARECEM TER SIDO INVENTADAS.

E A SUA VIDA, TEM FATOS SURPREENDENTES? ENGRAÇADOS? TRISTES? CONVERSE UM POUCO COM SEUS COLEGAS SOBRE ISSO E, SE QUISER, RELATE ALGUM FATO MARCANTE DA SUA VIDA.

PARA LER RELATO DE VIDA

CONHEÇA AGORA UMA PARTE DO RELATO DE VIDA DE ELENILDE DIAS FERNANDES, QUE NASCEU NA CIDADE DE ARAGUATINS, NO ESTADO DE GOIÁS, EM 1960.

HOJE, ELENILDE TRABALHA NA COOPERATIVA CODIGMA (COOPERATIVA PARA DIGNIDADE DO MARANHÃO), QUE FABRICA BRINQUEDOS ARTESANAIS EM AÇAILÂNDIA, NO MARANHÃO, E É MANTIDA PELO CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS DESSA CIDADE. ELENILDE FOI MÃE AOS 14 ANOS E, DESDE ESSA ÉPOCA, JÁ TRABALHAVA COMO COZINHEIRA EM FAZENDAS. MAS AOS 17 ANOS, UMA PROPOSTA DE

Fonte: THADEI, 2013, livro do aluno, p. 146

INFELIZMENTE, A SITUAÇÃO VIVIDA POR ELENILDE É MAIS COMUM NO BRASIL DO QUE SE IMAGINA. DESEMBARALHE AS SÍLABAS E DESCUBRA COMO SE DEFINE ESSA SITUAÇÃO. SEPRE AS LETRAS DE UM ALFABETO MÓVEL, MONTE AS SÍLABAS E MÃOS À OBRA. Trabalho escravo

VO	TRA	CRA	LHO	BA	ES
----	-----	-----	-----	----	----

ESCRavidÃO DE PESSOAS NOS DIAS DE HOJE

Em todo o mundo, são escravizados homens, mulheres e crianças, inclusive para exploração sexual. Muitas dessas pessoas são traficadas, ou seja, são levadas à força ou são enganadas para trabalharem como escravas. Segundo o relatório do escritório da Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), de 2007-2010, mais da metade das pessoas traficadas são mulheres.

A situação de trabalho a que essas pessoas se

submetem é semelhante à escravidão. Elas não têm liberdade para deixar o trabalho, realizado sob péssimas condições, além de não terem os direitos trabalhistas garantidos. Em geral, elas contraem dívidas enormes com os patrões, antes mesmo de iniciar o trabalho, e às vezes nem recebem remuneração. Isso acontece porque são obrigadas a comprar os equipamentos de trabalho e os alimentos nos barracões dos patrões.

TRÁFICO DE MULHERES NA FICÇÃO

O tema “tráfico de mulheres para exploração sexual” foi abordado na novela *Salve Jorge*, da Rede Globo. Diversos personagens representaram as pessoas envolvidas na exploração sexual de mulheres. Havia vítimas, como Morena, vivida pela atriz Nanda Costa; e vilãs, como Lívia Marine, vivida por Cláudia Raia, agenciadora para tráfico de seres humanos.

Saiba mais no site da novela: <<http://tvg.globo.com/novelas/salve-jorge/index.html>>.

SAIBA MAIS

Você pode saber mais sobre trabalho escravo consultando outras fontes.

Com a ajuda do seu professor, você pode consultar o *Atlas do trabalho escravo no Brasil*. O documento está disponível no site <<http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/05/atlas-do-trabalho-escravo.pdf>>.

Nesse atlas, há diversos mapas indicando os locais do Brasil com mais casos de trabalho escravo, o tipo de trabalho associado etc.

Outra fonte é o livro *Meninas da noite*, do jornalista Gilberto Dimenstein. O livro, em forma de reportagem, denuncia a dura realidade de meninas e adolescentes exploradas sexualmente no Brasil. Foi publicado em 1992 e, apesar de hoje haver mais fiscalização e repressão à exploração sexual de crianças, ainda há muitas meninas e jovens brasileiras vivendo essa situação.



O atlas traz muitas informações, em textos, mapas, gráficos e tabelas. Uma das vantagens dos mapas apresentados no atlas são as legendas, que usam círculos em tamanhos variados e com diversas intensidades nas cores, possibilitando um interessante trabalho de interpretação de informações. Caso venha a ser consultado, recomenda-se escolher algum aspecto a ser focado e um gráfico para ser analisado, a fim de promover uma leitura produtiva dos dados.

Fonte: THADEI, 2013, livro do aluno, p. 149

De maneira bem didática, porém de cunho conteudista, o manual apresenta tabela com explicitação da organização do material em seções, descrevendo estas numa grande tabela.

Figura 56: Mensagem para educando e para educador - Livro Viver, Aprender.

Seção	Descrição
Em roda	Geralmente abre a unidade didática, embora apareça também no corpo dos capítulos. Destina-se a questões orais de levantamento e checagem de hipóteses e/ou antecipação do conteúdo do capítulo ou de textos propostos para leitura ou para produção. Destina-se também a questões que envolvam apreciações subjetivas, éticas e estéticas, que possam evidenciar divergência de opiniões e suscitar argumentação. Sugerimos que as questões sejam lidas pelo professor, pelo menos nos primeiros capítulos, quando muitos dos alunos ainda não leem autonomamente.
Para ler ¹	Apresenta textos destinados à leitura do professor para o aluno ou do próprio aluno e, em alguns casos, os objetivos da leitura no capítulo. Os textos apresentados são acompanhados das questões referentes à sua compreensão e ao estudo do(s) gênero(s). Pode aparecer mais de uma vez em cada capítulo, com diferentes gêneros de uma mesma esfera.
Pensando sobre a escrita	Propõe análise e reflexão sobre a escrita alfabética. Parte de textos, geralmente algum dos propostos para leitura no capítulo (ou de outro texto do mesmo gênero), e expande a exploração da escrita para outros que favoreçam os aspectos selecionados para cada capítulo. A seção procura mesclar atividades que conduzem o aluno a uma reflexão sobre a escrita e atividades que lhe permitem exercitar os conhecimentos mobilizados sobre o aspecto da escrita estudado. Em alguns capítulos, o estudo desenvolvido é finalizado com o registro de uma conclusão sobre o tópico discutido.

¹ Dependendo do grau de autonomia dos alunos com a escrita, as respostas desta seção poderão ser dadas oralmente ou por escrito. De todo modo, o Livro do Aluno disponibiliza linhas para as respostas e, eventualmente, encaminha o aluno para respondê-las no caderno.

Pensando sobre a língua	Seção presente em alguns capítulos, nos quais os gêneros selecionados para leitura ou para produção demandam reflexões sobre os usos da língua(gem), especificidades de contextos de uso (formalidade, informalidade, uso da norma culta), marcadores textuais etc.
Em ação	Apresenta exercícios, por meio dos quais o aluno coloca em prática os conteúdos estudados nas demais seções. Neste volume, especificamente, a seção privilegia as atividades que favorecem a apropriação do sistema de escrita. Algumas atividades apresentam indicação de realização em grupo.
No caderno	Favorece o ensino do uso do caderno. Algumas das atividades requerem do aluno a elaboração de quadros, tabelas etc., devidamente orientadas e acompanhadas ou modelizadas pelo professor.
Saiba mais	Apresenta informações adicionais sobre temas veiculados nos gêneros abordados em cada capítulo, sobre os próprios gêneros, sobre autores ou sobre especificidades do uso da língua (por exemplo: o uso de maiúsculas em nomes próprios).
Escrevendo textos/ Produzindo textos/ Organizando...	Esta seção varia de denominação, mas sempre objetiva a produção de textos escritos, orais ou multimodais, pesquisas e organização de eventos escolares que envolvam a produção de gêneros diversos. As propostas evidenciam as etapas de produção de um texto ou de organização de um evento de letramento (planejamento, elaboração e revisão) e propõem uma avaliação sobre o texto produzido e sobre o tema abordado em cada capítulo.

Fonte: THADEI, 2013, p. 03 e 03 (manual do professor)

5. PRODUTO: BLOG

O mestrado profissional visa a conexão entre conhecimento científico e aplicação apontada para o campo de atuação profissional específico, ou seja, voltado para uma qualificação em demandas próprias do mercado de trabalho. Se caracteriza também pela forma diferenciada de apresentação dos trabalhos conclusivos das pesquisas.

(...) a reconhecida experiência profissional e diferentes trabalhos de conclusão, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística; sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela Capes.³⁸

O Programa de Mestrado em Educação de Jovens e Adultos da UNEB- MPEJA prevê, em sua estrutura, que as propostas de pesquisa devam ser orientadas para culminância em projeto de intervenção, projeto de pesquisa aplicada ou projeto de desenvolvimento técnico e tecnológico.

O trabalho aqui sistematizado buscou, desde quando projeto em perspectiva, produção de conhecimento cujos resultados se materializassem na publicação de um *Blog* com artigos, sínteses, informações conceituais e entrevistas, que visam promover a curiosidade investigativa do alfabetizador de EJA, permitindo que se perceba como mediador imprescindível no desenvolvimento do pensamento de seus alunos e que os livros didáticos dispostos pelas instituições, e logo escolhidos pelos professores, sejam um tanto mais comprometidos com a causa da EJA.

Este capítulo foi intitulado de BLOG, mas, no final, o produto idealizado para essa pesquisa e sua continuidade utiliza o canal **Medium** - uma plataforma de blogs criada em 2012 pelos mesmos idealizadores do *Twitter*. Muito embora, o *Medium* não se considere *blog*, e no *post* de boas-vindas se descreve “**um lugar melhor para ler e escrever coisas que**

38 <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7419-mestrado-profissional>)

importam”, pode-se dizer que tal plataforma se configura uma espécie de **rede social de blogs**.

O objetivo desta plataforma é divulgar os estudos dessa pesquisa e poder oferecer um ambiente atual de divulgação de ideias sobre a Educação de Jovens e Adultos. Que mais pessoas possam não só acessar, mas participar, como comumente o fazem em outras redes sociais: curtir, comentar, somar, socializar, etc.

Acesso ao canal fruto deste estudo no *Medium* através do link:
<https://medium.com/me/stories/public>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O livro didático é um recurso promotor da aprendizagem. Pode ser tomado como definidor único dos conteúdos, das estratégias e dos objetivos de determinada disciplina ou, ao contrário, pode ser visto como um parceiro em um processo de ensino muito especial, cujo beneficiário final é o aluno”.
LAJOLO, Marisa³⁹

Até esta ocasião presente, o contexto da educação no Brasil apresentado mostra fatos históricos que perfazem menção ao ensino de alunos jovens e adultos, não se consolidando com ações próprias educativas, e a longo prazo, para a Educação de Jovens e Adultos. Cada período, a educação foi relacionada a intenções de outra ordem – política, principalmente, mas econômica e até mesmo religiosa. Ainda no início do século XXI, se fala em “erradicar o analfabetismo absoluto” (PNE/2014) propagando a visão sobre o analfabetismo como doença que precisa ser exterminada – visão depreciativa automaticamente direcionada aos sujeitos da EJA. Relações como essas, nos leva a interpretar as raízes dos estigmas que rodeiam a EJA e os pessoas nela envolvidas.

O educador que se propõe a alfabetizar em EJA pensa sobre a preferência de um caminho, um método que favoreça o desenvolvimento de aprendizagens. Correspondendo a diferentes situações de cada momento, qualquer método que se escolha, há sempre a carga de ideologia de cada pessoa, elementos de suas histórias de vida. Por isso, de qualquer forma, a ação educativa carrega características de cada educador e peculiaridades que lhes são próprias.

Há que se ter o cuidado para o LD, por seu caráter cultural consolidado, não assumir a primazia entre demais recursos didáticos possíveis numa classe de EJA, é necessário ir além de uma visão reducionista das possibilidades mediadoras de sala de aula.

No trabalho de escolha de livros didáticos para Educação de Jovens e Adultos dispostos pelo MEC, evidencia-se a extrema importância do programa de distribuição de livro didático e que todos eles dispostos à escolha do professor, foram antes analisados por especialistas, que atestaram condizentes e válidos para contribuição da prática educacional. Independente de algumas considerações negativas aqui relatadas, e a iniciativa do governo tardia, vale destacar a pertinência e magnitude do acesso do aluno ao livro por meio do

39 LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática, 1993.

sistema democrático e republicano do MEC intitulado Programa Nacional do Livro Didático. Entretanto, por acreditar numa educação crítica e libertadora, também foi admissível deduzir que na utilização de livros didáticos para alfabetizar também fazia-se imprescindível uma análise de prática educativa associada a uma abordagem teórica, que apresente a alfabetização como ato de criação, conforme defendido Paulo Freire. Por isso, foi determinado o foco de estudo desta pesquisa – buscou-se nos livros de EJA os princípios, desígnios e práticas freirianas de educação em perspectiva libertadora.

Livros didáticos são materiais prontos: com sequência didática, exercícios, propostas de práticas e textos previamente selecionados. Quão mais o professor alfabetizador crer que aprender é transferir conhecimento e ponto de vista de quem sabe para o julgado que nada sabe, como um depósito de conteúdo, mais ele estará realizando uma prática pedagógica distanciada. Freire apresentou para os docentes uma forma de educação construída sobre a base de um diálogo entre estudante e mestre, em que cada um se constitui com um pouco do outro. Por isso, apesar de alguns livros estudados sinalizarem princípios pedagógicos freireanos para alfabetização de jovens e adultos, eles jamais poderiam representar seu método de alfabetização, que nada tem de pronto, e sim de busca e de pesquisa.

É importante comentar que ao tempo que o livro apresenta fundamentação teórica em outros pensadores, também pode representar, de certa maneira, algumas concepções freireanas mesmo que de maneira subliminar. A filosofia de Freire mostra marcas de influência marxista, pelo pensamento gramsciano, assim como em contexto as concepções pedagógicas contemporâneas, como em Cèlestin Freinet ao atribuir ao educando o papel de sujeito da aprendizagem; as ideias antiautoritárias de Carl Rogers, e defesa de liberdade de expressão individual, aproximação com as características de ideal democrático de John Dewey.

Fica o entendimento de que os livros de EJA são construídos para um universo de diferentes idades, e perspectivas, assim como conteúdos clássicos – e a quantidade de páginas é restrita. Porém, são levantadas essas considerações pela crença na possibilidade de um material diferenciado para alfabetizar o adulto. Em nenhum dos livros encontra-se, pelo menos, uma iniciação de capítulo ou unidade didática que proponha uma conversa com os alunos, como ponto de partida do trabalho de alfabetização ou uma atividade de busca de situações do contexto vivenciado. Isso acontece em alguns materiais, nos textos de formação de professor, exclusivos a eles; mas no cruzamento disso com o livro do aluno, todos eles se propõem e começam por atividades já sistematizadas com foco em conteúdo.

Há possibilidades de acolhimento, baseados numa relação dialógica e formadoras, se as construções didáticas pudessem incluir: abordagens acerca da vida e trabalho dos educandos, sobre os acontecidos nas comunidades e da maneira de cada um ler e compreender o mundo. Questões que brotam de vivências que se iniciam ali, em cada aula.

Outro ponto percebido nos estudos, é uma diferença entre a dedicação dada ao letramento e àquela investida ao código alfabético. De todas as coleções analisadas, restritos momentos de algumas obras apresentaram um foco na sistematização da escrita alfabética para a necessidade, de fato de quem está começando. Há uma prioridade, compreendida pelo atual debate sobre letramento, em trabalhar temas relacionados ao mundo adulto em texto densos, o que leva ao entendimento de que os livros foram construídos para educandos que já haviam compreendido o sistema de escrita alfabética.

A degradação humana e ambiental, envolvida numa cultura baseada em consumo, revela que o mundo está diante de um modelo de desenvolvimento que não se mantém mais. O individualismo resultante disso, prejudica o desenvolvimento da cidadania e a capacidade de o ser humano se cuidar, resumida na palavra africana *Ubuntu*, não traduzível diretamente no português, mas que seria “humanidade para com os outros”. No âmbito educacional, construtora do pensamento social, intelectual e científico, que a bandeira seja em prol de uma sociedade humanizada, participativa, descentralizada e sustentável. E é por isso, neste início de século XXI, confirma-se a força e a permanência da contribuição do pensamento freireano, baseado na conscientização, transformação, ideais construtores de um caminho comum entre pessoas e natureza.

A satisfação em analisar objeto através da ótica respeitável de Paulo Freire, com tudo que ele diz, como já exposto nessa pesquisa. Satisfação em poder contribuir com conclusões, que podem ser o norteamento de muitos outros estudos. Fica o desejo de dar continuidade a este trabalho no desenvolvimento de materiais a luz das concepções freirianas, mas que será logicamente diferente por ser elaborado a partir de outras vivências, e num tempo diferente. O próprio Paulo Freire, em muitos de seus textos e entrevistas, reafirmou amorosamente a importância da recriação continuada de toda e qualquer ação educativa, inclusive do seu próprio método.

Existe uma idade ideal para aprender alfabetização.

Nada mais falso!

José Pacheco

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AOKI, Virgínia. **EJA Moderna: Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização**. 1.ed.- São Paulo: Moderna, 2013.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ALTHUSSER, Louise. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução (do francês) por PEREIRA, Maria Ermantina Galvão, 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997. pp. 278-326

BEISIEGEL, Celso de Rui. Ensino Público e Educação Popular. In: PAIVA, Vanilda (Org.) **Perspectivas e Dilemas da Educação Popular**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Ed. renovada e ampliada. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Guia PNLA**: Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)**, Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

_____. Ministério da Educação. Edital de Convocação 02/2012 – CGPLI. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático para educação de jovens e adultos**. PNLD EJA 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Guia dos Livros Didáticos do PNLD EJA 2014** – Natal: EDUFRN, 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução Nº 51, de 16 de setembro de 2009**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Brasília: MEC/FNDE.

CARPANEDA, Isabella, **Vida Nova: educação de jovens e adultos – edição renovada: alfabetização** / Isabella Pessoa de Melo Carpaneda e Angiolina Domanico Bragança. 2ª ed. renovada. – São Paulo: FTD, 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Livro didático como assistência ao estudante**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 119-130, jan./abr. 2009.

D'ÁVILA, Cristina. **Decifra-me ou te devoro**: o que pode o professor frente ao manual escolar? In: 28 REUNIÃO DA ANPED, 2005, CAXAMBU. ANPED. Caxambu, 2005.

D'ÁVILA, Cristina. **Decifra-me ou te devorarei**: o que pode o professor frente ao livro didático? Salvador: EDUNEB/EDUFBA, 2008.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva. 2001

FÁVERO, Osmar. **Materiais Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos**. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 39-62, jan./abr. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em jan. 2010.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. **A Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre o passado e o presente**. Revista Inter Ação, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 365-392, dez. 2011. ISSN 1981-8416. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/16712>>. Acesso em: 28 jun. 2018. doi:<https://doi.org/10.5216/ia.v36i2.16712>

FEITOSA, Sônia Couto Souza. **Método Paulo Freire, Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação**. Dissertação de mestrado, FE-USP, São Paulo, 1999.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. **A Educação como Prática da liberdade**. 23ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra.. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, V. F (1989). **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez.

GADOTTI, Moacir. **Trabalho e Educação numa perspectiva emancipatória**. II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica - Florianópolis, 2012.

GOMES, Marineide de Oliveira. ANASTASIOU, Lea das graças Camargo. **Formar e formar-se: a voz e a vez dos professores**. In. PIMENTA. S. G e FRANCO. Maria Amélia Santouro. Pesquisa em Educação. (Orgs). Loyola, 2008.

GONÇALVES, Jane. **Alfabetiza Brasil: manual do educador. Volume único** / Jane Gonçalves; ilustrador: Reinaldo Rosa. – 3.ed. – Curitiba, PR: Terra Sul, 2013.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.14, p.108-130, abr. 2000.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2000. In: GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho – Ensinar e aprender com sentido. São Paulo: Grubhas, 2003.

JAPIASSU, H. **Um Desafio à Educação: Repensar a Pedagogia Científica**. São Paulo: Letras & Letras, 1999

KLOEPPEL. Ana Júlia. **Ler e Pensar o mundo: Educação de Jovens e Adultos: alfabetização**/ Ana Julia Kloeppel, Jeferson Freitas – Curitiba: Positivo, 2013.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Lisboa: EDUCA, 2002.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. A constituição da docência entre professores de escolarização inicial de jovens e adultos. Dissertação (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Da Educação– Florianópolis, 2006.

LIBÂNIO, Carlos Alberto. **Material didático: instrumento de crescimento pessoal e formação da cidadania**. Apud: Materiais didáticos para uma educação de qualidade. Santiago: Fundación SM, s.d.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MELO FILHO, Armando Morais Correia de. Educação em Direitos Humanos: uma análise de livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio / Armando Morais Correia de Melo Filho. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. – Recife: O Autor, 2015. 218 f.: il.

MINAYO, M. C. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, Suely. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Princípios, diretrizes e procedimentos metodológicos da educação Freiriana de Jovens e adultos**. Caderno de Formação Pedagógica de Educadores Populares: Fundamentos teórico-metodológicos, Nº1. NEP/ CCSF/UEPA, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Educação em direitos humanos: um discurso. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

PEREIRA, Antonio. **Os novos sujeitos da EJA e da educação social: as pessoas em situação de vulnerabilidade social**. EDUCERE: XII Congresso de Nacional de Educação – PUCPR, Curitiba, 2015. Disponível em:
http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21013_8371.pdf

ROCHA, Margarida Maria Silva. **Educação em direitos humanos e a relação com a educação de jovens e adultos na perspectiva da formação da cidadania: a experiência no**

CEDHIA. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2015

SANTANA, Luciana Getirana de. **Análise do material impresso de matemática do PEJA: Reflexões Baseadas no PNLD EJA 2011.** Rio de Janeiro, 2011 – Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SANTOS, Milton. **As cidadanias mutiladas.** In. LERNER, Julio (org.). O preconceito, São Paulo Imprensa Oficial do Estado 1996/7.

SESI, UNESCO. **V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos** (1997: Hamburgo, Alemanha): Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro. Brasília: SESI/UNESCO, 1999.

SILVA, M. A. **A fetichização do livro didático no Brasil. Educação e Realidade,** Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821. set./dez. 2012.

SOEK, Ana Maria. **Aspectos contributivos do manual do livro didático do PNLA/2008 na formação do alfabetizador do programa Brasil alfabetizado** Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal do Paraná.. – Curitiba, 2009.

SOUZA, Cassia Leslie Garcia de. **É Bom Aprender – edição renovada:** Educação de Jovens e Adultos: Alfabetizaçã: volume único / Cassia Leslei Garcia de Souza, Marinez Meneghello Passos. – 1. Ed. – São Paulo: FTD, 2013.

SOUZA, Taise Caroline Longuinho. **Direito à educação do jovem na EJA: a intervenção didática em direitos humanos.** Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, 2017.

TAKEUCHI, Márcia. **Análise Material de Livros Didáticos para Educação de Jovens e Adultos.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2005.

THADEI, Jordana. **Viver e Aprender, cultura escrita, trabalho e cotidiano: alfabetização.** Manual do professor: educação de jovens e adultos/ Jordana Thadei, Márcia Mendonça, Maria AmábileMansutti. 1. ed. – São Paulo: Global, 2013.

UNESCO; MEC. VI CONFINTEA. Marco de Ação de Belém. Brasília: UNESCO, 2010.
Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001877/187787por.pdf>>. Acesso em: maio 2018.

VENTURA, Jaqueline. **A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas.** Revista da FAEEBA. Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.21, n.37, p. 71 a 81 jan. /jun. 2012

VIEGAS, Ana Cristina Coutinho; DE MORAES, Maria Cecília Sousa. **Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, [S.l.], p. 456-478, apr. 2017. ISSN 1982-5587. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8321/6361>>. Acesso em: 28 june 2018. doi:<https://doi.org/10.21723/riaee.v12.n1.7927>

ANEXO 1 – DECRETO Nº 9.099, DE 18 DE JULHO DE 2017**Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 208, **caput**, inciso VII, da Constituição, e no art. 4º, **caput**, inciso VIII, da Lei nº-9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º-O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

§ 1º-O PNLD abrange a avaliação e a disponibilização de obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, **softwares** e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos.

§ 2º-As ações do PNLD serão destinadas aos estudantes, aos professores e aos gestores das instituições a que se refere o **caput**, as quais garantirão o acesso aos materiais didáticos distribuídos, inclusive fora do ambiente escolar, no caso dos materiais didáticos de uso individual.

§ 3º-O PNLD garantirá o atendimento aos estudantes, aos professores e aos gestores das escolas beneficiadas, previamente cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

§ 4º A opção entre os diferentes tipos de materiais didáticos a que se refere o § 1º será realizada pelo responsável pela rede.

§ 5º O PNLD disponibilizará obras e materiais didáticos às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público, desde que observem o disposto no § 1º do art. 8º-da Lei nº-11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 2º-São objetivos do PNLD:

I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação;

II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;

III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;

IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;

V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e

VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

Art. 3º São diretrizes do PNLD:

I - o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

II - o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;

III - o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino;

IV - o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e

V - a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias.

Art. 4º O PNLD será executado em estrita observância aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência e caberá ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE estabelecer normas de conduta, a serem seguidas pelos participantes, que impeçam, sem prejuízo de outras vedações:

I - a oferta de vantagens, brindes ou presentes de qualquer espécie por parte dos autores, dos editores, dos distribuidores, dos titulares de direito autoral ou dos seus representantes a pessoas ou instituições vinculadas ao processo de aquisição de obras didáticas, pedagógicas e literárias;

II - o acesso dos autores, dos editores, dos distribuidores, dos titulares de direito autoral ou dos seus representantes ao sistema disponibilizado para registro da escolha no âmbito do PNLD;

III - a pressão ou o assédio por parte dos autores, dos editores, dos distribuidores, dos titulares de direito autoral ou dos seus representantes para influenciar pessoas vinculadas à escola ou à rede a escolher seus materiais, em desrespeito à autonomia do corpo docente;

IV - a participação, direta ou indireta, ou o patrocínio, dos autores, dos editores, dos distribuidores, dos titulares de direito autoral ou dos seus representantes em eventos relacionados à escolha no âmbito do PNLD; e

V - a prática tendente a induzir que determinadas obras sejam indicadas preferencialmente pelo Ministério da Educação para adoção pelas redes e escolas participantes.

§ 1º É vedada a realização de publicidade, propaganda ou outras formas de divulgação que utilizem logomarcas oficiais, selos do PNLD, marcas graficamente semelhantes, ou que façam referência direta ao processo oficial de aquisição.

§ 2º O FNDE regulamentará a forma da divulgação e da apresentação das obras didáticas, pedagógicas e literárias nas escolas participantes.

Art. 5º A adesão formal das redes de ensino federal, estaduais, municipais e distrital constitui critério de participação no PNLD, observados os prazos, as normas, as obrigações e os procedimentos estabelecidos em Resolução do FNDE.

Parágrafo único. Ficam dispensadas de aderir ao PNLD as redes que tenham aderido ao Programa até a data de publicação deste Decreto.

Art. 6º O processo de aquisição de materiais didáticos ocorrerá de forma periódica e regular, de modo a atender as etapas e os segmentos de ensino seguintes:

I - educação infantil;

II - primeiro ao quinto ano do ensino fundamental;

III - sexto ao nono ano do ensino fundamental; e

IV - ensino médio.

§ 1º Os ciclos de atendimento e a vigência relativos aos processos a que se refere o **caput** serão definidos em edital.

§ 2º O PNLD distribuirá anualmente obras didáticas e literárias para uso em sala de aula pelos estudantes, conforme os critérios, os requisitos e os procedimentos previstos em Resolução do FNDE, ouvida a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Art. 7º—Os materiais didáticos adquiridos no âmbito do PNLD serão destinados às Secretarias de Educação e às escolas beneficiadas por meio de doação com encargo.

§ 1º O encargo de que trata o **caput** corresponde à obrigatoriedade de as Secretarias de Educação e as escolas beneficiadas adotarem procedimentos para a utilização correta e a conservação dos materiais didáticos no âmbito do PNLD, observado o disposto nas orientações a serem expedidas pelo FNDE.

§ 2º As Secretarias de Educação e as escolas participantes orientarão os professores, os estudantes, os seus pais e os seus responsáveis sobre a guarda, a conservação e a devolução dos materiais didáticos ao final do período letivo, inclusive por meio de campanhas de conscientização.

§ 3º Durante o ciclo de atendimento, os materiais didáticos serão entregues para uso no decorrer do período letivo:

I - a título de cessão definitiva, no caso de material consumível; ou

II - a título de cessão temporária, no caso de material reutilizável.

§ 4º A cessão temporária a que se refere o inciso II do § 3º gera a obrigação da conservação e da devolução à escola, ao final de cada ano letivo, dos materiais reutilizáveis, conforme disposto em edital.

§ 5º Decorrido o ciclo de atendimento, os materiais reutilizáveis passarão a integrar, definitivamente, o patrimônio das escolas e o seu descarte será responsabilidade da rede para a qual foram disponibilizados, de acordo com a respectiva legislação.

§ 6º Ao final de cada ano letivo, a guarda definitiva dos materiais consumíveis caberá aos estudantes e aos professores beneficiados.

§ 7º As escolas informarão à respectiva Secretaria de Educação sobre a existência de materiais não utilizados ou excedentes e a carência de materiais, a fim de possibilitar o remanejamento entre as unidades de ensino.

CAPÍTULO II

DAS ETAPAS DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO

Art. 8º-O PNLD obedecerá as etapas e os procedimentos seguintes:

I - inscrição;

II - avaliação pedagógica;

III - habilitação;

IV - escolha;

V - negociação;

VI - aquisição;

VII - distribuição; e

VIII - monitoramento e avaliação.

§ 1º-A critério do Ministério da Educação, as etapas de que tratam os incisos III a VIII do **caput** poderão ser dispensadas, conforme edital específico.

§ 2º As etapas de que tratam os incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII do **caput** serão executadas pelo FNDE, nos termos a serem definidos em Resolução.

Art. 9º-A inscrição de materiais didáticos será aberta aos titulares de direito autoral, de acordo com as regras, os prazos e as condições estabelecidas em edital.

Art. 10. A avaliação pedagógica dos materiais didáticos no âmbito do PNLD será coordenada pelo Ministério da Educação com base nos seguintes critérios, quando aplicáveis, sem prejuízo de outros que venham a ser previstos em edital:

I - o respeito à legislação, às diretrizes e às normas gerais da educação;

II - a observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;

III - a coerência e a adequação da abordagem teórico-metodológica;

IV - a correção e a atualização de conceitos, informações e procedimentos;

V - a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor;

VI - a observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tenha sido escrita;

VII - a adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico; e

VIII - a qualidade do texto e a adequação temática.

Art. 11. A etapa de avaliação pedagógica contará com comissão técnica específica, integrada por especialistas das diferentes áreas do conhecimento correlatas, cuja vigência corresponderá ao ciclo a que se referir o processo de avaliação, a qual terá as seguintes atribuições:

I - subsidiar a elaboração do edital de convocação, inclusive quanto à definição dos critérios para a avaliação pedagógica e a seleção das obras;

II - orientar e supervisionar a etapa de avaliação pedagógica;

III - validar os resultados da etapa de avaliação pedagógica; e

IV - assessorar o Ministério da Educação nos temas afetos ao PNLD.

Art. 12. A escolha dos integrantes de cada comissão técnica será feita pelo Ministro de Estado da Educação, a partir da indicação das seguintes instituições:

I - Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação;

II - Conselho Nacional de Secretários de Educação;

III - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação;

IV - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação;

V - Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação;

VI - Conselho Nacional de Educação;

VII - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;

VIII - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; e

IX - entidades da sociedade civil escolhidas pelo Ministério da Educação para elaboração das listas tríplexes do Conselho Nacional de Educação, conforme o disposto no Decreto nº 3.295, de 15 de dezembro de 1999.

§ 1º O Ministro de Estado da Educação poderá solicitar indicações de outras instituições para a escolha dos integrantes de que trata o **caput**.

§ 2º Os integrantes da comissão técnica firmarão termo no qual declararão:

I - não prestar pessoalmente serviço ou consultoria aos titulares de direito autoral inscritos no processo;

II - não possuir cônjuge ou parente até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, entre os titulares de direito autoral inscritos no processo; e

III - não estar em situação que configure impedimento ou conflito de interesse.

Art. 13. Edital do Ministério da Educação estabelecerá regras para orientar e diretrizes a serem obedecidas na etapa da avaliação pedagógica.

§ 1º Para realizar a avaliação pedagógica, serão constituídas equipes de avaliação formadas por professores das redes públicas e privadas de ensino superior e da educação básica.

§ 2º Os integrantes das equipes de avaliação firmarão termo no qual declararão:

I - não prestar pessoalmente serviço ou consultoria os titulares de direito autoral inscritos no processo;

II - não possuir cônjuge ou parente até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, entre os titulares de direito autoral inscritos no processo; e

III - não estar em situação que configure impedimento ou conflito de interesse.

Art. 14. A avaliação pedagógica terá por objetivo qualificar ou selecionar os materiais inscritos conforme os critérios estabelecidos neste Decreto e em edital.

Art. 15. Em relação aos materiais didáticos sujeitos à qualificação a que se refere o art. 14, as equipes de avaliação decidirão, de forma fundamentada, sobre:

I - a aprovação do material didático;

II - a aprovação do material didático condicionada à correção de falhas pontuais, desde que observados os limites previstos em edital específico; ou

III - a reprovação do material didático.

§ 1º Na hipótese de que trata o inciso II do **caput**, o titular de direito autoral poderá reapresentar o material corrigido, para conferência e aprovação, no caso de as falhas apontadas terem sido devidamente sanadas, ou para reprovação, em caso negativo.

§ 2º Serão consideradas falhas pontuais as não repetitivas ou constantes que possam ser corrigidas com simples indicação da ação de troca a ser efetuada pelo titular de direitos autorais.

§ 3º Não serão consideradas falhas pontuais:

I - erros conceituais;

II - erros gramaticais recorrentes;

III - necessidade de revisão global do material;

IV - necessidade de correção de unidades ou capítulos;

V - necessidade de adequação de exercícios ou atividades dirigidas;

VI - supressão ou substituição de trechos extensos; e

VII - outras falhas que ocorram de forma contínua no material didático.

§ 4º O limite para correção de falhas pontuais será definido em edital.

Art. 16. A avaliação pedagógica cujo objeto é a seleção de acervos de materiais didáticos a que se refere o art. 14 indicará se a obra inscrita foi selecionada ou não, com base nos critérios estabelecidos neste Decreto e em edital, e resultará na classificação do conjunto das obras inscritas.

Art. 17. As decisões das equipes de avaliação poderão ser objeto de recurso fundamentado por parte do titular de direito autoral, no prazo de dez dias, contado da data de publicação do resultado da avaliação pedagógica.

§ 1º É vedado o pedido genérico de revisão da avaliação.

§ 2º Os recursos contra as decisões de que trata o **caput** serão dirigidos às equipes de avaliação, as quais, na hipótese de não as reconsiderarem no prazo de cinco dias, os encaminharão à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

§ 3º Para análise dos recursos, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação poderá dispor do auxílio de equipes de especialistas que não tenham participado de nenhuma das fases da avaliação pedagógica.

Art. 18. Durante a etapa de escolha, por opção dos responsáveis pela rede, a adoção do material didático será única:

I - para cada escola;

II - para cada grupo de escolas; ou

III - para todas as escolas da rede.

§ 1º Na hipótese de que trata o inciso I do **caput**, serão distribuídos os materiais escolhidos pelo conjunto de professores da escola.

§ 2º Na hipótese de que tratam os incisos II e III do **caput**, serão distribuídos os materiais escolhidos pelo conjunto de professores do grupo de escolas para o qual o material será destinado.

Art. 19. A etapa de negociação terá como objetivo a pactuação do preço para aquisição de materiais didáticos selecionados para compor os acervos ou escolhidos pelas redes ou pelas escolas, quando for o caso.

Art. 20. Para fins de aquisição, os materiais didáticos serão produzidos diretamente pelas empresas contratadas e caberá ao FNDE a responsabilidade por sua distribuição, por intermédio de empresa contratada especificamente para esse fim.

Art. 21. O FNDE divulgará os dados relativos à aquisição e à distribuição dos materiais didáticos referentes a cada edital.

Art. 22. O quantitativo de exemplares de materiais didáticos para os estudantes e os professores e de acervos para sala de aula e bibliotecas será definido com base nas projeções de matrículas das escolas beneficiadas, de acordo com os dados do Censo Escolar, conforme estabelecido em Resolução do FNDE, ouvida a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

§ 1º—Será mantida reserva técnica de material didático para atendimento das matrículas adicionais ou não computadas nas projeções, conforme estabelecido em Resolução do FNDE.

§ 2º—Fica o FNDE autorizado a realizar aquisições de exemplares adicionais de materiais didáticos que já foram adquiridos, para a complementação de atendimento às novas matrículas, à reposição de materiais didáticos reutilizáveis danificados ou não devolvidos, e de materiais didáticos consumíveis.

§ 3º—As redes de ensino federal, estaduais, municipais e distrital que não desejarem receber materiais didáticos no âmbito do PNLD deverão solicitar exclusão do Programa na forma e no prazo definidos em Resolução do FNDE.

Art. 23. A etapa de monitoramento e avaliação consiste no controle de qualidade e na supervisão da produção e da distribuição do material didático, no monitoramento das redes de ensino participantes e na avaliação da execução do PNLD.

Parágrafo único. O FNDE poderá dispor do apoio de instituições contratadas ou conveniadas para cumprimento da etapa de monitoramento e avaliação.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. O Ministério da Educação poderá criar iniciativas suplementares para avaliar e disponibilizar materiais didáticos, a serem disciplinadas em ato do Ministro de Estado da Educação, destinados a etapas e modalidades, objetivos ou públicos específicos da educação básica, com ciclos próprios ou edições independentes.

Art. 25. O Ministério da Educação adotará mecanismos para promoção da acessibilidade no PNLD, destinados aos estudantes e aos professores com deficiência.

Parágrafo único. Os editais do PNLD deverão prever as obrigações para os participantes relativas aos formatos acessíveis.

Art. 26. A participação nas etapas do PNLD não implica a obrigação de contratação pelo Ministério da Educação ou pelas suas autarquias e não confere aos participantes direito de reivindicação, indenização ou reposição de custos de participação no processo.

Art. 27. O FNDE poderá requerer certificação de origem do papel e de outros materiais utilizados na produção dos materiais didáticos adquiridos no âmbito do PNLD, nos termos a serem definidos em Resolução.

Art. 28. As despesas do PNLD correrão à conta das dotações consignadas na lei orçamentária anual ao Ministério da Educação e ao FNDE, de acordo com as suas áreas de atuação, observados os limites estipulados na legislação orçamentária e financeira.

Art. 29. Fica revogado o Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010.

Art. 30. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 18 de julho de 2017; 196^º-da Independência e 129^º-da República.

MICHEL TEMER

José Mendonça Bezerra Filho